



ESCOLA NAVAL

talento e bemfazer



João Diogo Santos Piteira

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD

*Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de
A2/AD*

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares
Navais, na especialidade de Marinha**





João Diogo Santos Piteira

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD

Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na especialidade
de Marinha

Orientação de: CFR Sardinha Monteiro

Co-orientação de: CFR FZ Santos Formiga

O Aluno Mestrando,

O Orientador,

Nuno Sardinha Monteiro

Alfeite

2016



“Quanto mais aumenta o nosso conhecimento, mais evidente fica a nossa ignorância”

(Jonh F. Kennedy)

Dedicatória

Esta dissertação dedico-a à minha família. Foram sempre os meus alicerces, e serão sempre a minha inspiração. Sem, eles o percurso que percorri não teria significado. A eles, muito obrigado!

Agradecimentos

A Tese de Mestrado, embora seja um processo solitário que qualquer investigador tem que ultrapassar, reúne o contributo de várias pessoas. Desde o primeiro momento da minha Tese, contei com o apoio de inúmeras pessoas. Sem elas, não teria sido capaz.

Começo por agradecer ao orientador da minha tese, CFR Luís Nuno da Cunha Sardinha Monteiro, pelo privilégio em tê-lo como Orientador, pelas indicações valiosas, pelo conhecimento vasto e pelas palavras sábias que muito contribuíram para levar esta Tese a bom porto.

Ao CFR FZ Joel Carlos Neto dos Santos Formiga, o meu sincero agradecimento pela coorientação da Tese, por todo o apoio e disponibilidade demonstrados desde a primeira reunião. A sua constante supervisão foi essencial para me guiar no decorrer da Tese. O meu mais sincero obrigado.

Gostaria de agradecer aos oficiais do N.R.P *Viana do Castelo* pelos ensinamentos, pela paciência e pela camaradagem que sempre demonstraram durante o período do estágio de embarque, e que em muito me ajudou a levar a bom porto este trabalho. O meu sentido obrigado.

Gostaria de deixar uma palavra de apreço ao 1TEN Nuno Alexandre Dias de Oliveira, pela disponibilidade e ajuda com a elaboração da Tese.

Não posso deixar de agradecer, às pessoas que me conduziram desde o primeiro momento do meu percurso enquanto militar, formadores, instrutores e amigos, da Escola Naval e fora dela, que muito contribuiu para o meu crescimento enquanto homem e militar. Não o fazer não faria qualquer sentido. Uma palavra especial ao 2TEN Paulo Jorge dos Anjos Fragoso, que através do seu exemplo, da sua atitude, pela sua entrega e dedicação à profissão, na partilha dos bons (e dos menos bons momentos) me ajudaram a ser o que hoje sou. A si, o meu sentido obrigado.

Aos camaradas do Curso Contra-Almirante Almeida Henriques, que me acompanharam e me fizeram crescer durante estes cinco anos, só posso dizer “Unidos e Leais, fiéis aos ideais!”.

Por fim, tenho que agradecer aos meus pais e irmãos, por acreditarem em mim, por me aturarem nos momentos bons e, principalmente, nos momentos difíceis. Espero que lhes possa retribuir tudo o que me deram. A eles, dedico este trabalho.

Resumo

Com o fim da Guerra Fria e a dissolução do Pacto Militar de Varsóvia, a Rússia deixou de ser uma ameaça à hegemonia militar norte-americana e da NATO. Assim, desde esse momento para cá que se tem assistido a um quase total acesso, livre de verdadeira oposição, a qualquer teatro de operações.

Durante a Guerra do Golfo, em 1990-91, e posteriormente no Afeganistão e Iraque a partir de 2001, no que constituem os dois grandes conflitos armados pós-Guerra Fria, os EUA em conjunto com a NATO, conseguiram alcançar a vitória através de um total acesso operacional aos teatros de operações, e com um grau de ameaça bastante reduzido.

Contudo, este cenário de ameaça reduzida e acesso global está claramente comprometido. Isto porque um sem número de meios e tecnologias têm sido desenvolvidas e aplicadas exatamente com este propósito. Assim, em 2003 surgiu o acrónimo A2/AD – “*Anti-Access/Area Denial*”, para qualificar estes meios e estratégias para os empregar, por forma a negar o acesso ao cenário de conflito, ou limitar a facilidade de movimentação no teatro de operações.

Estas estratégias de A2/AD diminuem a capacidade de projeção de poder, negando a facilidade de movimentação e capacidade de ação, permitindo ainda uma miríade de abordagens operacionais. Os inúmeros adversários dos EUA/NATO não irão cometer os mesmos erros que Saddam Hussein cometeu na primeira Guerra do Golfo. Em particular, a China tem desenvolvido grande parte da sua capacidade de A2/AD com base em exemplos retirados deste conflito.

A proliferação deste tipo de capacidades e meios ao longo de um espectro bastante significativo de atores estatais e não-estatais obriga a que tanto os EUA como a NATO desenvolvam formas inovadoras de lhes fazer face.

As operações anfíbias poderão ser uma resposta bastante capaz a este cenário de A2/AD. A capacidade única de operar transversalmente em diversos domínios, com um custo relativamente baixo e juntando forças dos vários ramos, respondendo de forma rápida a qualquer situação e providenciando uma presença avançada num cenário de conflito tornam as Operações Anfíbias numa resposta bastante válida à questão estratégica do A2/AD.

Palavras-chave: Acesso, A2/AD, Projeção de poder, Operações Anfíbias, Domínios.

Abstract

With the end of the Cold War, and the dissolution of the Warsaw Pact, Russia was no longer a threat to the USA and NATO military supremacy. From that moment, both the USA and NATO have enjoyed a total and undisputed global access.

During the Gulf War, in 1990-91 and after, in Afghanistan and Iraq after 2001, in what constitute the two main conflict events post-Cold War, the USA and NATO, together, have reached a total victory supported by full operational access to the conflicts, with a very low degree of threat.

Although, this low level threat scenario and full global access is clearly compromised. The reason for this is the enormous number of means and technology's that have been produced and applied exactly with this purpose. So, after 2003, the acronym A2/AD – “Anti-Access/Area Denial” started to appear in the US guidance documents, defining this means and ways of employing them, denying access to the battlespace, severely compromising the capacity to move inside the operations theater.

These A2/AD strategies undermine the power-projection capacity, denying the capacity to move and react, allowing this state and non-state actors with a huge variety of operational approaches to the battlespace. These actors will not commit the Saddam Hussein mistake during the Gulf War. China, in particular, developed all the defense planning under the lessons from the First Gulf War, in order to develop their A2/AD strategies and capacities.

The hide spreading, along a huge range of countries and terrorist groups, of this capacities, must alert the US and NATO in order to develop innovative ways of fighting them.

In order to do so, the Amphibious Operations surge as a unique response, extremely capable in this A2/AD scenario. The unique capacity of operating across several domains, with relatively low cost and footprint, providing a fast reaction, and allowing for a forward presence, make the Amphibious Operations an extremely viable answer for the A2/AD strategic problems.

Keywords: Access, A2/AD, Power projection, Amphibious operations, Domains.

Índice

Introdução	1
1. Política de defesa nacional e o emprego do Poder Naval	4
1.1 Estratégia Nacional para a defesa.....	4
1.2 Orientações da Política de defesa nacional tendo em conta o emprego do poder naval	7
2. Anti-access/ Area Denial	12
2.1 Introdução ao conceito de Anti-access/Area Denial	12
2.2 A importância do poder naval e os desafios de A2/AD do futuro	15
2.3 Conclusão	34
3. Operações Anfíbias.....	37
3.1 Síntese de Conceitos.....	37
3.2 Campanha de Gallipoli.....	41
3.3 Operação Albion	47
3.4 Campanha do Pacífico.....	53
3.5 Campanha nas Falklands/Malvinas	61
3.6 Conclusão	70
4. O contributo das Operações Anfíbias	77
4.1 Aplicabilidade das OA's na atualidade	77
4.2 OMFTS e STOM.....	79
4.3 Conclusão	82
Conclusão.....	85
Bibliografia	88

Índice de Figuras

Figura 1 - Choke Points mundiais (Feldman-Piltch, 2010).....	8
Figura 2 - NIA-D3 (Lyon, s.d.)	15
Figura 3 - Linhas de Anti-Access chinês (Renken, 2014).....	24
Figura 4 - Estreito de Ormuz (Gunzinger & Dougherty, 2011)	28
Figura 5 - Disposição de minas e fortificações ao longo do Estreito de Dardanelos (Dudek, 2015).....	43
Figura 6 - Ataque naval em Dardanelos ((Scott, 1986, p. 2).....	44
Figura 7 - Desembarques na Península de Gallipoli (Veloso, 2015).....	46
Figura 8 - Disposição das baterias de costa (Staff, Battle of the Baltic Islands 1917 - Triumph of the Imperial German Navy , 2008, p. 15).....	50
Figura 9 - Desembarques anfíbios em Tagga Bay e Pamerort (Staff, Battle of the Baltic Islands 1917 - Triumph of the Imperial German Navy , 2008, p. 10).....	52
Figura 10 - "Muralha Imperial" formada, constituída pelas ilhas do Pacífico (Clancey, s.d.)	55
Figura 11 - Ilhas Midway e Arquipélago do Havai (A., s.d.).....	56
Figura 12 - Durante a Batalha das Midway a Marinha Japonesa perdeu 4 porta-aviões (Taylor, 2011).....	57
Figura 13 - Desembarque em Guadalcanal, e movimentação das forças norte-americanas (Shaw, 2015).....	59
Figura 14 - Desembarque em Iwo Jima (Alexander, 1994)	60
Figura 15 – Desembarque e movimento das forças argentinas (Smith, 1989).....	62
Figura 16 - Desembarques anfíbios na Baía de San Carlos ((Anderson D. , 2002, p. 48)	68
Figura 17 - Movimento das forças inglesas após os desembarques (Kimball, s.d.).....	69
Figura 18 - Ship-to-Objective-Maneuver (USMC, p. 16)	80

Lista de abreviaturas e siglas

A2 – Anti-Access

A2/AD – Anti-Access/Area Denial

AD – Area Denial

ADM – Armas de Destruição Maciça

AEW – Air Early Warning

AOA – Área de Objetivo Anfíbio

ASB – Air-Sea Battle

ASBM – Anti-Ship Ballistic Missile

ASCM – Anti-Ship Cruise Missile

ASW – Anti-Submarine Warfare

C4ISR – Command, Control, Computers, Communications, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEM – Conceito Estratégico Militar

CoG – Center of Gravity

DoD – Department of Defense

DoN – Department of the Navy

EEINC - Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural

EEINP – Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente

EMC – Estado-Maior Conjunto

EUA – Estados Unidos da América

FND – Forças Nacionais Destacadas

G-RAMM – Guided Rockets, Artillery, Mortars and Missiles

ISR – Information, Surveillance and Reconnaissance

JAM-GC – Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons

JOAC – Joint Operational Access Concept

LACM – Land-Attack Cruise Missile

MEU – Marine Expeditionary Unit

MIFA – Missões das Forças Armadas

MOOTW – Military Operations Other Than War

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NIA-D3 – Networked, Integrated, Attack in depth to Disrupt, Destroy and Defeat

OA – Operação Anfíbia

OEA – Organização dos Estados da América

OMFTS – Operational Maneuver From The Sea

OTH – Over the Horizon

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa

PIB – Produto Interno Bruto

SAM – Surface-to-Air Missile

SF – Sistema de Forças

SIGINT – Signals Intelligence

SLOC – Sea Lines Of Communication

STOM – Ship To Objective Maneuver

STUFT – Ships Taken Up From Trade

SVTOL – Short, Vertical, Take-Off and Landing

TF – Task-Force

TI – Tecnologias de Informação

Introdução

Com o final da Guerra-Fria, a ameaça direta de um agressor, com capacidades bem identificadas, em que existia uma estratégia clara do que se deveria fazer para as mitigar, desapareceu. A partir desse período, a aliança transatlântica gozou um período de claro domínio mundial, com a sua capacidade indiscutível para projetar poder em qualquer parte do mundo. Contudo, essa situação já não se coloca.

Neste momento, tanto os EUA como a NATO debatem-se com a dificuldade de reorientarem as suas capacidades militares por forma a operarem militarmente em cenários restritos, altamente tecnológicos, em que inimigos quer sejam estatais ou não estatais têm amplo acesso a comunicações satélite e armamento altamente desenvolvido, fazendo ainda um uso extensivo do ciberespaço para obtenção de vantagens militares.

Assim, motivado por estas alterações no panorama estratégico dos EUA, e identificadas a dificuldade na capacidade de projeção de poder em determinadas regiões mundiais, com especial ênfase na região do sudoeste asiático, com o grande salto militar que tem ocorrido nas forças armadas chinesas, surgiu o acrónimo A2/AD – *Anti-Access/Area Denial* - e tudo o que dele advém. Este termo surgiu no início do presente século, e está diretamente relacionado com um conjunto de meios que procuram negar o acesso a uma determinada região, ou dificultar a capacidade de operar nessa mesma região. Estes meios incluem sistemas que afetam a capacidade de projeção de poder, além de um conjunto vasto de meios interligados nos diferentes domínios – *cross-domain synergy* – e que abrangem diversos tipos de meios. Contudo, e apesar de não ter sido nunca confirmado expressamente, ele surgiu claramente associado às capacidades edificadas pelo governo chinês, que visam ameaçar a hegemonia norte-americana no Pacífico Ocidental.

Foi desta forma que este tema me suscitou curiosidade e me cativou o interesse. Associado a isto, e enquanto oficial de Marinha, não pude deixar de tentar levar o tema para uma perspetiva naval, tentando transportá-lo para “terreno” mais conhecido. Assim, surgiu a ideia de perceber qual a importância das Operações Anfíbias na atualidade militar e qual a sua empregabilidade, obviamente associado à questão da negação de acesso e da limitação da capacidade de projeção de poder.

Contudo, pude verificar, ao longo do desenvolvimento da dissertação, que muito pouco foi até hoje escrito relativamente ao tema por parte dos países europeus, nos quais

Portugal se insere. Recorri, de forma geral, nas referências que me baseio, a autores e centros de estudo norte-americanos, nos quais o tema de A2/AD tem sido altamente desenvolvido e onde ocupa um lugar central nas prioridades da defesa. Por esta razão, e porque é do senso comum que os Estados Unidos da América são, sem qualquer sombra de dúvida, o principal país no que a assuntos militares diz respeito, considero que deve ser dado o devido destaque ao tema.

Portugal, enquanto país marítimo e com um passado colonial, dispôs sempre de Forças Armadas em locais remotos e distantes da pátria-mãe. Por este facto, foi sempre uma preocupação dos nossos governantes manter a capacidade para responder a qualquer situação, nomeadamente nas colónias mais longínquas. A Marinha, em particular, preocupou-se sempre em preparar forças com capacidade para projetar poder, e que servissem como solução para estas situações. Assim, e ao longo da dissertação, tentarei criar a ponte entre o A2/AD e as Operações anfíbias, procurando perceber de que forma, com base nas características deste tipo de operação naval, esta pode ser a solução para responder aos meios e estratégias que visam negar a capacidade de projeção de poder, negando o acesso a pontos estratégicos.

Esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos, sendo que no primeiro se pretende enquadrar o tema na conjuntura mundial, tentando perceber o que existe até agora inserido na documentação estruturante quer da NATO, quer a nível interno das Forças Armadas Portuguesas relativamente a esta temática, e quais são as diretivas de emprego das Forças Armadas Portuguesas ao nível da projeção de poder. O segundo capítulo procura clarificar o conceito de A2/AD, explorando o que existe a nível de documentação militar que permita entender em que consiste esta temática, e quais as ameaças que se colocam. Depois de feita esta primeira análise geral, ir-se-á tentar especificar as capacidades de A2/AD de alguns países, nomeadamente China, Irão e finalmente a Rússia. O terceiro capítulo aborda a temática das operações anfíbias. Pretende-se neste capítulo dar uma perspetiva histórica das principais operações anfíbias, estudando quatro operações anfíbias que responderam a estratégias de negação de acesso, e que foram bem-sucedidas ou não, e porquê. O quarto capítulo procura relacionar as operações anfíbias atuais, com aquilo que é a ameaça de A2/AD, procurando responder à questão se serão as operações anfíbias uma operação militar que pode fazer face e ultrapassar uma estratégia de negação de acesso, e que assim permita projetar poder numa qualquer região onde seja necessário.

A metodologia de investigação utilizada nesta dissertação consiste em pesquisa efetuada na internet, ou de informação retirada de alguns manuais e livros. Muitas das transcrições que introduzi ao longo da tese não sofreram qualquer alteração, por forma a manter intacto o seu propósito e sentido.

1. Política de defesa nacional e o emprego do Poder Naval

1.1 Estratégia Nacional para a defesa

Desde o início do Séc. XXI, e especialmente na última década, a situação estratégica global e o ambiente internacional sofreram profundas alterações. A crise económica que afetou primeiramente os Estados Unidos da América e seguidamente se propagou à zona Euro criou grande incerteza e inquietação sobre o futuro, efeitos ao qual Portugal não é alheio. Além disso, a emergência de novas potências, nomeadamente no espaço Euro-Asiático e América Latina, tiveram como efeito um reordenar das prioridades geoestratégicas norte-americanas, e que obrigam a alterações também no lado Este do Atlântico. (MDN, Conceito Estratégico Militar, 2014)

O ambiente político-estratégico internacional, desde o início do presente século, tem sido pautado pelas seguintes situações (Picoito, 2013, pp. 8 - 10):

- Crise dos mercados financeiros, com origem nos Estados Unidos da América, e que contaminou a Europa, causando grande instabilidade nos mercados financeiros e com consequências graves para o mercado de trabalho, resultando em despedimentos coletivos, greves e escaladas de violência;
- Os movimentos conhecidos com “Primavera Árabe” que colocaram um ponto final em alguns dos regimes ditatoriais do Médio Oriente e Norte de África com mais de 30 anos, com início na Tunísia, e que se alastrou à Líbia e alguns dos Estados do Magreb, e que têm tido repercussões graves na estabilidade social da região e, por consequência, têm-se arrastado para a Europa, nomeadamente com o fluxo migratório;
- O desenvolvimento exponencial de economias emergentes tais como Índia, Rússia e China, e que provocará dentro de alguns anos, se já não se faz sentir, o reordenar da balança económico-política mundial;
- As afirmações de força que têm sido feitas pelo Irão e Coreia do Norte, na corrida à capacidade nuclear, e que os tornam ameaças à segurança e ordem mundial;

Além disto, desde à cerca sete anos, coincidindo com o início da presidência de Barack Obama, os Estados Unidos da América focaram-se na região da Ásia-Pacífico, procurando estabilizar a região e prosperar naquela que é considerada como a região que irá pautar todo o século XXI. (Campbell & Andrews, 2016) Assim, os Estados Unidos

têm procurado criar ligações diplomáticas e militares fortes e sólidas como os aliados nesta parte do mundo, o que tem levado a que, em conjunto com alguns dos pontos salientados anteriormente, provoque uma alteração do foco das suas preocupações para a Região do Pacífico Oeste, e que assim “desinvistam” da região do Norte de África e Médio Oriente. Por esta razão, é necessário e importante que os países parceiros e aliados europeus assumam a responsabilidade de impor a ordem e paz nesta região (Resolução do Conselho de Ministros nº19/2013, de 5 de abril).

Assim, e devido a esta reconfiguração do Sistema Internacional, tornou-se imperativa a revisão e atualização dos principais documentos estruturante da política-estratégica nacional. No espaço multinacional, no qual Portugal se insere, têm também vindo a ser adotados novos conceitos estratégicos, como exemplo o conceito estratégico da NATO, em 2010. Assim, seguindo a mesma linha, em 2013 foi aprovado o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). (MDN, Conceito Estratégico Militar, 2014)

O CEDN define uma estratégia de segurança e defesa nacional, que deverá servir como referência para os portugueses, e que engloba todas as instâncias do Estado, e não somente os três ramos das Forças Armadas. “O conceito estratégico de defesa nacional define os aspetos fundamentais da estratégia global a adotar pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional.” (Resolução do Conselho de Ministros nº19/2013, de 5 de abril).

A aprovação em 2013 do novo CEDN, e, por conseguinte, das orientações nele vertidas, levaram à necessidade de atualização do Conceito Estratégico Militar (CEM), o qual se baseou também no programa “Defesa 2020”. (MDN, Conceito Estratégico Militar, 2014)

A “Defesa 2020”, enquanto reforma para um novo modelo da Defesa Nacional, e com objetivo de erguer umas Forças Armadas mais modernas, operacionais e sustentáveis, enquadrou a sua ação em dois pilares distintos e complementares (Resolução do Conselho de Ministro nº26/2013, de 19 de abril):

- Um novo ciclo de planeamento estratégico;
- A reorganização da macroestrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Assim, e enquanto documento central da ação estratégico-militar, decisor da estratégia operacional, o CEM permite orientar a constituição e organização de um instrumento militar que permita dar resposta às necessidades, interesses e

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

responsabilidade de âmbito militar, nas quais se incluem as responsabilidades de natureza coletiva e cooperativa. (MDN, Conceito Estratégico Militar, 2014)

O CEM estabelece as orientações de definição das Missões das Forças Armadas (MIFA), do Sistema de Forças (SF), constituindo ainda a base para o planeamento da estratégia operacional. (MDN, Conceito Estratégico Militar, 2014)

Tal como descrito acima, e conforme o CEDN, o ambiente internacional, marcado por um intenso fenómeno de globalização e por um quadro de novas ameaças, tem permitido materializar um conjunto de oportunidades. O aprofundar da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) europeia, nomeadamente na geração de capacidades militares próprias, e que procura assim responder à necessidade de cooperação dos vários países europeus, é uma dessas oportunidades (MDN, Conceito Estratégico Militar, 2014).

Contudo, a globalização tem criado novos desafios à estabilidade regional e manutenção da ordem internacional. Podem ser apontados alguns tais como (MDN, Conceito Estratégico Militar, 2014):

- Rápido crescimento económico e militar de países da Ásia e Pacífico, e que já se reflete na orientação estratégica norte-americana;
- Tensões e conflitos fora das fronteiras europeias, mas que podem causar problemas sociais ou de circulação de bens;

Simultaneamente, existem preocupações de natureza interna que não devem ser descuradas, sob pena de se abrir um vazio estratégico, nomeadamente a descontinuidade territorial, que implica a capacidade para garantir a livre circulação no espaço interterritorial. (MDN, Conceito Estratégico Militar, 2014)

O CEM identifica ainda um conjunto de ameaças e riscos ao ambiente estratégico militar, dos quais se tornam particularmente relevantes os seguintes (MDN, Conceito Estratégico Militar, 2014):

- A propagação de formas de combate assimétrico, espectáveis sobretudo em teatros além-fronteiras, e que se caracterizam por uma grande diversidade e grande capacidade de adaptação. Impõem-se para o facto a capacidade de conhecimento situacional e grande coordenação inter-forças;
- A pirataria marítima que visa ameaçar rotas comerciais vitais ao fluxo de bens materiais, e que exige a capacidade de permanente projeção de poder;

- A proliferação de armas de destruição maciças (ADM);
- A fragilização de estados em regiões como o Médio Oriente ou o Norte de África, e que podem levar à necessidade de projetar forças por um período de tempo alargado.

As MIFA 2014 decorrem do Conceito de Ação Militar e das Orientações Específicas, definidas no CEM. A partir disto, as MIFA permitem identificar as missões cometidas às forças armadas. Destas missões, realçam-se as seguintes, que envolvem ou podem envolver a capacidade de projeção de forças, assente em capacidade e meios que só a Marinha pode dispor (MDN, Missões das Forças Armadas, 2014):

- Garantia de circulação no espaço interterritorial, garantido a soberania do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP¹), por forma a dissuadir ameaças e assim garantir a liberdade de utilização das linhas de comunicação marítimas e aéreas.
- Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise;
- Evacuação/proteção de contingentes e Forças Nacionais Destacadas (FND);
- Operações e missões em colaboração com a ONU, NATO ou EU.

1.2 Orientações da Política de defesa nacional tendo em conta o emprego do poder naval

O valor estratégico que o mar tem deve ser uma referência para definir as capacidades militares de Portugal, com especial atenção para as capacidades navais. No domínio político, o mar representa uma extensão dos países costeiros, situação à qual Portugal não é alheio. Na área militar, serve como meio privilegiado para a projeção de forças. A nível económico, constitui-se como uma grande fonte de recursos, vivos e não vivos, e permite a circulação de bens (cerca de 90% dos bens circulam por via marítima). Além disso, cerca de 75% desses bens passa em alguns pontos reduzidos, os “*choke points*”. Como tal, o mar é, também, um meio privilegiado para ações de cariz negativo, tais como ações de pirataria e atos terroristas. (Conceito Estratégico Naval, 2015)

¹EEINP – O Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente é o espaço que corresponde ao território nacional compreendido entre o ponto mais a Norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a Sul, nas ilhas Selvagens, e do seu ponto mais a Oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a Leste, no concelho de Miranda do Douro, bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional.



Figura 1 - Choke Points mundiais (Feldman-Piltch, 2010)

No que a Portugal diz respeito, os espaços marítimos sob soberania portuguesa correspondem a uma área quase 19 vezes maior que o território nacional, sendo que a área de busca e salvamento equivale aproximadamente a 62 vezes a área desse território. (Conceito Estratégico Naval, 2015)

Posto isto, é possível afirmar que Portugal é uma nação de mar, e como tal dependem dele grande parte dos seus interesses e desígnios nacionais. Assim, e nunca pondo de parte esta condição, qualquer estratégia nacional, quer seja transversal a todos os setores governativos do Estado, quer seja estritamente na defesa, tem que colocar o mar, e o que a ele obriga, como um ponto central. (Picoito, 2013, p. 8)

Com base no CEN, baseado nos objetivos estratégicos militares decorrentes do CEDN, identificam-se os objetivos estratégicos para a Marinha, (Conceito Estratégico Naval, 2015):

- Assegurar a componente naval da defesa militar do território nacional, garantindo a dissuasão credível necessária à manutenção da integridade do território, a segurança da circulação interterritorial de pessoas e bens, a afirmação no mar da soberania nacional e da defesa dos interesses nacionais;
- Atuar, permanentemente, no EEINP, na salvaguarda dos interesses nacionais, incluindo o patrulhamento, a busca e salvamento marítimo, a vigilância e a fiscalização marítimas;

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

- Atuar no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural (EEINC)², salvaguardando a vida e os interesses dos cidadãos nacionais e contribuindo para a segurança das linhas de comunicações marítimas estratégicas;
- Contribuir com forças e meios no quadro dos compromissos internacionais, dos quais depende a defesa e segurança coletivas, materializando os compromissos assumidos;
- Participar em operações no âmbito da segurança cooperativa e humanitária, assegurando a prontidão para atuar em todo o espectro de ações militares, afirmando a relevância estratégica do país enquanto ator no sistema internacional;

Por forma a cumprir com os objetivos estratégicos definidos no CEN, são traçadas um conjunto de medidas, com o fim de concretizar os objetivos traçados, e que asseguram a edificação das capacidades adequadas. (Picoito, 2013, p. 20)

As capacidades edificadas, e que compõem o Sistema de Forças Nacional (SFN), devem assegurar em coerências com os objetivos traçados no CEDN, recursos para concretizar com eficácia as missões que a Marinha se propõe. (Picoito, 2013, p. 20)

Contudo, e decorrente da situação económica em que o País se encontra, existem diferenças entre as capacidades de que se deveria dispor, e aquelas que de facto existem. Assim, os riscos assumidos serão tanto maiores quanto maior for a discrepância entre o que deveria existir e o que de facto existe. (Picoito, 2013, p. 21)

Nas prioridades a serem encaradas nos programas de aquisição e modernização da Marinha, algumas das capacidades que apresentam lacunas são as seguintes (Picoito, 2013, p. 22):

- Oceânica de superfície;
- Fiscalização e vigilância;
- **Projeção de forças;**
- Combate à poluição;
- Assinalamento marítimo;
- Guerra de minas;

² EEINC – Decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e da defesa, os atores em presença e as diversas organizações em que Portugal se insere. Podem considerar-se áreas de interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, quaisquer zonas do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afetar.

- Cibersegurança;
- Conhecimento situacional marítimo.

A capacidade de projeção de força da Marinha, assente no Corpo de Fuzileiros, representa uma componente essencial de quaisquer forças armadas, enquanto instrumento fundamental para cumprir alguns dos objetivos estratégicos definidos no CEDN. (Picoito, 2013, p. 22)

A capacidade de projeção de força de que atualmente a Marinha dispõe encontra-se limitada pela inexistência de um navio polivalente logístico, com capacidade para transporte de meios anfíbios e meios aéreos, cujas valências se adequam ao ambiente e necessidade de projeção que tem constado no planeamento de forças desde há mais de dez anos. A aquisição deve ser considerada prioritária, por forma a se assegurar a capacidade autónoma de transporte de forças, de escalão batalhão, para que se possa promover o apoio logístico de FND, bem como a participação em exercícios ou missões reais onde seja necessário projetar poder em território de acesso restringido. (Picoito, 2013, pp. Ap 4-6)

2. Anti-access/ Area Denial

2.1 Introdução ao conceito de Anti-access/Area Denial

Os termos *Anti-Access* e *Area Denial* constituem algo recente, referentes a estratégias com objetivo de negar ou limitar a capacidade de um adversário conseguir operar numa determinada região. (Tangredi, 2013, p. 1) Estes dois conceitos surgiram no topo da documentação estruturante dos EUA, nomeadamente no documento “*Sustaining US Global Leadership – Priorities for the 21st Century Defense*” (de 2012), onde a terceira missão prioritária das forças armadas norte-americanas é, exatamente, projetar poder apesar dos desafios de *Anti-Access/ Area Denial*. (Monteiro, A2/AD, 2014, p. 4)

Muito embora os termos de *Anti-Access* e *Area Denial* sejam recentes, eles dizem respeito a um conceito que remonta a centenas ou milhares de anos atrás, possivelmente da época das invasões persas lideradas por Xerxes e das cidades-estado gregas, e que corresponde a estratégias que têm sido usadas ao longo da história. Desde sempre que num conflito, o ator que se pretende defender de um adversário tem como objetivo negar a esse adversário o emprego das suas capacidades, fazendo disso uma parte fundamental da sua campanha. Contudo, os termos de *Anti-Access* e *Area Denial* têm sido habitualmente usados para descrever uma estratégia em que o ator que defende é claramente inferior, em força ou capacidade, ao seu adversário. Assim, se o defensor permitir ao adversário que ele utilize livremente toda a sua capacidade, é muito provável que seja derrotado. O objetivo de uma estratégia de *Anti-Access* ou *Area Denial* é não permitir que o atacante traga para a região do conflito a sua superior capacidade, ou caso o faça, limitar a sua livre utilização. (Tangredi, 2013, pp. 1 - 2)

Embora estratégias de *Anti-Access* e de *Area Denial* tenham um cariz essencialmente defensivo, não é mandatório que sejam desenvolvidas com esse objetivo, nem que o defensor seja obrigatoriamente o lado mais fraco de um conflito. Durante a 2ª Guerra Mundial, a campanha japonesa no Pacífico teve como base uma estratégia clara de *Anti-Access*. Após ter conquistado o território da Manchúria em 1931, e posteriormente ter conquistado as colónias holandesas, as suas ações nas ilhas do Pacífico tinham como objetivo manter as forças aliadas afastadas do Japão. O ataque em *Pearl Harbor* tinha o objetivo de atingir o *Center of Gravity (CoG)* americano no Pacífico, os seus porta-aviões, que eram e são a base da sua capacidade de projeção de poder naval. Caso o tivessem conseguido, possivelmente os EUA não teriam tido a capacidade de recuperar por forma

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

a contra-atacar. Este é exemplo claro de uma estratégia de *Anti-Access*. (Tangredi, 2013, p. 2)

Os termos *Anti-Access* e *Area Denial* (A2/AD) adquiriram praticamente definições oficiais, embora ainda não constem na documentação referente a termos militares, nomeadamente o *Joint Publication 1-02*, dicionário de termos militares do Departamento de Defesa norte-americano. No entanto, as suas definições aparecem no documento *Joint Operational Access Concept* (JOAC), que constitui o documento que introduz o conceito de *operational access*, e como as forças militares terão que operar em resposta a desafios emergentes de *Anti-Access* e de *Area Denial*. (Tangredi, 2013, pp. 32 - 33)

Assim, e segundo o JOAC, define-se *Anti-Access* (A2) como as ações e capacidades, normalmente de longo alcance, que visam evitar ou atrasar a deslocação e entrada de uma força opositora num teatro de operações. Define ainda o *Area Denial* (AD) como as ações e capacidades, normalmente de curto alcance, que tentam limitar a liberdade de ação de uma força opositora que já se encontra no teatro de operações. (Defense, 2012, p. i)

O documento JOAC propõe um conceito de como as forças militares irão garantir o *operational access*, face a diversos adversários e sob diversas condições. Assim, define *operational access* como a capacidade para projetar poder militar num teatro de operações com liberdade suficiente para conduzir a missão subsequente. O *operational access* é o contributo das forças militares para o *assured access*, o livre acesso aos espaços comuns³ (*global commons*) e aos espaços soberanos – terrestre, marítimo, aéreo, espaço e ciberespaço. (Defense, 2012, p. 1) Assim, pelo seu acesso praticamente global, as forças militares não só devem ser capazes de os defender como de os explorar e usar. Segundo Barry Posen, o poder dos EUA, enquanto potência global, assentava na capacidade de controlar o acesso e a utilização dos grandes espaços comuns. (Monteiro, A2/AD - RAÍZES MARÍTIMAS, 2014, p. 5) Em particular, Posen defendeu a importância de controlar o mar enquanto espaço comum. “Command of the commons is analogous to command of the sea...” (Posen, 2003, p. 8)

³ Espaços comuns (*Global Commons*) não pertencem a nenhum estado e ninguém pode reclamar soberania sobre eles ou proibir o seu uso. São espaços comuns da humanidade, que permitem o acesso a grande parte do globo – daí a sua importância estratégica. (Monteiro, A2/AD - RAÍZES MARÍTIMAS, 2014, p. 5)

Como se refere acima, o JOAC propõe o conceito de *operational access* para responder às ameaças emergentes de A2/AD. Contudo, em 2009, antes de surgir o JOAC, o DOD reconheceu a necessidade de criar e explorar conceitos e capacidades para preservar a capacidade de projeção de poder e liberdade de movimentação das forças norte-americanas. Como tal, em julho de 2009, o Secretário de defesa norte-americano propôs o desenvolvimento do conceito de *AirSea Battle (ASB)*, sendo este conceito capaz de fazer face a operações militares de grande desenvolvimento tecnológico. O conceito de ASB foi especificamente pensado, numa fase inicial, para responder à ameaça A2/AD colocada pela China. (Jan Van Tol, Mark Gunzinger, Andrew Krepinevich, & Jim Thomas, 2010, p. xi)

O ASB contribui particularmente para o *operational access*, tendo este conceito sido desenvolvido por forma a integrar um conjunto de forças e capacidades capazes de conquistar e manter a liberdade de movimentação nos espaços comuns. (Morris, et al., 2015) O conceito de ASB serve o seguinte objetivo principal – projetar poder militar, sob qualquer forma possível em qualquer teatro de operações, mantendo esse poder de forma sustentada durante o tempo necessário. Para isto, o conceito está desenvolvido segundo o acrónimo NIA-D3 – *Networked, Integrated, Attack in Depth to Disrupt, Destroy and Defeat*. Este conceito refere-se ao conjunto de meios interligados em rede, por forma a permitir um ataque em profundidade que permita ultrapassar as capacidades de *Anti-Access* inimigas, e permita às seguintes operações destruir as capacidades *Area Denial* e assim derrotar o inimigo. (Jan Van Tol, Mark Gunzinger, Andrew Krepinevich, & Jim Thomas, 2010)

Recentemente, em conjunto, os quatro Chefes do Estado-Maior dos ramos das forças armadas norte-americanas decidiram estender o conceito de ASB, por forma a incluir também o exército no processo, e assim introduzir certos elementos tais como o contributo do poder terrestre, alterações no comando e controlo (C2) conjunto, melhorias no processo logístico, e como as várias capacidades conjuntas podem ser aplicadas para derrotar o esforço de A2/AD do adversário. Este conceito refinado de ASB irá resultar num conceito de emprego de forças, de nível operacional, que pretende garantir o acesso aos espaços comuns, e que garantirá a liberdade necessária para as operações subsequentes de projeção de poder. (Morris, et al., 2015)

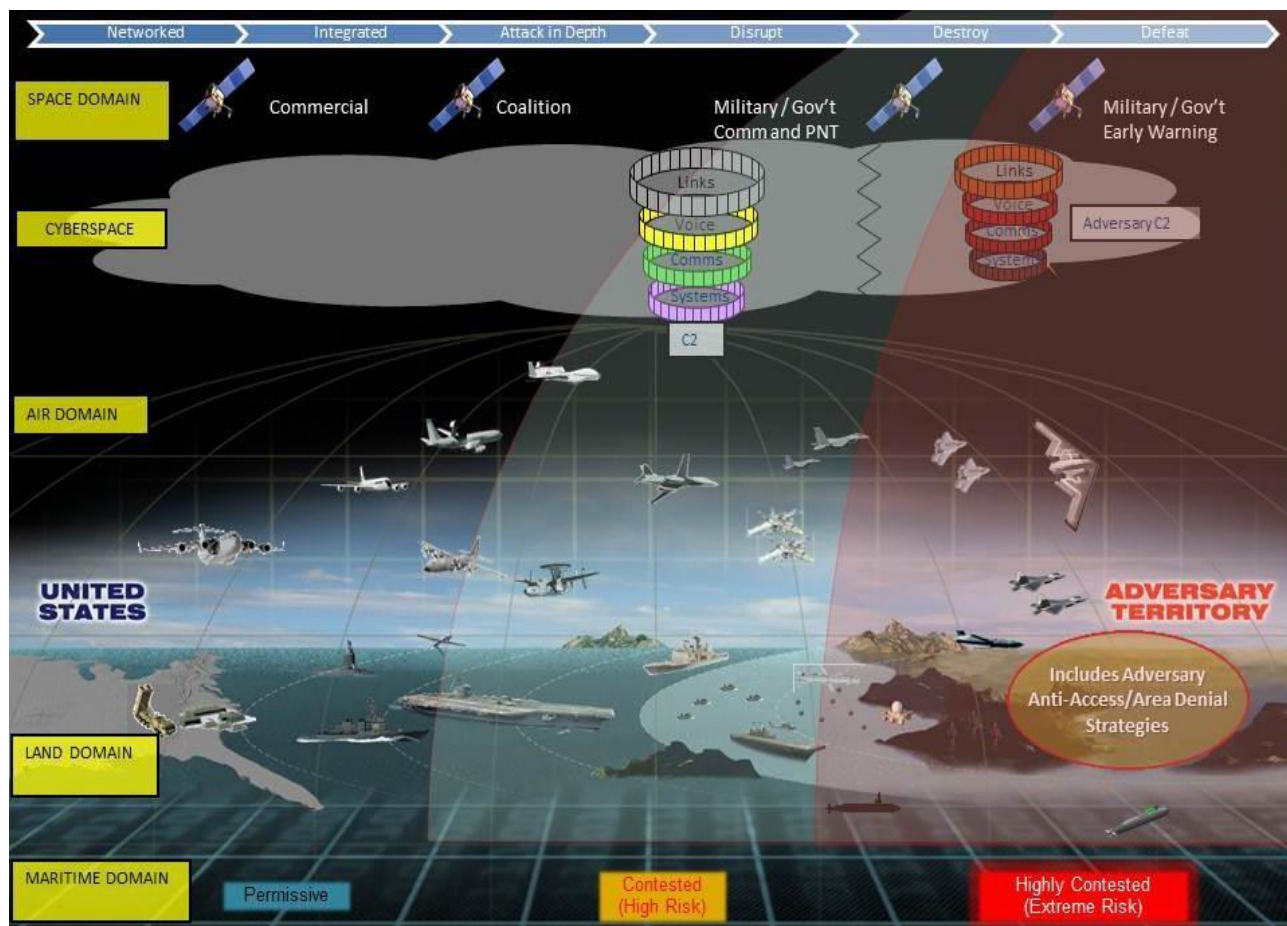


Figura 2 - NIA-D3 (Lyon, s.d.)

O conceito de *AirSea Battle* foi renomeado como JAM-GC – “*Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons*”. Este nome reflete algumas ideias chave, tais como o facto de serem necessárias capacidades em todos os domínios – Ar, Mar, Terra, Espaço e Ciberespaço - ainda “*access and maneuver*” reflete a importância de acesso operacional e liberdade de ação. O JAM-GC irá requerer as capacidades de uma força militar moderna, com capacidade para ultrapassar os desafios de *Anti-Access* e de *Area Denial* em todos os espaços comuns. (Morris, et al., 2015)

2.2 A importância do poder naval e os desafios de A2/AD do futuro

Alfred Mahan, Almirante da marinha norte-americana e um dos grandes teóricos do poder naval, definiu o papel determinante das marinhas militares em negar acesso ao espaço marítimo comum no qual assenta o comércio mundial. Assim, para Mahan, uma marinha poderosa teria a capacidade não só de derrotar uma marinha inimiga, mas também de influenciar o comércio no mar, ou seja, ter o completo controlo do espaço marítimo, ou conforme um termo usado pelos estrategistas navais, “*command of the sea*”. Assim, para Mahan, o poder naval, através do comando do mar, era o ponto-chave para

qualquer nação com objetivos a nível global, como era o caso dos EUA. Mahan também defendeu que o uso do mar e o acesso a terra a partir do mar tinham sido fatores decisivos nos conflitos do passado. (Tangredi, 2013, p. 34)

A ideia de que as marinhas podem ter um impacto nas decisões em terra consolidou-se, posteriormente, principalmente a partir do momento em que se iniciou o desenvolvimento da doutrina anfíbia, nomeadamente no período entre a 1ª Guerra Mundial e a 2ª Guerra Mundial. (Tangredi, 2013, p. 35)

Contudo, e apesar de Mahan ser um autor de referência no quadro do estudo do poder no mar, existiram e existem outras linhas de pensamento, cabendo aqui referir Sir Julian Corbett, um estrategista naval inglês e um dos mais reconhecidos da história, a par de Alfred Mahan (Monteiro, Poder naval no séc. XXI: a morte de Mahan e a vingança de Corbett, 2009).

Durante praticamente todo o Século XIX a hegemonia naval pertenceu à Grã-Bretanha e à sua Marinha Imperial. Contudo, e apesar desta premissa, para Corbett, o poder naval era importante, mas não decisivo para vencer uma guerra. O facto de Corbett ter publicado as suas ideias alguns anos depois de Mahan, permitiu-lhe refletir sobre o que este escreveu. Além, disto, Corbett aliou às suas ideias os conceitos chave de Von Clausewitz, adaptados ao domínio marítimo. Para ele, a importância da marinha tinha mais a ver com as ações subsequentes que teriam lugar em terra. (O'Lavin, 2009)

“since men live upon the land and not upon the sea, great issues between nations at war have always been decided ...by what your army can do against your enemy's territory”.

(Corbett, 1911)

Assim, para Corbett, a posição normal relativamente ao comando do espaço marítimo é que nenhum dos lados detém o seu efetivo controlo, sendo este espaço relativamente livre em tempo de paz. Para ele, o comando do mar é, pois, uma posição imposta por um dos lados, em relação ao outro, em tempo de guerra, e estando este efeito (comando do mar) restrito a uma região específica. (Rubel, 2012, p. 23)

O facto de se ter reconhecido que o conceito de *“command of the sea”* não se adequava à verdadeira natureza de um conflito no mar, levou a uma nova abordagem e ao termo de *Sea Control* – *“the ability to prevail in the area of conflict and utilize that*

sea-space for its own purpose.” Associadamente surgiu o termo de *Sea Denial*, algo que as marinhas menos poderosas procuram, negando o uso efetivo do mar pela marinha mais poderosa, tentando explorar eventuais falhas ou fraquezas. Posteriormente, a expressão *Sea Denial* acabou por dar origem à expressão *Area Denial*. (Tangredi, 2013, p. 36)

Durante grande parte da Guerra Fria, com os EUA e aliados a deterem grandemente o controlo do mar, em especial do Oceano Atlântico, a marinha soviética desenvolveu-se com base na capacidade de *Sea Denial*, gerando capacidade para enfrentar navios e aeronaves inimigas, sem se preocupar em conquistar regiões longe das suas fronteiras. Assim, o seu crescimento passou pelo desenvolvimento da sua capacidade subsuperfície, através de submarinos nucleares e convencionais, bombardeiros de longo-alcance, mísseis de cruzeiro, minas com sistemas sofisticados e ainda mísseis balísticos nucleares. O esforço da capacidade de *Sea Denial* soviética tinha o objetivo de desgastar as forças navais centradas nos porta-aviões norte-americanos, e ainda infligir danos nas linhas de reabastecimento da NATO no caso de um conflito na fronteira soviética com a Alemanha. (Tangredi, 2013, pp. 36 - 37)

O fim da Guerra Fria marcou um momento importante para as visões estratégicas de emprego do poder militar, em particular para os EUA e para a NATO. Com o colapso da União Soviética, desapareceu a presença de uma potência naval ameaçadora, o que permitiu criar um sentimento de acesso garantido, o que constituiu, possivelmente, uma das principais razões pelas quais a capacidade de conduzir uma guerra de *Anti-Access* seja, neste momento, uma das principais preocupações a nível militar. (Krepinevich, Watts, & Work, 2003, p. 31) O pressuposto de um “santuário oceânico” e de segurança nas bases avançadas conduziu a que fossem tomadas decisões de topo erradas, tais como cortes orçamentais para a defesa, com objetivos de gestão de custos e eficiência a qualquer preço, sacrificando competências e valências chave, e que conduziu a lacunas e vulnerabilidades nos sistemas e procedimentos operacionais. (Tangredi, 2013, p. 65)

Em particular, e porque este conceito tem sido essencialmente debatido nos EUA, embora agora também no seio da NATO, um dos relatórios produzidos por um dos membros do think-tank norte-americano CSBA, Jan Van Tol, passa exatamente a preocupação de que este pressuposto de acesso garantido levou a decisões por vezes erradas ou com pouca visão estratégica.

“US ground, air and naval forces have long been accustomed to operating from sanctuary. Their main operating bases, ports and facilities have been largely invulnerable to serious conventional attack since World War II. Navy surface and carrier aviation forces are accustomed to operating from sanctuary at sea, enabled by the near-absence of hostile long-range detection and targeting capabilities and capable enemy navies. And US communications, ISR, and precision-guided munitions (PGM) are heavily dependent on high-bandwidth connectivity for command and control, target detection, precision strike, and post-strike battle damage assessment operations. This connectivity is highly reliant on long-haul space-based assets that have hitherto also been accorded sanctuary status, save for the occasional modest localized jamming. The same can be said with respect to cyberspace which, despite numerous and consistent probes by China and other states, and by nonstate entities and individuals, has never been seriously compromised. The growing Chinese A2/AD capabilities, to include its cyber weapons, threaten to violate these long-standing sanctuaries. As this occurs, the consequence for US forces would include:

- *Loss of forward sanctuaries in physical domains and virtual domains (including space, cyberspace, and the electromagnetic spectrum);*
- *Denial of access to areas of operations; and consequently*
- *Loss of strategic and operational initiative.”*

(Jan Van Tol, Mark Gunzinger, Andrew Krepinevich, & Jim Thomas, 2010, p. 14)

Uma vez mais, com o fim da Guerra Fria, a dissolução do Pacto de Varsóvia, e com a Operação *Desert Shield/Desert Storm* (Guerra do Golfo), começou a surgir entre os estrategistas navais norte-americanos um novo conceito de *Anti-Access*. Com a estratégia marítima da Guerra Fria claramente desadequada, a marinha norte-americana focou-se em desenvolver a sua capacidade expedicionária e de acesso em regiões de possíveis conflitos que pudessem surgir. Esta abordagem operacional permitiu reforçar a cooperação e colaboração entre o Corpo de Fuzileiros e a Marinha norte-americana, com a combinação de ambos a garantir o *assured access*. A discussão relativa à capacidade de projeção de poder pelas forças navais norte-americanas começou, contudo, a ganhar

relevância entre as chefias militares e *Think-Tanks* associados às temáticas da defesa nacional. (Tangredi, 2013, p. 40)

Uma das principais ameaças à capacidade expedicionária norte-americana, em particular, tomou lugar durante a Guerra do Golfo, quando o General Norman Schwarzkopf cancelou um desembarque anfíbio no Kuwait devido à ameaça de minas iraquianas. (Tangredi, 2013, p. 40)

A discussão liderada pelo Departamento da Marinha norte-americana (*DoN*) relativo a ameaças futuras de *Anti-Access* à sua capacidade de projetar forças em regiões sem apoio de bases avançadas foi, inicialmente, algo extremamente contestado tanto pela força aérea norte-americana como pelo exército. Isto porque os principais meios de conduzir estas estratégias de *Anti-Access* em questão – mísseis balísticos e de cruzeiro – eram algo que nenhum potencial adversário detinha, razão pela qual a questão de negação de acesso a regiões como o Sudoeste e Nordeste asiático e à Europa não se colocava. (Tangredi, 2013, pp. 41 - 42)

As forças armadas norte-americanas, enquanto forças expedicionárias tornaram-se dependentes da sua capacidade de projetar, em segurança, as suas forças no teatro de operações, e de dominar os espaços comuns – aéreo, marítimo e espacial – não tendo sido ameaçados em nenhum destes pontos em qualquer dos conflitos onde empregaram forças militares desde a guerra no Vietname. (McCarthy, 2010, pp. 2 - 3) Com base em análises feitas pós-guerra do Golfo por analistas militares chineses, observou-se que um dos elementos que permitiu o sucesso da campanha foi a facilidade com que os EUA conseguiram colocar as suas forças nos teatros de operações, praticamente sem nenhuma oposição. Acrescentaram ainda que o poder aéreo norte-americano foi essencial em todas as operações nas quais participaram e que, no caso de se pretender enfrentar os EUA numa campanha militar, os esforços A2/AD deverão estar focados em negar a capacidade de lançar poder aéreo tanto a partir de terra como do mar, incluindo não só aeronaves como mísseis de cruzeiro. (Cheng, 2013)

Um estudo publicado em 2003 pelo *Centre for Strategic and Budgetary Assessment (CSBA)*, intitulado “*Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge*”, o qual introduziu pela primeira vez o acrónimo A2/AD, refere exatamente que a vitória em 2003 no Iraque, onde as forças da coligação liderada pelos EUA destruíram, em 21 dias,

as forças iraquianas, serve como base para possíveis futuros adversários adotarem estratégias de *Anti-Access*. (Tangredi, 2013, p. 51)

“There is ample reason to anticipate that future adversaries, having seen Iraq routed twice by US-led coalition forces after they were allowed to deploy unmolested into Southwest Asia, will seek asymmetric ways of opposing the movement of US military forces into their region.” (Krepinevich, Watts, & Work, 2003, p. i)

Em março de 2015 a marinha norte-americana publicou *“A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower”*, o documento estruturante que apresenta a estratégia marítima segundo a qual a marinha norte-americana vai organizar e empenhar a sua capacidade em apoio à estratégia nacional, defesa e segurança interna. Este documento vem no seguimento do anterior documento estruturante⁴, publicado em 2007. Contudo, e conforme descrito no atual documento em vigor, um conjunto de alterações na segurança mundial e de natureza económica, além de orientações estratégicas publicadas em 2012 e 2014, obrigaram a um refinamento da estratégia marítima por forma a garantir os superiores interesses da nação. Em particular, o constante aparecimento e desenvolvimento de capacidades que visam negar ou limitar o acesso a determinadas regiões do mundo, tem ganho cada vez mais importância entre a documentação estruturante. É, portanto, óbvio que seja também uma preocupação da marinha norte-americana, enquanto força avançada para garantir os superiores interesses do país. (Navy, *A Cooperative Strategy for the 21st Century*, 2015, p. 1)

“Today’s global security environment is characterized by the rising importance of the Indo-Asia-Pacific region, the ongoing development and fielding of Anti-Access/area denial (A2/AD) capabilities that challenge our global maritime access, continued threats from expanding and evolving terrorist and criminal networks, the increasing frequency and intensity of maritime territorial disputes, and threats to maritime commerce, particularly the flow of energy.” (Navy, *A Cooperative Strategy for the 21st Century*, 2015, p. 1)

Contudo, em contraste com o anterior documento, de 2007, no qual não constava nenhum país em específico como ameaça, este documento aponta quatro países – China,

⁴ *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*

Irão, Rússia e Coreia do Norte. O documento indicou as funções do poder marítimo como sendo (Monteiro, FUNÇÕES DO PODER MARÍTIMO, 2016, p. 4):

- Acesso a todos os domínios
- Dissuasão
- Controlo do mar
- Projeção de força
- Segurança Marítima

Uma destas funções, acesso a todos os domínios ou, em inglês, *All-Domain Access*, constitui uma das novas funções de poder marítimo, e que não constava na anterior estratégia, de 2007. O facto de a marinha colocar esta função como uma das suas principais funções, possivelmente como a principal, estando as restantes subordinadas a esta, (JR., *Winning The War Of Electrons: Inside The New Maritime Strategy*, 2015) revela a importância concedida pelos EUA à capacidade de projetar poder em situações de possíveis estratégias de negação de acesso. (Monteiro, FUNÇÕES DO PODER MARÍTIMO, 2016, p. 4) Citando o Almirante Jonathan Greenert⁵: “*It’s all well and good to want to project power, be deterrent, and all of those things, but if you can’t get to where you need to get – which could be on the surface, under the sea, in space, you get my point: all the domains including cyber – you’ll be ineffective.*” (JR., *Winning The War Of Electrons: Inside The New Maritime Strategy*, 2015)

Definiu-se *All-Domain Access* como a “capacidade de projetar o poder militar em áreas contestadas com suficiente liberdade de ação para operar eficazmente”. (Navy, *Uma Estratégia Marítima para o Poder Marítimo durante o Século XXI*, 2015, p. 18). Esta capacidade de projetar poder é, atualmente, ameaçada tanto por atores estatais como por não-estatais, estando estes adversários a aumentar gradualmente o emprego de estratégias A2/AD. (Pomerleau, 2015)

Com base no mesmo documento, só através das capacidades em todos os domínios (*cross-domain capabilities*) conseguidas pela parceria marinha-fuzileiros, combinando as capacidades de controlo marítimo e projeção de poder, é possível combater as ameaças de negação de acesso. Para isso, os seguintes elementos são essenciais (Pomerleau, 2015),

⁵ O Almirante Jonathan Greenert foi chefe das operações navais norte-americanas (*Chief of Naval Operations*) no período entre setembro de 2011 até setembro de 2015.

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

(Navy, Uma Estratégia Marítima para o Poder Marítimo durante o Século XXI, 2015, pp. 19 - 20) e (Monteiro, FUNÇÕES DO PODER MARÍTIMO, 2016, p. 5):

- Conhecimento situacional (*battlespace awareness*) do campo de batalha, que implica vigilância permanente do campo de batalha;
- Comando e controlo afirmados (*assured command and control*);
- Operações no ciberespaço (*cyberspace operations*) abrangendo medidas ofensivas e defensivas;
- Guerra de Manobra Eletromagnética (*Electromagnetic Maneuver Warfare*) que inclui operações no ciberespaço e no espectro eletromagnético, tornando a guerra espacial, cibernética e eletrónica uma componente essencial da estratégia de *counter Anti-Access*;
- Fogos integrados (*integrated fires*) com os quais se pretende coordenar e sincronizar um conjunto de capacidades que visam obter efeitos letais e não-letais sobre o adversário.

É através da sincronização destas capacidades, ou como o documento refere, *cross-domain synergy*, que é possível atribuir aos comandantes operacionais as necessárias capacidades e opções em todos os domínios por forma a derrotar as estratégias de A2/AD. A chave para garantir o acesso em todos os domínios é construir a estrutura para estas capacidades em tempo de paz, reforçando a interoperabilidade com parceiros e aliados. (Pomerleau, 2015) e (Navy, Uma Estratégia Marítima para o Poder Marítimo durante o Século XXI, 2015, p. 20)

De seguida ir-se-á abordar, em particular, três dos quatro países apontados no documento “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*” - China, possivelmente o país com melhores capacidades de A2/AD, e ainda o Irão e a Rússia, como ameaças reais para a NATO e para a segurança na Europa.

Com o aumento gradual de importância de certos centros económicos e políticos na região costeira chinesa – Hong Kong, Taiwan, Japão – a estratégia militar deste país alterou o seu objetivo principal de defender a região continental para proteger a região periférica, com capacidade de projeção de poder naval. Assim, as forças armadas chinesas têm vindo a preparar-se para um conflito sob condições de tecnologia avançada, com base em tecnologias de informação (TI), com meios altamente móveis e letais. (Roger, Chase, Eaton, & Pollpeter, 2007, pp. xiv - xv) Segundo Tangredi, um conflito entre EUA e China,

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

provocado por uma ação militar, a forçar a anexação de Taiwan, é o cenário de anti-access mais provável de ocorrer nos próximos anos. O facto de a China considerar como seus os recursos no Mar do Sul da China, além das reivindicações e contra reivindicações de posse das ilhas na mesma região tem servido como catalisador de tensão entre os países do Sudoeste Asiático. Uma iniciativa deliberada por parte do governo chinês em se apoderar da ilha de Taiwan, ou um ataque a um navio norte-americano, poderiam ser causas suficientes para um conflito militar entre as duas nações. Raphl Peters acrescenta ainda “*Do not worry about a successful China. Worry about a failing China*” (Peters, 2001), fazendo uma analogia clara com o conflito das Falklands/Malvinas. (Tangredi, 2013, p. 166)

Contudo, e apesar disto, Tangredi acrescenta que, pela interligação económica forte entre as duas nações, estes não deverão ser motivos suficientemente fortes para um conflito entre os dois países. (Tangredi, 2013, p. 166) De acordo com diversos observadores, a probabilidade de um conflito entre duas nações – EUA e China – é até bastante baixa, pelas relações entre os dois países e pelo impacto catastrófico que teria nos dois lados. (O'Rourke, 2015, p. 4)

No caso de a China lançar uma ofensiva na Ilha de Taiwan, sendo uma iniciativa com um único objetivo e supostamente com uma curta duração, o foco da estratégia de *Anti-Access* será manter as forças norte-americanas/aliados fora da região. Para conduzir esta estratégia, não é forçosamente necessário afundar os porta-aviões norte-americanos, basta colocá-los numa situação em que, para se posicionarem adequadamente, terão de se colocar ao alcance dos mísseis chineses. Mesmo que o poder naval norte-americano/aliados consiga perfurar a barreira de *Anti-Access* chinesa, terão que estar dispostos a adotar uma postura *force-on-force*, conduzindo desembarques anfíbios no terreno taiwanês ocupado pelas forças armadas chinesas. Este pode ser um cenário muito complicado para os líderes militares norte-americanos preparem. Além do mais, as vantagens operacionais de um tal ataque de surpresa, apanhando forças norte-americanas e possíveis aliados em baixo estado de alerta, seriam difíceis de ultrapassar, mesmo considerando o emprego da capacidade expedicionária norte-americana. (Tangredi, 2013, pp. 166 - 167)

O cenário de *Anti-Access* no Sudoeste Asiático distingue-se dos restantes possíveis cenários pelo empenho que os analistas militares chineses dedicaram a este assunto, e pelos gigantescos recursos disponibilizados pelo governo chinês para

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

desenvolver especificamente estas capacidades. Com exceção de um conflito com a Rússia, o qual não é algo provável desde o fim da União Soviética, os EUA parecem o único adversário capaz de ameaçar as capacidades A2/AD chinesas. (Tangredi, 2013, p. 168) Contudo, a probabilidade de um confronto *force-on-force*, em terra ou no mar, é algo improvável entre estas duas nações. Assim, os líderes militares chineses têm canalizado grande parte dos recursos para criarem uma marinha de *Sea Denial*, com uma missão em tudo semelhante à marinha russa nos primeiros anos da Guerra Fria – manter os navios norte-americanos afastados das suas águas territoriais, não permitindo a possibilidade para uma ofensiva expedicionária. (Tangredi, 2013, p. 169)



Figura 3 - Linhas de Anti-Access chinês (Renken, 2014)

De facto, o esforço de modernização da marinha chinesa inclui um conjunto vasto de elementos, que inclui um programa de aquisição de diversos novos navios e armas, programas de desenvolvimento de mísseis balísticos anti navio (*ASBM*), mísseis de cruzeiro anti navio (*ASCM*), mísseis de cruzeiro de ataque ao solo (*LACM*), mísseis terra-ar (*SAM*), minas, aeronaves tripuladas e não tripuladas, submarinos, porta-aviões, navios anfíbios, contramedidas de minas e sistemas avançados de comando, controlo, comunicações, computadores, informações, vigilância e reconhecimento (*C4ISR*). (O'Rourke, 2015, p. 6)

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

Assim, de acordo com O'Rourke, o esforço de modernização da marinha chinesa está orientado para permitir as seguintes missões (O'Rourke, 2015, pp. 7 - 8):

- Preparar uma marinha capaz de responder a situações como a possível ofensiva sobre Taiwan;
- Afirmar as reivindicações territoriais chinesas no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental;
- Garantir a afirmação chinesa de direito numa zona económica exclusiva até 200 milhas náuticas;
- Defender as linhas de comunicação marítimas entre a China e o Golfo Pérsico (*SLOC*);
- Reduzir a influência norte-americana na região do Pacífico Ocidental;
- Afirmar a China enquanto potência regional líder e como uma das grandes potências mundiais.

No caso de um conflito em Taiwan, as forças norte-americanas/aliadas em resposta à estratégia de *Anti-Access* chinesa, seguiriam, de acordo com Tangredi, a seguinte sequência pelos diferentes domínios (*cross-domain*) (Tangredi, 2013, pp. 171 - 174):

1. Degradar as capacidades de *battlespace awareness*, “cegando” o adversário por forma a permitir a condução das operações. Inclui ataques no ciberespaço, destruição de sistemas espaciais como satélites, e ainda utilização de guerra eletrónica;
2. Utilização de operações de decepção;
3. Estabelecimento de um escudo antimíssil sobre Taiwan, através de plataformas no mar (*sea-based*);
4. Controlo do espaço marítimo e aéreo na região de Taiwan, através da utilização de submarinos, aviação tática e de longo-alcance e aeronaves lançadas a partir de porta-aviões;
5. Reforçar as defesas taiwanesas;
6. Condução de operações de *sea-denial* na região litoral chinesa, incluindo guerra de minas, guerra subsuperfície, superfície e aérea, negando ou limitando a navegação de navios de guerra e anfíbios chineses;
7. Suprimir a capacidade aérea chinesa;
8. Ataques contra todas as possíveis forças avançadas chinesas;

9. Conduzir operações de *air-denial* sobre o espaço aéreo no litoral chinês, negando a capacidade aérea, ou pelo menos negar a sua aproximação a Taiwan;
10. Ataques diretamente em portos chineses;
11. Garantir superioridade aérea sobre Taiwan;
12. Garantir suficiente apoio logístico, através de capacidade logística no mar (*sea-based*) por forma a conseguir projetar poder em Taiwan a qualquer momento e de acordo com o necessário.

Grande parte destas operações seria conduzida, tentativamente, em simultâneo, por forma a garantir a sinergia em todos os domínios (*cross-domain synergy*) necessária para derrotar a estratégia de *Anti-Access*. (Tangredi, 2013, p. 175)

Embora as capacidades militares chinesas tenham aumentado e melhorado de forma exponencial desde a crise dos Mísseis no Estreito de Taiwan, em 1996, em particular na marinha, diversos analistas militares consideram ainda que uma série de lacunas continuam por corrigir, nomeadamente a capacidade de guerra antissubmarina, operações conjuntas entre forças de diferentes ramos e o direcionamento de mísseis de longo alcance. (O'Rourke, 2015, p. 7) Em termos económicos, apesar de a China liderar o crescimento do produto interno bruto (PIB) a nível mundial, os EUA continuam estrategicamente superiores, o que não deverá alterar-se até 2050. As capacidades chinesas, ao contrário dos EUA, não lhes permitem projetar e sustentar forças militares para lá da região periférica chinesa. Além disto, ao contrário dos EUA, que mantêm relações económicas muito fortes a nível global, a China também aí se coloca com uma força regional, embora a crescer fortemente. Assim, uma possível ação militar em Taiwan teria certamente impactos na sua economia. (Tangredi, 2013, pp. 177 - 179)

Duranta a década passada e a presente década, com o leque de tecnologias militares que se tornaram mais facilmente acessíveis a diferentes Estados, e não somente a grandes potências militares, tem permitido a esses Estados desenvolver novas estratégias de A2/AD adequadas às suas ambições estratégicas e de acordo com as suas características geográficas. Em particular, o Irão tem investido em novas capacidades militares com o objetivo de negar ou dificultar as operações militares dos EUA/aliados no Golfo Pérsico. O desenvolvimento destas capacidades que poderão ser usadas para negar o acesso ao Golfo Pérsico, controlo do fluxo de petróleo e gás natural e a realização de ataques violentos contra civis devem ser aspetos que deverão ser tidos em conta pelos EUA e pela NATO. (Gunzinger & Dougherty, 2011)

Um conflito entre EUA/aliados e República Islâmica do Irão, em que esta última baseasse a sua estratégia em modalidades de ação de *Anti-access e Area Denial*, embora pudesse ter algumas semelhanças com um possível conflito no Mar do Sul da China, teria também muitas diferenças. Isto porque, e como principal razão, o Irão não tem as capacidades e recursos chineses para travar um conflito prolongado de *Anti-Access*, e seria possivelmente derrotado num curto espaço de tempo. É possivelmente por isto que tem sido tão importante para os líderes iranianos garantir a capacidade nuclear, que pode assumir o papel de arma de *Anti-access* chave, ameaçando de destruição um vasto espaço regional, particularmente relevante se se considerar alguma exiguidade que caracteriza o Golfo Pérsico. (Tangredi, 2013, p. 183)

Desde há mais de setenta anos que o Golfo Pérsico faz parte das prioridades estratégicas dos EUA. Também desde esta altura, a República Islâmica do Irão tem declarado a sua hostilidade para com os EUA, pelo seu apoio, em 1950, ao Xá Mohammed Reza Pahlavi, pelo apoio norte-americano aos estados árabes do Golfo e pelo facto de aceitarem a existência do Estado de Israel. (Tangredi, 2013, p. 189) A nível económico, o Golfo Pérsico representa uma peça fundamental do funcionamento do mercado mundial, tendo em conta que cerca de 55% das reservas de petróleo se localizam no Golfo. Para os EUA, o petróleo do Golfo Pérsico representa 20% das suas importações anuais. (EIA, 2015; Tilghman & Pawlyk, 2015) Além disto, o Estreito de Ormuz é provavelmente o ponto marítimo (*maritime chokepoint*) mais vulnerável a nível mundial, no qual cerca de 30% de todo o petróleo comercializado tem que passar. (Gunzinger & Dougherty, 2011, p. 3) Assim, e de acordo com Tangredi, um conjunto de ações por parte da República Islâmica do Irão poderia desencadear uma resposta militar EUA/aliados (Tangredi, 2013, p. 191):

- Ataque pelo Irão aos Emirados Árabes Unidos ou Arábia Saudita;
- Apoio direto do governo iraniano a possíveis revoltas xiitas na região;
- Intervenção militar iraniana no Iraque;
- Ofensiva militar em Israel;
- Negação de tráfego no Estreito de Ormuz;
- Utilização de armamento nuclear sobre um ator regional.

Como se afirmou anteriormente, o Irão tem vindo a desenvolver uma estratégia assimétrica por forma a contrariar a influência ocidental, principalmente dos EUA, na

região do Golfo Pérsico. Esta estratégia possivelmente combina táticas e armamento improvisados com meios tecnologicamente avançados, e tem como objetivo negar o acesso de forças militares à região do Golfo Pérsico, em particular com o bloqueio do Estreito de Ormuz. A estratégia iraniana de A2/AD, adaptada às capacidades financeiras do país, pretende explorar as características geográficas da região, além da influência política nos estados árabes na região periférica. (Gunzinger & Dougherty, 2011, pp. 21 - 22)



Figura 4 - Estreito de Ormuz (Gunzinger & Dougherty, 2011)

Em termos de capacidades, uma forma de analisar as capacidades de A2/AD iranianas é comparando-as com as capacidades chinesas. Assim se conclui, claramente, que a República Islâmica do Irão não dispõe de recursos e meios para igualar os meios de *Anti-Access* chineses. Contudo, esse facto não é de todo conclusivo. Com efeito, basta adaptarem os recursos e meios às características geográficas da região. Enquanto a China tem que se preocupar com reconhecimento aéreo e marítimo a grandes distâncias,

coabrindo grande parte do Pacífico, o Irão pode focar-se em concentrar as suas capacidades em negar a liberdade de ação no Golfo Pérsico e no Estreito de Ormuz. (Gunzinger & Dougherty, 2011, p. 23) De acordo com Tangredi, o facto de esta ser uma região confinada aumenta consideravelmente o potencial incapacitante das capacidades iranianas, em particular submarinos convencionais, navios, mísseis balísticos e de cruzeiro, e ainda artilharia com guiamento (*G-RAMM*⁶). (Tangredi, 2013, p. 188) Apesar da distinta diferença no volume de recursos, tanto o Irão como a China assumem uma estratégia por camadas, que começa com deteção e ataques ofensivos de alvos a longas distâncias, e aumenta gradualmente de intensidade à medida que recua no campo de batalha. Esta abordagem está de acordo com o conceito iraniano de “defesa em mosaico”. (Gunzinger & Dougherty, 2011, p. 23)

“In defending the homeland in depth and pursuing popular resistance against occupation, Iran would seek to impose a high cost upon an invader (namely, the United States) as a deterrent and, if invaded, to draw out the campaign to the extent that the invader loses the mettle to pursue its objectives to their conclusion. Iran envisions a “mosaic defense” and partisan warfare that presents the invader with multiple threats each step of the way to Tehran and renders any occupation of the country untenable.”

(Wehrey, et al., 2009, p. 53)

De acordo com Gunzinger, para que os EUA/aliados consigam evitar o sucesso de uma campanha de A2/AD iraniana, recuperando a liberdade de ação, é necessário empreender três linhas de ação (Gunzinger & Dougherty, 2011, p. xi):

- Criar condições para deter ou derrotar as agressões iranianas, ao mesmo tempo que se movimentam forças para apoiar as operações iniciais contra o Irão, fora do alcance de *Anti-Access* iraniano;
- Operar à distância, reduzindo a eficácia da rede de capacidades A2/AD, tentando degradar a capacidade de recolha de informações e aviso antecipado (*ISR*), e procurando diminuir os sistemas ofensivos e defensivos – mísseis, minas;
- Estabelecer superioridade aérea e marítima onde e quando necessário, incluindo o controlo do Estreito de Ormuz para permitir o avançar das operações.

⁶ G-RAMM: *Guided Rockets, Artillery, Mortars and Missiles*

Esta primeira abordagem à estratégia de *Anti-Access* visa criar uma posição de vantagem, após reduzir a densidade de medidas A2/AD, a partir da qual conduzir as operações necessária. Gunzinger escreve também que os EUA/aliados deverão estar preparados para conduzir outro tipo de operações, numa abordagem *Counter Area Denial*, que pode incluir operações para negar o uso de armas de destruição maciça, incluindo armas nucleares, armar grupos rebeldes antirregime, impor sanções económicas sobre Teerão (algo que já foi feito e pode ser visto como uma ação preventiva), realização de operações não-convencionais. (Gunzinger & Dougherty, 2011, p. xi)

O cenário de um conflito no Golfo Pérsico assume todas as possíveis formas de um conflito de *Anti-Access/Area Denial*, embora com características particulares, marcadas pelas limitadas capacidades do Irão e pela geografia da região. (Tangredi, 2013, p. 200) De acordo com Gunzinger, operações pelas forças expedicionárias, através de operações anfíbias, e outras operações não convencionais, recorrendo ao emprego de forças de operações especiais, poderão ser necessárias para neutralizar capacidades de curto-alcance. (Gunzinger & Dougherty, 2011, p. 70) A probabilidade de um tal conflito de facto vir a acontecer é, no entanto, muito baixa, já que o Irão iria ter que estar preparado para consequências pesadas. Contudo, Tangredi salienta que também no caso das Falklands/Malvinas, devido a pressões internas, o estado argentino tomou uma posição que não era esperada. (Tangredi, 2013, p. 202)

Como já foi referido, a dispersão das capacidades A2/AD por outros atores que não a China, nomeadamente o Irão e a Rússia, tem provocado uma alteração nos objetivos defensivos da Europa, colocando novas ameaças para a NATO. De forma geral, as estratégias de *Anti-Access* não são, neste momento, uma questão somente asiática, sendo aliás algo bastante preocupante para a segurança e paz do Ocidente. (Manea, Visan, & Gosu, 2015, p. 5)

“Russia’s ability to contest the landmass in Europe’s east may actually exceed China’s capacity to keep American forces away from thousands of miles of coastline”

(Fontaine & Smith, 2015)

Esta análise claramente traz implicações para a forma como a NATO vê a segurança regional, e como pretende atuar face às mais recentes ameaças. Fundamentalmente, a NATO permanece uma organização cuja capacidade assenta na

projeção de poder. Desde a Cimeira da NATO, realizada no País de Gales em 2014, uma das principais alterações na estrutura de forças da NATO foi reforçar a capacidade de projeção de poder aumentando o grau de prontidão da resposta, através de uma força de reação rápida, a “*Spearhead Force*”, além da *NATO Response Force (NRF)*, aumentada, no total de cerca de 40000 militares. Além disto, a NATO tem alterado de forma gradual a sua postura na Europa de Leste, tendo estabelecido postos avançados multinacionais de comando e controlo – *NATO Force Integration Units (NFIU)*. Ainda de salientar que os EUA destacaram para a Europa Central e de Leste um conjunto de meios, que visam acrescentar capacidade às suas forças expedicionárias na Europa, o que reforça esta visão estratégica da NATO. (Manea, Visan, & Gosu, 2015, pp. 5 - 6)

A nova visão estratégica de emprego dos meios, por parte da NATO, após a anexação da Crimeia, está pensada para a projeção de forças com elevado grau de prontidão, explorando as capacidades das forças expedicionárias. Contudo, esta abordagem assenta ainda nos pressupostos pós-Guerra Fria, onde os EUA/NATO detinham total capacidade de movimento e projeção do seu poder militar. Este não é, de todo, o atual cenário. A Rússia não só não é um adversário mais fraco, como detêm capacidades militares de A2/AD tecnologicamente bastante avançadas, que caso sejam preposicionadas na Crimeia ou em Kaliningrado, poderão neutralizar a defesa em profundidade da NATO, negando o acesso ao Mar Báltico ou Mar Negro. (Manea, Visan, & Gosu, 2015, p. 6)

De acordo com Paul Bernstein, do *Think-Tank “Center for Global Security and Research”*, com base em análises e cenários simulados por diversos analistas militares, a NATO teria grandes dificuldades em defender qualquer um dos Países do Báltico ou do Mar Negro, no caso de um ataque militar deliberado por parte da Rússia. De acordo com Bernstein, a Rússia teria uma significativa vantagem, de forma geral, nas capacidades militares que enviasse para esse conflito, particularmente em forças terrestres com grande mobilidade e flexibilidade, e bem equipadas. A NATO, embora com uma clara superioridade no domínio aéreo, não conseguiria aproveitar esta superioridade pelas capacidades de *Anti-Access* russas, nomeadamente sistemas integrados de defesa aérea (*IADS*). (Bernstein & Ball, 2015, p. 7)

A anexação da Crimeia por parte da Rússia veio trazer grandes alterações na balança militar da região do Mar Negro. Neste momento a Rússia detém o controlo do segundo ponto geográfico mais importante do Mar Negro, só ultrapassado pelo Estreito

de Bósforo e Dardanelos. O facto de existir, efetivamente, este controlo, potencia uma alteração profunda no *status quo* naval no Mar Negro. Como prova disto basta relembrar que, logo após a anexação da Crimeia, o governo russo assinou um programa para a aquisição de 30 novos navios, além do desenvolvimento das bases navais na Crimeia. (Daly, 2014) e (Manea, Visan, & Gosu, 2015, pp. 6 - 7) Com a Crimeia sob controlo russo, colocam-se agora dois objetivos principais para a Rússia – renovar e transformar a frota russa do Mar Negro, capaz de apoiar operações de *Anti-access* e de *Area Denial*, e segundo, desenvolver uma frota capaz de apoiar operações no Mediterrâneo. (Manea, Visan, & Gosu, 2015, p. 7)

Após a anexação da Crimeia, a Rússia enviou para este local um conjunto de meios, que se podem considerar como parte integrante de uma estratégia de A2/AD, tais como mísseis anti navio e antiaéreos, navios de superfície, submarinos, minas e ainda mísseis balísticos de curto alcance. Os navios, submarinos e aeronaves lançadas a partir de bases na Crimeia têm a capacidade de lançar armamento *Anti-Access* contra navios e bases NATO no Mar Negro. Assim, a anexação da Crimeia tem a capacidade potencial para negar às forças navais da NATO o acesso ao Mar Negro. Por esta razão, a anexação da Crimeia e o reforço militar russo não devem ser vistos como simples atos nacionalistas ou como posições defensivas, uma vez que estas armas de *Anti-Access* têm, sem dúvida, uma perspetiva potencialmente ofensiva. (Manea, Visan, & Gosu, 2015, p. 7)

“Since their occupation of Crimea, Russia has developed a very strong A2/AD capability in the Black Sea. Essentially, their anti-ship cruise missiles range the entire Black Sea, and their air defense missiles range about 40 to 50 percent of the Black Sea”

(JR., Russians in Syria Building A2/AD Bubble Over Region: Breedlove, 2015)

Neste momento, consumada a anexação ilegal da Crimeia coloca-se a questão da participação diplomática e militar russa na Síria. Embora a sua participação possa, de facto, contribuir para a resolução do conflito e minimização dos danos – humanos e materiais – é legítimo questionar o verdadeiro objetivo da sua participação nesta questão. (Sage, Davis, & Wakim, 2015, pp. 24 - 25). As dúvidas relativas à participação da Rússia neste conflito, não diminuíram com a afirmação do seu líder, Vladimir Putin, no dia 14 de março de 2016, de que a Rússia estava a preparar a retirada das suas forças militares.

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

Assim, e de acordo com diversas agências de notícias, não só o número de meios e equipamentos se manteve, como possivelmente até terá aumentado. (Reuters, 2016).

Embora as forças militares russas possam, de facto, estar a retirar da Síria, o que pode indicar que o presidente russo pretende seguir com as conversações de paz, forçando o presidente Bashar al-Assad a aceitar uma posição favorável às Nações Unidas, (Bodner, 2016), a participação da Rússia como mediador e interveniente neste conflito elevou as preocupações ocidentais relativamente às intenções da sua presença militar na Síria. (Tilghman & Pawlyk, 2015) Embora, de acordo com fontes russas, as suas intenções estejam focadas em combater as forças antirregime e contribuir para a paz na região, os meios russos que foram destacados para o teatro de operações representam um desenvolvimento claro de capacidades A2/AD. Esta estratégia não está em linha com o inimigo que supostamente os russos se propuseram combater (Sage, Davis, & Wakim, 2015, p. 25).

“As we see these very capable air defense [systems] beginning to show up in Syria, we’re a little worried about another A2/AD bubble being created in the Eastern Mediterranean”

(JR., Russians in Syria Building A2/AD Bubble Over Region: Breedlove, 2015)

Numa perspetiva a curto prazo, a sua presença permite conduzir operações aéreas na região, nomeadamente operações de combate e operações *ISR*, para as quais contribuem também os *drones*. De uma perspetiva mais vasta, uma relação favorável com a Síria permitiria estender as capacidades de *Anti-Access* e de *area denial* para o Médio Oriente (Tilghman & Pawlyk, 2015).

“We see some very sophisticated air defenses going into those airfields, we see some very sophisticated air-to-air aircraft going into these airfields (...) I have not seen ISIL flying any airplanes that require sophisticated air-to-air capabilities. These very sophisticated air defense capabilities are not about ISIL ... they're about something else.”

(Tilghman & Pawlyk, 2015)

Assim, é possível assumir que, de uma perspetiva militar, os objetivos russos com a sua participação militar na Síria sejam os seguintes – assegurar o acesso ao Mar Mediterrâneo mantendo uma posição física na Síria; diminuir a influência ocidental no

Médio Oriente, oferecendo uma solução alternativa para os países afetados pelo autoproclamado Estado Islâmico; ameaçar o livre movimento e capacidade de projeção de poder dos EUA/NATO, expandindo para isso as suas capacidades além do Mar Negro. (Sage, Davis, & Wakim, 2015, p. 25)

De acordo com Breedlove (JR., Russians in Syria Building A2/AD Bubble Over Region: Breedlove, 2015), o que realmente poderá deter esta ameaça de A2/AD é o investimento e o treino conjunto de forças militares NATO e forças militares norte-americanas.

“As an alliance, we need to step back and take a look at our capability in a military sense to address an A2/AD challenge (...) We have to get to these investments, exercises, and training scenarios that raise the responsiveness and readiness of the whole force.”

(JR., Russians in Syria Building A2/AD Bubble Over Region: Breedlove, 2015)

2.3 Conclusão

O desenvolvimento e proliferação de capacidades de *Anti-Access/area denial* têm provocado uma alteração nas visões estratégicas de defesa e projeção de poder um pouco por todo o mundo. Independentemente de se analisarem as capacidades A2/AD chinesas, iranianas, russas ou de alguns outros estados considerados “hostis”, é inegável que estes países têm investido grandes recursos no desenvolvimento e diversificação destas capacidades, adaptadas às respetivas realidades. (Manea, Visan, & Gosu, 2015)

Por isto, coloca-se, pois, a necessidade de uma estratégia de *counter Anti-Access*, por forma a responder a estas abordagens A2/AD destes atores, tal como discriminado no documento de 2012 “*Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century defense*”, assinado pelo presidente Barack Obama. A necessidade de uma estratégia de *counter Anti-Access* coloca-se tanto como uma capacidade para fazer face a estas ameaças como uma estratégia de dissuasão de uso de armas nucleares, com potenciais adversários na posse destas armas. Ainda que seja impossível afirmar que as capacidades e ações até hoje tomadas tenham impedido o uso de armas nucleares por estes países, o facto é que até hoje isto não aconteceu. O mesmo pode ser visto da perspetiva do A2/AD. Se a China entender que os EUA têm os meios necessários para contornar a sua rede de capacidades de *Anti-Access* e assim negar uma possível anexação de Taiwan, arriscariam tentá-lo? Caso o governo chinês se encontre sobre forte pressão popular, e em condições

económicas difíceis, tentará demonstrar a sua legitimidade, através da anexação de Taiwan, à semelhança do que ocorreu nas Falklands/Malvinas? Embora todas estas ações possam ser apenas assunções do que poderá ocorrer, o facto é que devem ser suficientes para que os países se preparem. (Tangredi, 2013, pp. 236 - 237)

A capacidade para enfrentar e ultrapassar uma estratégia de *Anti-Access* irá funcionar como um facilitador para o continuar da campanha, da mesma forma que o controlo do mar – *sea control* – funciona como o facilitador para a projeção de força em terra. A necessidade de uma estratégia de *counter Anti-Access* coloca-se pelo facto de que, sem esta estratégia, as operações em terra não poderão ocorrer. Além disto, uma estratégia de *counter Anti-Access* pode conduzir a um cessar das hostilidades, ou mesmo não conduzir a que estas não ocorram. (Tangredi, 2013, p. 250)



3. Operações Anfíbias

3.1 Síntese de Conceitos

“Amphibious flexibility is the greatest strategic asset that a sea power possesses”

Lidell Hart

Num cenário global atual onde se multiplicam os focos de tensão e possíveis escaladas de violência, em que surgem novas ameaças à segurança e ordem mundial, e onde se verifica o desenvolvimento exponencial de meios e tecnologias que poderão conduzir a possíveis ameaças ao livre acesso nos espaços comuns às nações, nomeadamente as vias marítimas e os “*choke points*” (Murphy, 2010, pp. 28 - 29), as forças anfíbias representam um instrumento de extrema capacidade estratégica e operacional para responder de forma adequada e cirúrgica a estas ameaças. (Jacob, 2003, p. 1) Agregado a isto, avulta uma situação económica e financeira restritiva que impõe a capacidade de flexibilização de meios e capacidades. À medida que Portugal, inserido num leque de países amigos e aliados, se aproxima deste futuro incerto, deve utilizar a sua capacidade marítima e anfíbia como forma de passar uma mensagem dissuasora, que contrarie esta miríade de ameaças assimétricas que surgem. (Group, 2012, p. 1)

Como se desenvolveu no Cap. II, um conjunto vasto de capacidades e meios tecnologicamente avançados, com capacidade para negar o livre acesso numa qualquer região, estão, neste momento, ao dispor e ao alcance de qualquer nação ou grupo que as procure. Caso isto de facto aconteça, é, pois, necessário dispor de uma estratégia que sirva para contornar e ultrapassar estes meios e, ao mesmo tempo, que sirva como um facilitador para projeção de forças. A capacidade e flexibilidade das forças anfíbias permitem, pelas suas características, a sua utilização num leque vasto de missões, a possibilidade de projeção de força em terra de dimensão muito variável, com a capacidade para o fazer num nível de custo relativamente baixo. Assim, em momentos de crise, a sua resposta rápida permite ganhar tempo para a tomada de decisão ao nível estratégico. Além disso, permitem um contributo válido em momentos de crises humanitárias ou situações de tensão ou escalada de violência. (Group, 2012, pp. 1 - 2)

“An amphibious Operation is a military Operation launched from the sea by a naval and landing force (LF) embarked in ships or craft, with the principal purpose of projecting the LF ashore tactically into an environment ranging from permissive to hostile. In outline it will see an amphibious task force (ATF) seeking to manoeuvre into a position of advantage in the littoral in respect to the enemy, from which force can be threatened or applied ashore. Such littoral manoeuvre will be directed towards a decisive point or critical vulnerability that impacts a center of gravity (CoG).”

(NATO, ATP-08 (C) - Doctrine for Amphibious Operations, 2013, pp. 1-1)

Pelas suas características, as OA's permitem a projeção de poder em terra, num território que pode ou não ser hostil, dentre de um vasto leque de possibilidades nas quais este tipo de operações pode ser utilizado. Na doutrina atual, existem cinco tipos diferentes de OA's (NATO, ATP-08 (C) - Doctrine for Amphibious Operations, 2013, pp. 1-2, 1-3):

- Demonstração – tem como objetivo iludir o inimigo, conduzindo-o a uma situação que lhe é desfavorável;
- Incursão anfíbia – representa uma rápida incursão a um objetivo, que pode incluir a sua ocupação temporária, seguido pela retirada pré planeada;
- Assalto – o assalto anfíbio é o principal tipo de OA, na qual se estabelece a força de desembarque numa costa hostil ou potencialmente hostil. Somente neste tipo de operações se estabelece a força de desembarque em terra;
- Retirada – tem o objetivo de retirar pelo mar uma força em terra, numa costa hostil ou potencialmente hostil;
- OA em apoio a outras operações não combatentes – as OA's são particularmente adaptáveis a operações do tipo *Military Operations Other Than War* (MOOTW), tais como evacuação de não-combatentes e ajuda humanitária.

As OA's, pelo seu espectro alargado de capacitação e flexibilidade, permitem aos decisores e comandantes operacionais tomar decisões de emprego focadas numa abordagem de nível estratégico ou de nível operacional. (Group, 2012, p. 1)

Ao nível estratégico, as OA's permitem duas abordagens – a destruição completa da capacidade defensiva do inimigo, ou uma abordagem mais limitada que visa atingir o inimigo num ponto específico.

“The combined [amphibious] operations which were the normal expression of the British method of making war...were of two main classes. Firstly, there were those designed purely for the conquest of the objects for which we went to war...and secondly, operations...designed not for permanent conquest, but as a method of disturbing our enemy's plans and strengthening the hands of our allies and our own position.”

(Malkasian, 2002, p. 15)

Na primeira, o desembarque anfíbio representa a primeira fase de uma operação decisiva contra um inimigo - quando em terra, as forças no terreno procuram derrotar o inimigo destruindo totalmente a sua capacidade militar. A invasão na Normandia é talvez o melhor exemplo deste tipo de objetivo estratégico. (Malkasian, 2002, pp. 15 - 17)

Na segunda, o objetivo da operação anfíbia não é destruir o inimigo, mas sim derrotá-lo num determinado ponto específico. Diversos exemplos de operações com este fim tiveram lugar na história, tais como a campanha nas Falklands/Malvinas ou a campanha na Malásia em 1941. Nestes casos, as OA's eram a única forma de conseguir derrotar o inimigo. (Malkasian, 2002, pp. 15 - 17)

Ao nível operacional, as OA's são utilizadas como meio de atingir objetivos específicos englobados numa campanha mais vasta. Existem dois tipos de ações operacionais nas quais as OA's podem ser usadas. Na primeira, os assaltos anfíbios são utilizados como meios para ultrapassar as defesas inimigas, por forma a conquistar uma posição de vantagem sobre o inimigo. As OA's, pela mobilidade permitida pelo espaço que o mar representa, permitem conduzir o assalto na melhor posição possível, eventualmente até atrás das linhas do inimigo, tal como aconteceu em Inchon, em 1950. A segunda, os assaltos anfíbios são lançados com o objetivo de conquistar porções de território, particularmente ilhas que, embora não constituam objetivos estratégicos, como na Falkland/Malvinas, facilitem a prossecução de uma campanha mais vasta. Operações anfíbias com este propósito ocorreram durante toda a Campanha no Pacífico, na 2ª Guerra Mundial, com a realização de assaltos anfíbios em diversas ilhas do Pacífico, com o

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

objetivo de conquistar importantes bases avançadas que permitiram contornar a estratégia defensiva japonesa. (Malkasian, 2002, pp. 17 - 18)

Historicamente, a execução de OA's pode ser verificada desde há centenas ou mesmo milhares de anos, possivelmente desde o tempo das civilizações egípcias, em 1200 a. C. Contudo, e apesar de milhares de anos de história, a sua característica principal manteve-se inalterada – a projeção de força do mar para terra, numa região provavelmente defendida por um adversário, numa operação de grande importância, estratégica ou operacional. (O'Sullivan, 2008, p. 8)

No período mais recente, desde 1776 até 1941, realizaram-se cerca de 180 operações anfíbias, e no período da 2ª Guerra Mundial mais de 600, variando em dimensão e em complexidade. Durante o período entre as duas grandes guerras, inclusive, as operações anfíbias sofreram as grandes alterações que iriam dar origem às atuais características da doutrina anfíbia. (Jacob, 2003, p. 2)

No desenvolvimento da doutrina anfíbia, três países claramente se salientaram – Inglaterra, EUA e Japão. Os japoneses desenvolveram a sua capacidade anfíbia durante o início do Séc. XX e durante o período entre guerras, desde 1920 até 1940. No início da 2ª Guerra Mundial, eram possivelmente o país com a maior capacidade anfíbia, tanto em meios como a nível da doutrina. A doutrina inglesa, com o contributo dos EUA, foi uma peça fundamental da guerra na Europa, culminando com o desembarque na Normandia. Quanto aos EUA, concretamente os fuzileiros norte-americanos, melhoraram e aperfeiçoaram durante a 2ª Guerra Mundial a doutrina anfíbia desenvolvida durante o período entre guerras. (Malkasian, 2002, pp. 21 - 23)

Seguidamente, proceder-se-á à análise dos seguintes acontecimentos – Campanha Inglesa em Gallipoli, Operação Albion, Campanha no Pacífico e Campanha nas Falklands/Malvinas - que envolveram a capacidade de projeção em terra, procurando entender a evolução das OA's, desde a época em que a execução deste tipo de operações era claramente uma dúvida, pelo risco associado, até à sua utilização em grande número na Campanha do Pacífico e, posteriormente nas Falklands/Malvinas, onde as OA's demonstraram a sua capacidade sem igual para a projeção de poder em terra, e que se coloca assim como uma capacidade “*must-have*” para qualquer nação com projeção global, ou que a isso aspira. Através da análise dessas operações e campanhas, tentar-se-á analisar a evolução da doutrina, meios e abordagens às OA's, analisar as ameaças que

foram colocadas durante a sua execução, e de que forma (ou não) estas operações foram bem-sucedidas, tentando, no final, entender se este tipo de operações militares poderá ser a chave para uma estratégia de *Anti-Access*.

3.2 Campanha de Gallipoli

O Estreito de Dardanelos, pela sua localização e disposição, representa um dos pontos marítimos mais importantes a nível mundial. A sua posição marca a única entrada por via marítima para o Mar Negro, e assim o acesso por mar para Istambul e alguns dos principais portos russos. (Masefield, 1916, p. 12) No decorrer da 1ª Guerra Mundial, a Alemanha pretendia utilizar a Turquia, seu aliado, como meio para ameaçar as linhas de comunicação entre o Mediterrâneo e a Índia. Esta ameaça nunca chegou de facto a existir, muito embora o simples controlo do estreito na posse dos turcos fosse, por si só, uma ameaça aos aliados e à Rússia. (Tangredi, 2013, p. 117)

Durante a 1ª Guerra Mundial, após cerca de cinco meses do seu início, a frente na Europa ocidental estava verdadeiramente num impasse, com as trincheiras a estenderem-se desde o Mar do Norte até aos Alpes Suíços. *“Politicians and strategists on all sides greeted this spectacle of war without end with alarm”* (Scott, 1986) Era, pois, necessária uma reação a esta situação, para a qual existiam duas possíveis opções – a primeira, forçar a frente ocidental obrigando as forças alemãs a recuar para o seu território ou, a segunda, atacar o flanco alemão a Leste, removendo a Turquia da guerra e assim “convencer” os países dos Balcãs a juntarem-se aos aliados. (Scott, 1986, p. 3)

Este impasse estratégico viria a ser ultrapassado com o pedido da Rússia para que os aliados fizessem algum tipo de demonstração de força perante os turcos. Perante este pedido, e a vontade de honrar o compromisso com os russos, foi decidido que atacar o império turco em Gallipoli seria a forma de executar esta demonstração de força. Uma vitória em Gallipoli iria permitir unir a frente na Europa Ocidental à Rússia, permitindo as trocas de armamento e de mantimentos indispensáveis na frente ocidental, iria permitir derrotar o império Otomano, e depois avançar para a Bulgária e a seguir Áustria-Hungria. (Scott, 1986, p. 5)

A campanha militar em Gallipoli é habitualmente dividida em duas partes – o bombardeamento naval no Estreito de Dardanelos pelas marinhas inglesa e francesa, e uma segunda parte marcada pelo assalto anfíbio na Península de Gallipoli. (Tangredi,



2013, p. 118)

Após o início da 1ª Guerra Mundial, os oficiais turcos rapidamente se aperceberam da importância estratégica do estreito para os aliados, levando-os a esperar um ataque por parte da marinha inglesa ou francesa. Em conjunto com oficiais alemães, rapidamente concluíram que as capacidades defensivas não seriam suficientemente fortes para aguentar uma grande iniciativa naval por parte dos aliados, e que por isto novas capacidades deviam ser edificadas. (Tangredi, 2013, p. 118) Assim, apoiados pela Alemanha, foram dispostas diversas linhas de minas ao longo da região de “*The Narrows*”⁷, num total de 400 minas. Além disto, foram acrescentadas baterias de costa, algumas trazidas desde a Alemanha. Foram ainda colocados lançadores de torpedos, na costa, e luzes de busca. A capacidade defensiva turca foi pensada e edificada de forma inteligente, permitindo uma aproximação relativamente fácil até à zona de “*The Narrows*”, embora a partir daí fosse praticamente impossível avançar sem sacrificar meios e vidas humanas. (Patton, 1936, p. 6)

Para comandar a campanha naval nos Dardanelos foi nomeado o Almirante Carden, então comandante da frota do Mediterrâneo. O seu plano de ação contemplava quatro fases: primeiro, conquistar os fortes de Helles e Kum Kale, à entrada do estreito; depois iniciar as operações de limpeza de minas e destruir as fortificações entre a entrada e a região de “*The Narrows*”; por último avançar a força naval para o interior do estreito e ultrapassar a zona mais confinada, passando para o Mar de Marmara. (Patton, 1936, p. 4)

⁷ “*The Narrows*” é a parte mais confinada do estreito de Dardanelos, com uma largura aproximada de 1400 jardas.

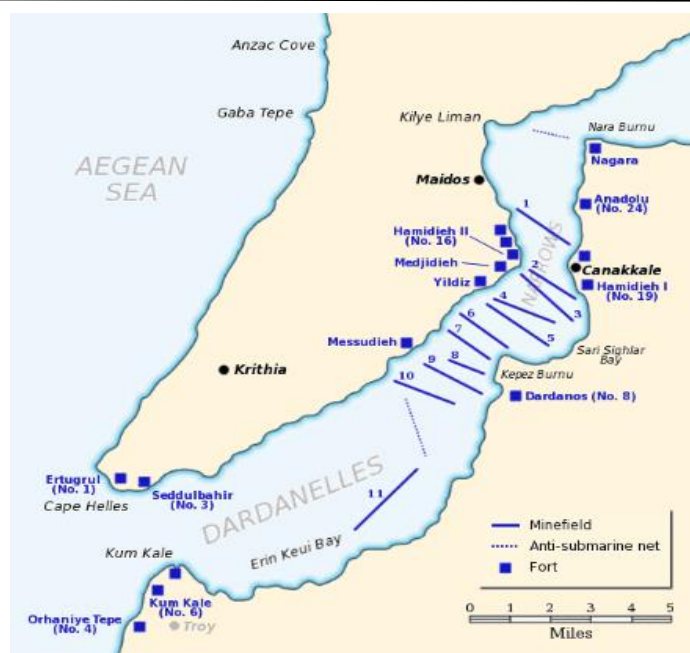


Figura 5 - Disposição de minas e fortificações ao longo do Estreito de Dardanelos (Dudek, 2015)

A primeira fase da campanha começou a 15 de fevereiro, e ocorreu da forma esperada para os aliados, tendo os navios conseguido destruir as fortificações turcas, tendo sempre permanecido fora do alcance efetivo das armas em terra. No dia 17 de fevereiro, as forças aliadas estavam prontas para o confronto principal, na zona mais confinada do estreito. No dia 18, os navios ingleses e franceses avançaram para a região de “The Narrows”, onde se esperava que conseguissem destruir as fortificações principais, avançando imediatamente após esta fase estar concluída. Contudo, no decorrer do dia, sete navios foram afundados, três dos quais devido ao contacto com minas que os ingleses acreditavam serem minas à deriva (não o estavam, de facto), e que provocou um conjunto de reveses que levou os oficiais ingleses a decidir recuar. (Scott, 1986, p. 6) Apesar dos navios afundados e das vidas humanas perdidas, caso os aliados tivessem aguentado a iniciativa, continuando a pressionar e a bombardear as defesas turcas, a campanha naval poderia ter tido um resultado diferente.

“According to the German Official Account, written by Muhlman, a staff officer of Liman von Sanders, in 'Der Kampf um die Dardanellen, 1915,' page 74: 'Most of the Turkish ammunition had been expended. The medium howitzers and minefield batteries had fired half of their supply . . . for the five 35.5 cm. guns there were only 271 rounds, say 50 each ... Particularly serious was the fact that the long range H.E. shells, which alone were effective against armour, were nearly used up. ... What, then, was to happen if the battle was renewed on the 19th

and following days with undiminished violence?"

(Scott, 1986, p. 9)

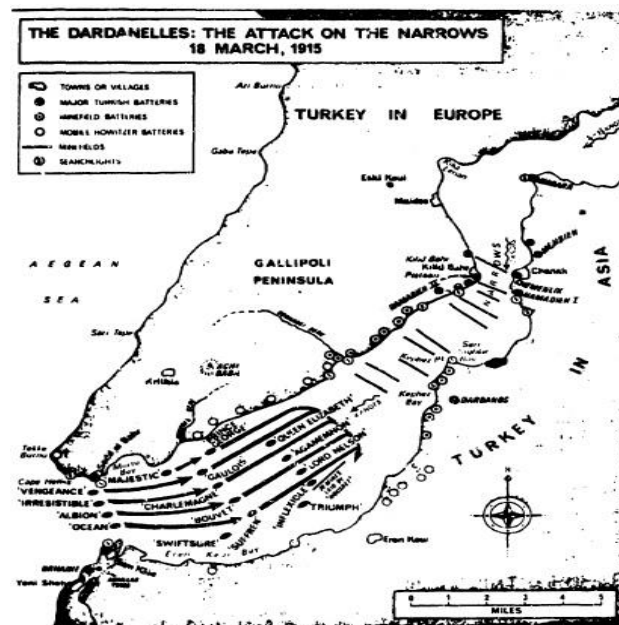


Figura 6 - Ataque naval em Dardanelos (Scott, 1986, p. 2)

A estratégia defensiva turca, embora simples e apoiada numa tática pouco elaborada de negação de acesso provou ser extremamente eficaz. Embora os navios ingleses e franceses tenham conseguido, de facto, ultrapassar as defesas à entrada do estreito, tiveram que lidar de seguida com a existência de minas. Quando iniciaram as operações de remoção de minas, as defesas costeiras focaram-se essencialmente em atingir os navios empenhados nesta tarefa, em vez de procurarem destruir os navios combatentes. Com uma inteligente camuflagem das peças de artilharia em terra, os bombardeamentos por parte dos navios mostraram-se muito pouco eficazes. (Tangredi, 2013, p. 120) Muito embora os aliados tivessem o completo controlo do mar, sem o qual toda a campanha seria praticamente impossível, não conseguiram ultrapassar o ponto fundamental da campanha naval, tendo sido obrigados a recuar. (Tangredi, 2013, p. 122)

Após o falhanço da campanha naval, os líderes ingleses foram obrigados a recorrer às forças terrestres para conquistar Gallipoli, algo que à partida seria muito pouco provável que acontecesse, e ainda menos desejado. A decisão tardia de recorrer a um assalto anfíbio teve um impacto profundo no resultado final da campanha. (Thiele, 2011, p. 134) O ataque naval aliado permitiu aos alemães e turcos perceber a importância real que este ponto tinha para os aliados, e que uma operação em terra, na península de Gallipoli era muito provável que ocorresse. Assim, o efeito surpresa, ponto essencial de

uma operação anfíbia, foi perdido. Um conjunto de capacidades defensivas foram edificadas por forma a preparar um provável assalto anfíbio na Península de Gallipoli, incluindo artilharia ligeira junto às praias, arame farpado dentro de água e ao longo de toda a extensão das praias. (Kannengiesser-Pasha, 1940, pp. 9 - 10) Foram ainda construídas diversas trincheiras em localizações chave para a resistência turca. (Tangredi, 2013, p. 119)

A decisão quanto à localização dos desembarques recaiu no Comandante da Força de Desembarque, o General Ian Hamilton. Para a decisão, pesou aquilo que se pretendia do exército – apoiar o ataque naval ao estreito, garantindo o terreno elevado na península de Gallipoli, destruir as baterias de costa no lado europeu e assim garantir proteção aos draga-minas. Para tal, entre as possíveis localizações, optou por efetuar o desembarque principal em Cape Helles, e um segundo desembarque mais a Norte, em Gabe Tepe, que atuaria na retaguarda dos turcos, além de um desembarque em Kum Kale, no lado asiático, com o objetivo de tentar faltar os turcos em apoio ao assalto anfíbio principal, obrigando as reservas turcas a enfrentarem um adversário a Sul. (Masefield, 1916, pp. 27 - 31)

Na madrugada do dia 25 de abril começaram os desembarques aliados na península de Gallipoli, realizando-se em sete locais diferentes quase em simultâneo. (Tangredi, 2013, p. 120) Nas primeiras horas, os aliados conseguiram desembarcar com sucesso as primeiras vagas do assalto, tendo estabelecido eficazmente as cabeças-de-praia necessárias. (Thiele, 2011, p. 136) Contudo, e apesar de este primeiro objetivo ter sido, de forma geral, conseguido, em nenhum momento as forças aliadas conseguiram avançar para o interior, perdendo finalmente a iniciativa, muito por culpa da fraca capacidade de C2 e da pouca capacidade de tomada de decisão dos oficiais ingleses neste tipo de operação. Muitos dos oficiais ingleses, que haviam combatido anteriormente na frente na Europa, estavam habituados à guerra nas trincheiras, o que levou a que em situações de fogo inimigo, imediatamente recuassem para posições defensivas. (Tangredi, 2013, p. 120) Contrariamente ao que deveria ter acontecido, e ainda mais neste tipo de situações táticas, onde o sucesso é conseguido através da conquista dos objetivos iniciais seguido da sua rápida exploração, os ingleses falharam, comprometendo toda campanha. O que se seguiu foi um espelho da frente na Europa, com ambos os lados instalados em trincheiras. (Venable, 1932, p. 4) e (Tangredi, 2013, p. 120) Nos meses que se seguiram, ocorreram diversas tentativas de avanços, de parte a parte, com os aliados a tentarem expandir as cabeças-de-praia, e os turcos a tentarem encurralar os aliados na praia. No

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

final do ano de 1915, os líderes ingleses aceitaram que a campanha estava condenada, ordenando a evacuação das forças em terra. (Thiele, 2011, p. 137)

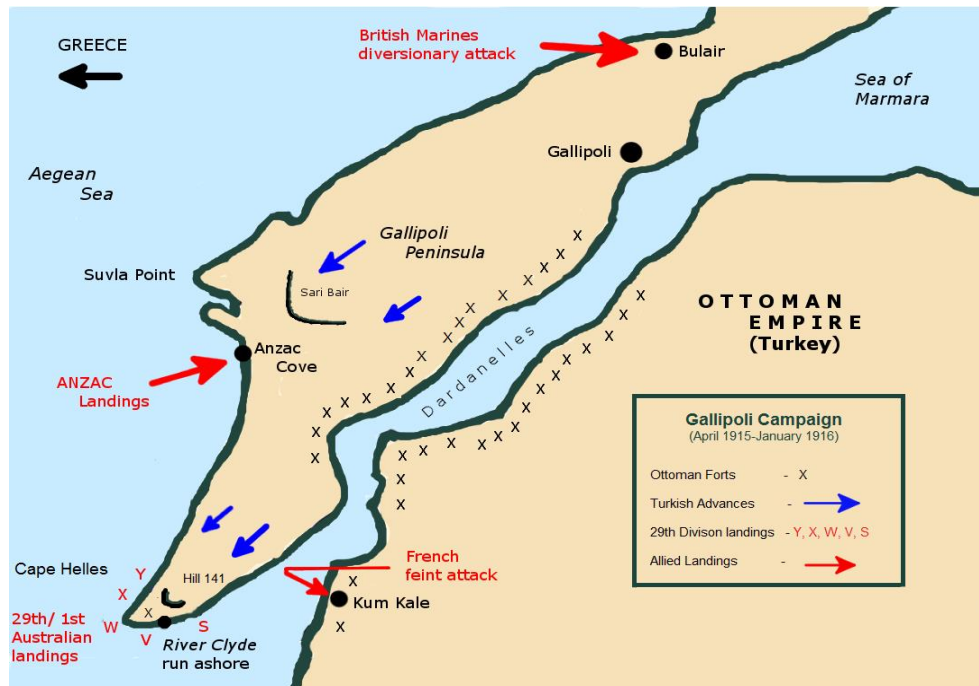


Figura 7 - Desembarques na Península de Gallipoli (Veloso, 2015)

A campanha militar dos aliados em Gallipoli, liderada pela Inglaterra, tornou-se uma das mais malsucedidas campanhas militares de sempre, tendo providenciado lições valiosas para o desenvolvimento da doutrina das OA's, principalmente de como não se fazer. Desde o primeiro momento da campanha, a falta de uma doutrina desenvolvida e experimentada, além de um conjunto de erros – efeito surpresa perdido, atraso na preparação de forças, falta de coordenação entre comandantes operacionais – que condenaram o sucesso da operação. Muito embora Inglaterra fosse, sem dúvida, uma potência naval, muito pouco ênfase havia sido atribuído, até então, às OA's. (Sullivan, 2003, p. 2)

Diversos fatores podem ser enumerados como causas para o resultado final. Assim, a falta de um planejamento claro da campanha, as falhas de liderança, a falta de cooperação entre os comandantes operacionais, além de diversas falhas de organização são talvez os principais, embora não os únicos. (Thiele, 2011, p. 137) Durante todo o decorrer da campanha em Gallipoli assistiram-se a pequenas alterações de última hora que foram contribuindo para a desorganização das forças em terra, e que acabaram por não ser capazes de tirar partido do fator surpresa, já por si em parte perdido com o bombardeamento falhado e com atrasos nos desembarques. (Sullivan, 2003, p. 2)

Analisando com atenção as capacidades turcas de negar o acesso da força naval ao estreito e posteriormente a forma como limitaram a livre movimentação das forças em terra, é possível afirmar com alguma certeza que, com o adequado grau de planeamento e com a necessária determinação em levar a cabo a missão, poderiam ter-se poupado muitos milhares de vidas, além de encurtar a duração da guerra. (Mason, 1994, p. 1)

A campanha de Gallipoli pode ser considerada com umas das principais campanhas militares "modernas", leia-se moderna desde a 1ª Guerra Mundial, na qual foi considerada uma estratégia de negação de acesso e posterior restrição de movimentos, a qual foi claramente bem-sucedida.

De acordo com Sun Tzu, *"by inflicting damage, he can make it impossible for the enemy to draw near"*. (Davin, 2013, p. 3) Claramente, negar o acesso de uma força opositora a um teatro de operações foi sempre um objetivo dos comandantes. Em particular, em Gallipoli, apercebendo-se da importância estratégica que o Estreito de Dardanelos e o posterior controlo de Constantinopla representavam para os aliados, os turcos em conjunto com o apoio alemão negaram o livre acesso à Península de Gallipoli, ao colocarem o exército na Península, e negando o acesso ao estreito de Dardanelos aos navios ingleses e franceses. Esta estratégia pode ser traduzida numa clara estratégia de A2/AD, embora à data assim não fosse entendido. Os turcos/alemães poderiam obter semelhante vitória, nos dias de hoje, com a utilização de minas modernas e mísseis balísticos e de cruzeiro anti navio. (Davin, 2013, pp. 3 - 4)

3.3 Operação Albion

Durante o decurso da 1ª Guerra Mundial assistiram-se a poucas ações que envolveram a realização de operações anfíbias. A Inglaterra conduziu a mundialmente famosa campanha em Gallipoli, em 1915, que se mostrou desastrosa para a sua ambição de acelerar o fim da Guerra. Por seu lado, os alemães realizaram uma operação anfíbia, a Operação Albion, que embora tenha sido um verdadeiro sucesso a todos os níveis - estratégico, operacional e tático – acabou por não constar nas principais páginas da história. (Thiele, 2011, p. 1)

Com o avançar da 1ª Guerra Mundial, a Alemanha entrou em 1917 bastante desgastada por mais de dois anos de conflito e a perder força, estrangulada por duas frentes de guerra – ocidental, disputada com Inglaterra e França, e oriental, disputada com a Rússia. (Thiele, 2011, p. 16)

As Ilhas Bálticas eram um ponto central na guerra no Mar Báltico. Com as ilhas sob domínio russo, a marinha russa tinha a capacidade para, a partir do Golfo de Riga, atacar o flanco alemão ou lançar uma operação terrestre atrás das suas linhas. Além disto, em conjunto com navios e submarinos ingleses, podiam exercer uma forte pressão na região Sul do Báltico, ou atacar as linhas de comunicação entre Alemanha e Suécia. (Staff, Operation Albion: The Attack On The Baltic Islands, 2000, p. 1) Aliado a isto, a entrada dos EUA na guerra iria obrigar os alemães a um esforço muito superior, tanto em número de soldados como de meios empregues na frente ocidental. Era, portanto, necessário libertar o máximo de soldados e meios possíveis para combater nesta frente. A única opção possível para conseguir esses números era garantir a frente oriental, forçando a Rússia a um acordo de paz, e depois voltar atenções para o Atlântico. (Staff, Battle of the Baltic Islands 1917 - Triumph of the Imperial German Navy , 2008, p. 7) Era, portanto, uma posição claramente estratégica para o Alto Comando Alemão, e que tinha como objetivo principal não só proteger o seu flanco e retaguarda, mas retirar a Rússia da guerra. O porto de Riga seria a base logística para uma ofensiva em direção à capital russa, *Petrograd* (São Petersburgo), conforme Erich Ludendorff (cit in (Thiele, 2011, p. 144)) *“The blow was aimed at Petrograd”*.

A operação, à qual foi dado o nome de *“Operation Albion”*, foi ordenada no dia 18 de setembro de 1917, com a ordem que a seguir se apresenta.

“For the domination of the Riga Gulf and the security of the flank of the East Armee, a combined attack by the land and sea forces is to take the islands of Osel and Moon, and the use of the Great Moon Sound is to be denied to enemy sea forces.”

(Staff, Operation Albion: The Attack On The Baltic Islands, 2000, p. 1)

Pela importância estratégica desta campanha, o planeamento da operação decorreu de forma rápida, tendo-se verificado pela primeira vez em toda a guerra um grande nível de cooperação entre marinha e exército. Em setembro de 1917 foi criada uma unidade para estudar os problemas associados a um desembarque anfíbio na ilha de Oesel, lembrando que não existia, nesta época, qualquer tipo de doutrina anfíbia no exército alemão. Contudo, e de forma notável, para os oficiais alemães garantir o efeito surpresa foi desde o primeiro momento um ponto essencial para o sucesso não só da operação em Riga, mas de toda a campanha psicológica sobre a Rússia. (Thiele, 2011, p. 144)

Pela posição estratégica das ilhas do Báltico, as defesas preparadas pelos russos eram, de forma geral, teoricamente bastante capazes, estando edificadas para proporcionarem uma proteção em profundidade, limitando seriamente o acesso ao Estreito de Irbe. (Staff, Operation Albion: The Attack On The Baltic Islands, 2000, p. 3) Foram colocadas baterias de 300mm no extremo Sul de Oesel, em Zerel, e ainda no ponto mais alto desta ilha, com um campo de ação de 360°. Em conjunto, negavam o avanço da força naval pelo Estreito de Irbe, que dava acesso ao Golfo de Riga, e negavam a possibilidade de conduzir as operações de desembarque tanto a partir de Sul, como no lado Este, entre a ilha de Moon e o território continental. Estas baterias no ponto alto da ilha de Oesel tinham também a capacidade de disparar para o Golfo de Riga, caso algum navio conseguisse ultrapassar o estreito. Na parte Norte da Ilha estavam colocadas baterias que protegiam *Tagga Bay*, e limitavam o acesso dos navios a *Kassar Bay*. A Norte, na Ilha de Dagoe, estavam colocadas baterias de 150mm apontadas para Sul, a negar a passagem no Estreito de Soele. Além disto, foram colocados campos minados a Oeste e a Sul de Oesel, protegidos por baterias em terra. (Lowry, 1935, p. 11) Desta forma, e tendo os alemães conduzido com extrema minúcia o reconhecimento da área onde iriam operar, recorrendo a aviação e a submersíveis, concluíram que a melhor localização para conduzir o desembarque seria na costa Norte de Oesel. (Thiele, 2011, p. 146)

Em conjunto, e na teoria, as capacidades defensivas russas seriam capazes de combater, a considerável distância, os navios alemães e, caso necessário, dispunham de meios para restringirem a livre movimentação de forças na proximidade das ilhas, nomeadamente as linhas de minas dispostas. Em conjunto, a defesa das ilhas foi pensada segundo um objetivo claro de negar o acesso do inimigo ao terreno. (Thiele, 2011)

O planeamento desenvolvido pelos alemães contava com dois desembarques, o principal a acontecer em *Tagga Bay*, na costa Noroeste de Oesel, e um desembarque secundário mais para leste, em *Pamerort*. Em *Tagga Bay*, as capacidades defensivas, que incluíam duas baterias de 150mm além de campos minados a Oeste, representavam a zona mais frágil das ilhas. A Sul, além dos extensos campos minados, as baterias de 300mm negavam qualquer acesso ao Estreito de Irbe, o que protegia de um desembarque em toda a costa Sul; a Norte, no Estreito de Soele, a colocação da bateria de 150mm em conjunto com a geografia do próprio estreito, dificultava o trânsito da força para *Kassar Bay*. Assim, e embora fossem ainda necessárias operações de remoção de minas e apoio da artilharia naval, *Tagga Bay* foi escolhido como local para o desembarque principal. O

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

desembarque em *Tagga Bay* pode ser entendido, à luz da doutrina anfíbia que se encontra em vigor, como uma forma preparar todo o decurso a operação, criando condições para a sua execução com sucesso – *shaping operations*. (Thiele, 2011) e (ATP 08(C) VOL.1)

“Shaping operations consists of supporting, advance force and pre-landing operations that aim to:

- a. Isolate the objective area(s).*
- b. Gain information about the adversary.*
- c. Prepare the AOA.”*

(ATP 08(C) VOL.1)

O desembarque principal tinha como objetivo estabelecer a cabeça-de-praia para o desembarque da restante força, e partir desta posição para avançar para Sul e eliminar a ameaça das baterias de Zerel. Este momento seria essencial para permitir as operações de remoção de minas na entrada do Estreito de Irbe, e permitir o apoio da artilharia naval a Sul. (Dinardo, 2005)

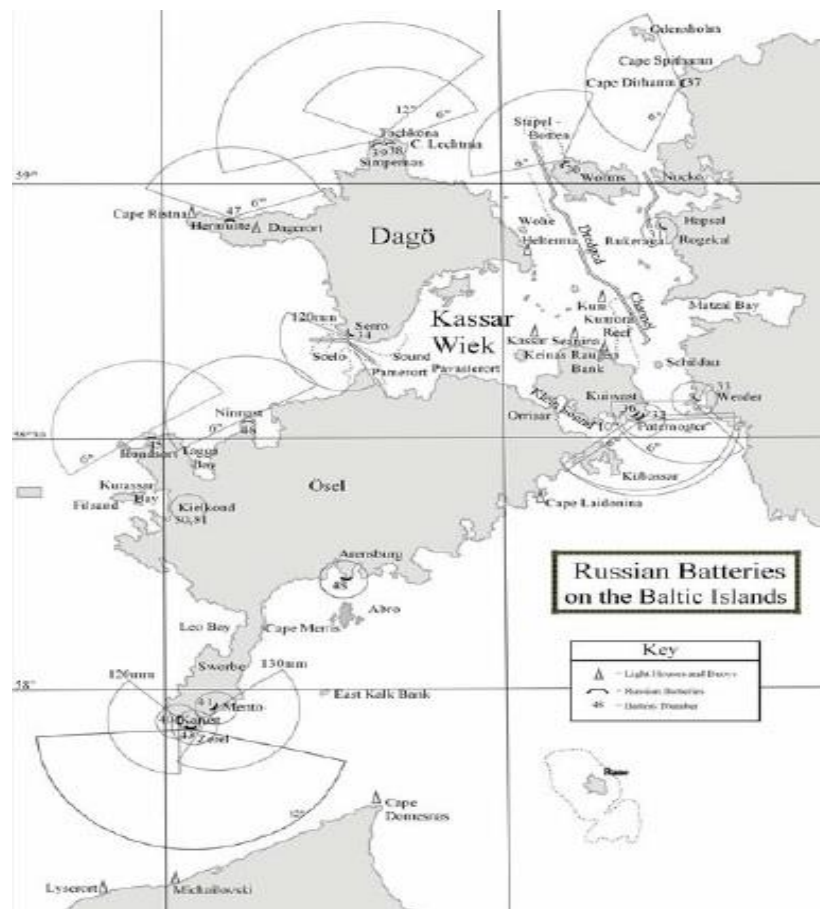


Figura 8 - Disposição das baterias de costa (Staff, *Battle of the Baltic Islands 1917 - Triumph of the Imperial German Navy*, 2008, p. 15)

O desembarque secundário, em Pamerort, tinha como objetivo cortar as linhas de reforço e fuga às forças russas, razão pelo qual a sua movimentação teria que ser rápida e decisiva. Neste desembarque estavam incluídos o I e II Batalhão de Ciclistas do exército. (Staff, Operation Albion: The Attack On The Baltic Islands, 2000, pp. 5 - 6)

O planeamento de toda a operação foi um ponto que distinguiu esta operação, pela positiva. Os oficiais alemães compreenderam que uma operação deste tipo obrigaria a um nível de preparação bastante minucioso. Assim, levaram a cabo um reconhecimento cuidadoso da região, o que lhes permitiu seleccionar a melhor área possível para o desembarque tendo em conta a meteorologia e geografia costeira. Reuniram também informação necessária sobre a defesa russa, o que lhes deu algum conhecimento real sobre essas capacidades. Contudo, alguns erros foram cometidos relativamente a isto, nomeadamente quando pensaram que existia artilharia em Pamerort, o que não era verdade, e ainda quando um dos navios colidiu com uma das várias minas à deriva, das quais os oficiais russos não tinham conhecimento. (Cumming, 1934, p. 16) Realizando diversos ensaios nas semanas que antecederam a operação, onde se beneficiou de um atraso devido ao mau tempo, foi possível às forças que constituíram a primeira vaga do assalto terem a oportunidade de treinar os procedimentos de embarque e desembarque nas lanchas rápidas, os soldados da força de desembarque principal, que iriam ser transportados por veículos especialmente transformados para levar mais homens e material, após a primeira vaga, aperfeiçoaram a destreza do transporte e arrumação do equipamento nestas embarcações, aumentando a rapidez e eficácia nos procedimentos. (Cumming, 1934, p. 6)

O movimento para a área de operações iniciou-se a 11 de outubro, tendo sido atrasado pelo mau tempo, que dificultou as operações de limpeza de minas. (Staff, Operation Albion: The Attack On The Baltic Islands, 2000, p. 6) Antes dos desembarques, vários navios foram incumbidos de destruir as baterias de costa, nomeadamente em *Tagga Bay* e *Toffri*, a Norte do Estreito de Soelo, por forma a permitir a passagem para *Kassar Bay*. (Lowry, 1935, pp. 16 - 17) Quando se deram os desembarques, a fraca organização e eficácia das forças russas levou a que rapidamente fossem controladas por um movimento bem organizado e incisivo da parte alemã. Todo o processo de desembarque e posterior movimentação em terra foi executado com alguma facilidade, estando as praias mal protegidas (peças de artilharia e arame farpado) e praticamente sem resistência. No momento em que começaram os desembarques, a reação dos russos foi recuar ou

simplesmente bater em retirada, o que permitiu o desembarque quase sem oposição. (Thiele, 2011, p. 147) A acrescentar às facilidades russas, toda a operação foi executada pelos alemães de forma exemplar, o que lhes permitiu desembarcar no primeiro dia quatro regimentos de infantaria e ainda artilharia terrestre. (Cumming, 1934, pp. 7 - 10)

A conquista das ilhas do Báltico – Operação Albion – foi, ao contrário do que sucedeu com a campanha em Gallipoli, um sucesso a todos os níveis, com todos os objetivos alcançados e até ultrapassados. Embora a operação tenha custado meios à marinha alemã, cuja falta seria sentido no decorrer da 1ª Guerra Mundial, nomeadamente os navios draga-minas, as baixas russas foram muito maiores. (Staff, Operation Albion: The Attack On The Baltic Islands, 2000, p. 43)

Com o final da operação, em dezembro, a Alemanha chegou de facto a um acordo de paz com a Rússia, o que lhe permitiu realizar o seu objetivo estratégico de libertar um grande número de soldados para a frente ocidental, garantindo a sua retaguarda. (Staff, Operation Albion: The Attack On The Baltic Islands, 2000, p. 43)

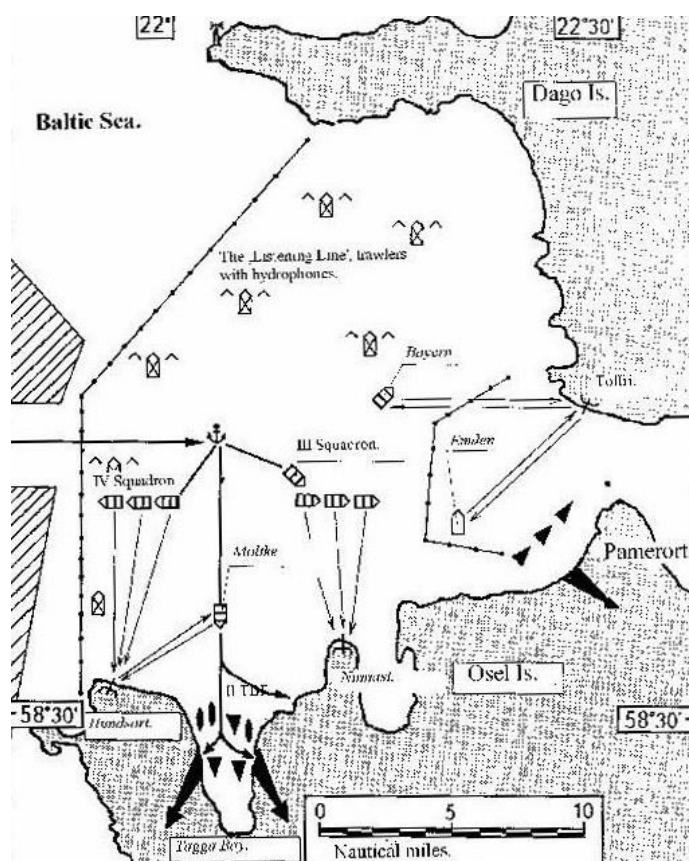


Figura 9 - Desembarques anfíbios em Tagga Bay e Pamerort (Staff, Battle of the Baltic Islands 1917 - Triumph of the Imperial German Navy, 2008, p. 10)

O sucesso desta operação deveu-se a muitos fatores, embora se destaquem alguns que foram particularmente importantes, ainda mais tendo em conta o facto de que esta operação representou algo novo para as forças armadas alemãs. Assim, os alemães perceberam que o efeito surpresa deveria ser mantido até ao primeiro tiro contra terra, e que seria este o fator decisivo no resultado da campanha; o planeamento da operação tinha bem claro o objetivo a atingir e os esforços que deviam ser feitos para tal; a partilha de conhecimento e o nível de cooperação entre os ramos militares foi essencial; o espírito inovador e visionário que permitiu implementar adaptações a este tipo de operações; a importância dada à recolha de informações sobre o inimigo, as suas capacidades e limitações; por fim, a capacidade de C2 que permitiu aos soldados em terra reagirem com rapidez por forma a aproveitar a surpresa tática que uma operação deste tipo permite, e que, no fim, lhe garantiu o sucesso. (Thiele, 2011, pp. 154 - 155) e (Cumming, 1934, pp. 19 - 20)

Para se analisar a capacidade dos russos de defender o seu território, é importante primeiro entender em que estado estavam as forças russas que se encontravam nas ilhas. A Rússia encontrava-se num período de pós-revolução, com a deposição do Czar Nicolau II e a vitória Bolchevique. Os oficiais russos estavam a liderar homens que estavam desmoralizados, descontentes e que dificilmente acatavam ordens dos seus superiores. (Wade, 2000, p. 17) O que falhou na defesa russa das ilhas não foi a capacidade de negar o acesso e livre movimentação alemã ao Golfo de Riga, foi sim a capacidade de efetivamente defender as suas posições nas ilhas, e que foi determinante para o resultado final. Caso a *Tagga Bay* tivesse sido reforçada, em primeiro lugar, com artilharia e homens, dificilmente os alemães teriam conseguido desembarcar de forma tão rápida um tão grande número de soldados. No final, o que falhou foi a capacidade dos russos de limitar os movimentos dos alemães depois destes terem desembarcado. (Thiele, 2011, p. 153)

3.4 Campanha do Pacífico

O Japão iniciou a sua participação na 2ª Guerra Mundial com objetivos limitados e com a intenção clara de limitar o alcance dos seus atos. O principal objetivo passava por garantir os recursos naturais do Sudeste Asiático e grande parte da China, e assim estabelecer uma esfera de influência na região, obviamente sob o seu controlo. (Brown, 2005, p. 165)

Com uma política expansionista controlada, e com objetivos bem definidos, nomeadamente garantir recursos e espaço para a sua população crescente, era necessário fazer uso da força para conquistar estes objetivos. A isto obrigava que fossem conduzidas um conjunto de operações, de maior ou menor escala, ao longo de uma vasta área do Pacífico, o que levou a que o Japão recorresse à versatilidade operacional que só as OA's permitem. (O'Sullivan, 2008, p. 124)

Os japoneses foram extremamente eficazes no primeiro ano da guerra, e em 1942 haviam já estabelecido o perímetro de controlo passando pela Malásia, colónias holandeses, Filipinas entre outros pontos. (Brown, 2005, p. 166) Após esta fase, as forças imperiais japonesas assumiram uma estratégia essencialmente focada em negar às grandes potências do Pacífico – EUA, Inglaterra e Austrália – o acesso ao espaço marítimo em torno do Japão, e assim garantir que não tinham forma de reverter as suas conquistas. (The War Times Journal, s.d.) A partir deste momento, o Império do Japão era autossuficiente no que diz respeito a recursos naturais, e pretendia rivalizar com os principais impérios coloniais na região do Sul e Sudoeste Asiático – Inglaterra e Holanda. Contudo, estes dois países, pelo facto de estarem a combater na frente europeia, não tinham capacidade para enfrentar o Japão na Ásia. Assim, a única potência que o podia fazer eram os EUA. (Tangredi, 2013, p. 142)

De acordo com a visão do Almirante Yamamoto, comandante da marinha imperial japonesa, e um especialista na doutrina e estratégia norte-americana, o Japão nunca seria capaz de vencer os EUA numa guerra de desgaste. Assim, e por forma a conseguir garantir os seus objetivos estratégicos, deveria conduzir a sua campanha de uma forma dirigida para objetivos específicos, tirando partido da disposição das ilhas do Pacífico. (Tangredi, 2013, p. 142)

Embora Yamamoto se opusesse expressamente a uma guerra contra os EUA, após essa decisão ter sido tomada pelo governo imperial japonês, desenvolveu um plano que passava, em primeiro lugar, por conquistar os meios que serviriam de apoio aos EUA, e que estavam descritos no “*WarPlan Orange*”⁸, conduzindo ataques nas Filipinas, Malásia, colónias holandesas, um ataque naval de grande escala no Havai, e depois

⁸ “WarPlan Orange”: Conceito que se refere a um conjunto de planos adotados pelo Conselho Conjunto do Exército e Marinha, e que abordavam a possibilidade de uma guerra com o Japão no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

consolidar o seu perímetro defensivo no Pacífico Sul e Central. Assim, e seguindo esta estratégia, realizou ataques quase simultâneos nas Filipinas e em Pearl Harbour, no Havai, e de seguida conduziu ataques na Malásia, colónias holandesas, tendo avançado até ao Índico. Um ponto-chave na campanha do Pacífico passava pelo sucesso no ataque a Pearl Harbour, que não só pretendia destruir a frota de porta-aviões americanos, mas também, e talvez mais importante, forçar os EUA a assinarem um pacto de não-agressão. (Tangredi, 2013, p. 143)



Figura 10 - "Muralha Imperial" formada, constituída pelas ilhas do Pacífico (Clancey, s.d.)

O que aconteceu como consequência do ataque a Pearl Harbour não tinha, contudo, sido antecipado pelos líderes japoneses, resultando no oposto ao pretendido. Não só não destruiu os porta-aviões americanos, que estavam fora do Havai em exercício, como ainda provocou uma onda de revolta nos EUA, que empurrou os EUA para a 2ª Guerra Mundial. (Thorton, 2014, p. xx)

Em junho de 1942 travou-se a batalha mais decisiva para guerra no Pacífico, e que precipitou a segunda parte da guerra – a Batalha das Ilhas Midway – naquele que representou o maior revés para a Marinha Imperial e para as intenções estratégicas japonesas. O objetivo desta batalha, em conjunto com a campanha nas ilhas Aleutas, era

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

fechar a “muralha” a Norte e no Pacífico Central, assegurando os pontos a partir dos quais os aliados poderiam recorrer para avançar em direção ao Japão. A partir das Midway os japoneses teriam todas as condições para lançarem um ataque em grande escala ao Havai. (Thorton, 2014)

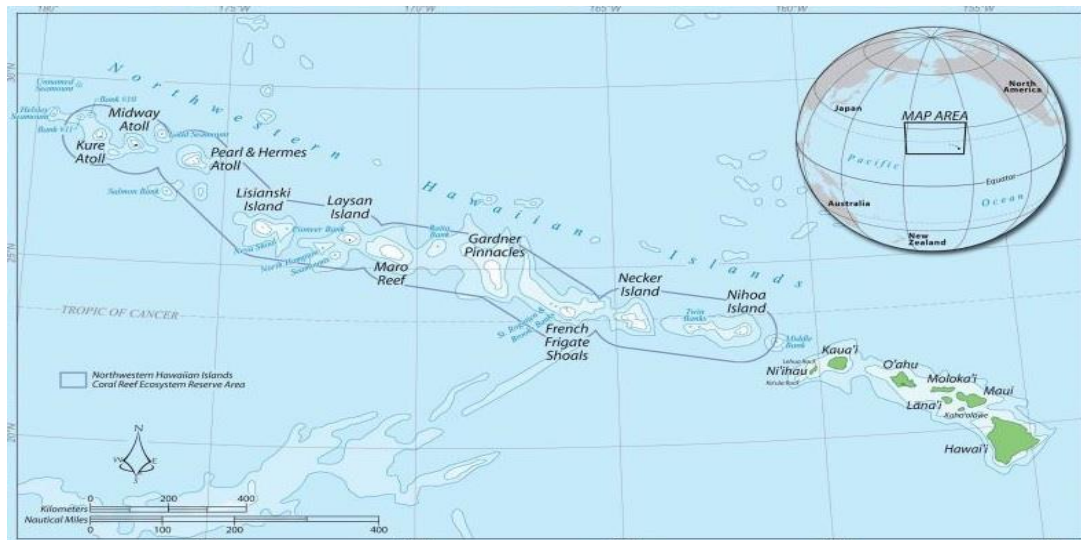


Figura 11 - Ilhas Midway e Arquipélago do Havai (A., s.d.)

Contudo, Yamamoto e outros oficiais e líderes japoneses cometeram um erro na análise da capacidade americana para travar uma grande batalha naval. Segundo estes, não se esperava que antes de 1943 os EUA tivessem uma capacidade naval suficientemente desenvolvida para enfrentar a marinha imperial japonesa, pelo que as Midway iriam permitir forçar os EUA para um acordo de paz. (Thorton, 2014)

O plano dos japoneses para as Midway revelou-se um total fracasso, tendo falhado em diversos pontos estratégicos e operacionais, e que conduziram a este resultado. Em primeiro, o facto de que o Almirante Yamamoto poderia ter escolhido outros alvos para a sua força de porta-aviões atacar, em vez das Midway, o que poderia ter alterado o curso da guerra no Pacífico. Acreditando que a marinha americana não estaria pronta para uma grande batalha naval, induziu os oficiais japoneses num erro que lhes custou possivelmente a guerra. Depois, o facto de as informações japonesas terem claramente falhado, ao não se aperceberem da estratégia de desinformação levada a cabo pelos americanos. Por último, o erro cometido pelo comandante da força japonesa, Almirante Nagumo Chiuchi, que, com a pressão de alcançar rapidamente as Ilhas Midway, na esperança de apanhar os navios americanos em reparações no Havai depois da Batalha do Mar de Coral, não colocou os seus navios à frente dos porta-aviões para servirem como aviso antecipado. (Baker, 2016) O resultado da batalha teve, assim, efeitos opostos nas

ambições japonesas e norte-americanas. Para os japoneses significou perder toda a sua capacidade ofensiva, com a destruição dos seus quatro principais porta-aviões, para os EUA abriu a janela para a resposta a Pearl Harbour, para a campanha nas Ilhas Salomão e para a reviravolta no Pacífico. (Baker, 2016)

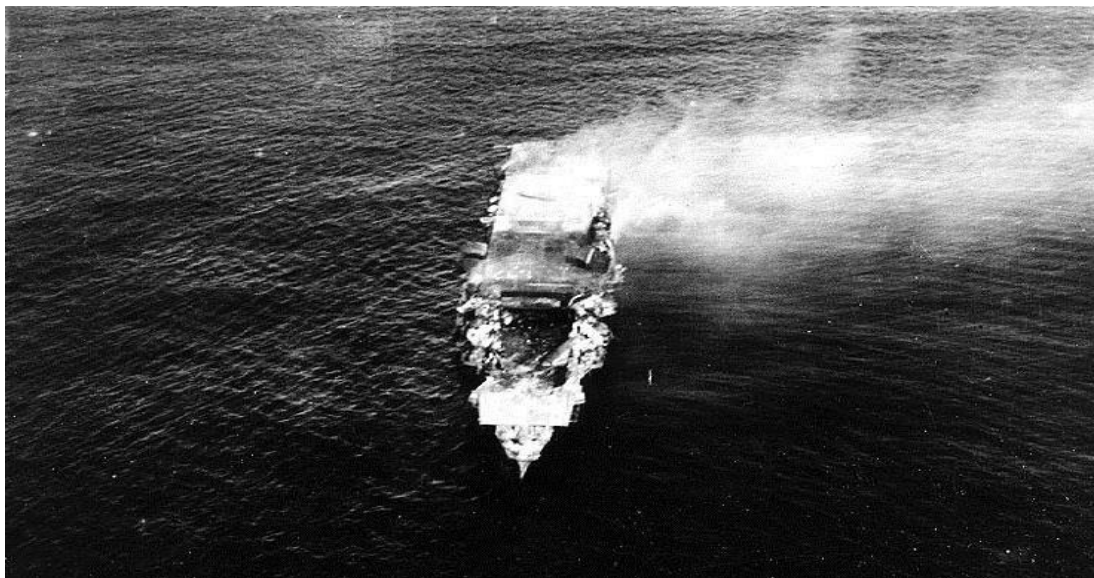


Figura 12 - Durante a Batalha das Midway a Marinha Japonesa perdeu 4 porta-aviões (Taylor, 2011)

Depois da derrota japonesa nas Ilhas Midway, as operações no Pacífico foram assumidas pela marinha e fuzileiros americanos, tendo conduzido dezenas de operações anfíbias nas ilhas do Pacífico, que formavam a “muralha” imperial, e que garantiram os pontos de apoio necessários para obrigar os japoneses a recuar cada vez mais para o seu território nacional, abrindo a porta para a sua derrota. (Bowen, 2007)

Destas operações anfíbias, que pautaram toda a segunda metade da guerra no Pacífico, destacam-se duas – desembarque em Guadalcanal, nas Ilhas Salomão, e o desembarque em Iwo Jima – não pela sua dimensão ou características, mas pelos momentos em que ocorreram e pelo que marcaram com a sua realização.

Em julho de 1942, procurando deter o avanço do império japonês no Pacífico Sul, que esperava quebrar as linhas de comunicação entre EUA-Austrália e EUA-Nova Zelândia, o Estado-Maior Conjunto (EMC) norte-americano iniciou o planeamento para uma ofensiva conjunta dos aliados no Pacífico. Embora neste momento o foco fosse a frente de guerra na Europa, o que “consumia” a grande maioria dos recursos, era essencial travar o avanço japonês. Para liderar a ofensiva no Pacífico foram nomeados o General Douglas MacArthur e o Almirante Chester Nimitz, ambos veteranos das forças armadas norte-americanas. A sua missão era conseguir garantir as linhas de comunicação com

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

Austrália e Nova Zelândia, apoiar as operações navais e aéreas, garantindo pontos de apoio e, para isso, preparar e conduzir operações anfíbias em grande escala. Assim, e segundo decisão do EMC norte-americano, a primeira operação anfíbia seria realizada em Guadalcanal, uma das ilhas pertencentes às Ilhas Salomão. (John Miller, 1995, p. 1)

A campanha de Guadalcanal, a primeira grande operação anfíbia da guerra no Pacífico, iniciou-se em agosto de 1942, apenas dois meses depois da derrota japonesa nas Ilhas Midway.

Embora inicialmente fosse uma operação exclusiva da marinha e fuzileiros americanos, também o exército participou na operação, bem como em grande parte das batalhas no Pacífico. Em Guadalcanal, o exército substituiu a 1ª Divisão de Fuzileiros ao fim de dois meses de combates intensos, após estes terem garantido o desembarque e conquista dos objetivos iniciais. (Zimmerman, 1949, p. 1)

Pelas características geográficas da ilha e da região em torno da ilha, existiam poucos portos naturais nos quais se pudesse realizar um desembarque, além de que a costa Sul estava “protegida” por recifes de corais, o que obrigava a que os desembarques fossem realizados na costa Norte, onde também os japoneses haviam desembarcado quando tomaram a ilha. (Zimmerman, 1949, pp. 15-16)

Nos dias anteriores aos desembarques, a marinha e a aviação norte-americana bombardearam a ilha, preparando as zonas de desembarque. (Zimmerman, 1949, p. 26) O primeiro deu-se no dia 7 de agosto de 1942, sendo o principal objetivo recuperar o aeródromo da ilha. (Henry I. Shaw, 1992)

Por esta ter sido a primeira operação anfíbia da guerra no Pacífico, foi também a primeira oportunidade para tanto os aliados como os japoneses compararem táticas e capacidades. As forças norte-americanas não tinham recebido treino específico para este tipo de cenário onde iriam combater, e tiveram que se adaptar a um tipo de combate a curta distância, necessário para enfrentar o inimigo. Os japoneses eram exímios na arte da camuflagem, o que lhes permitia ocultar as suas posições defensivas praticamente até os americanos estarem a uma curta distância. Também o armamento portátil dos fuzileiros estava claramente desatualizado, mesmo quando comparado com o do exército. Foi também a primeira vez que se utilizaram, em combate, os lançadores de chamas portáteis no Pacífico, que seriam utilizados a partir daqui em grande número durante toda a guerra. (Anderson C. R., 1999).

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

Como afirmou em 1949 o Almirante Halsey, (cit. in (John Miller, 1995)) *“The success of Pacific Force were not the achievements of separate services or individuals...”*⁹ A vitória na campanha em Guadalcanal, e que se pode aplicar a toda a Guerra no Pacífico, foi conseguida pelo contributo de cada ramo, num esforço conjunto para um objetivo final. Guadalcanal marcou a primeira vitória no caminho a percorrer em direção a Tóquio e à vitória no Pacífico. (John Miller, 1995)

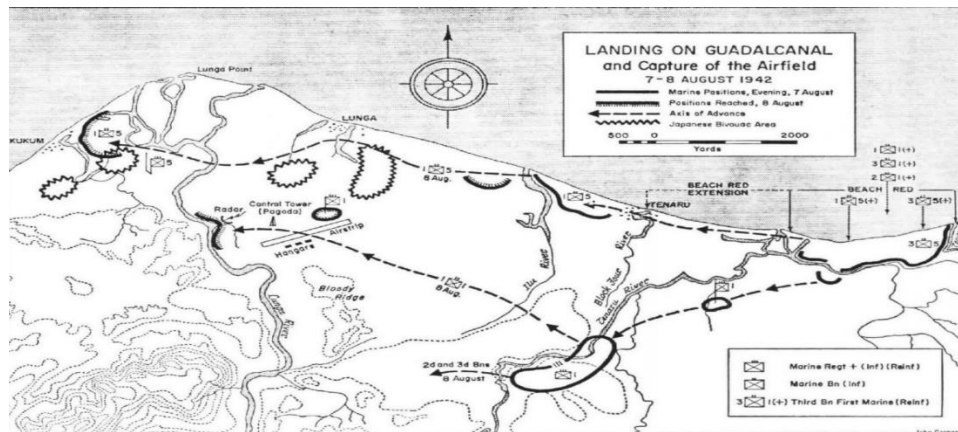


Figura 13 - Desembarque em Guadalcanal, e movimentação das forças norte-americanas (Shaw, 2015)

Avançando gradualmente de forma constante a partir de 1942 ao longo das ilhas do Pacífico, os aliados obrigaram os japoneses a recuar, destruindo quaisquer esperanças de vitória. Em 1945, tinham garantido posições ao longo da linha Luzon-Ilhas Mariana, o que ameaçava diretamente Tóquio. (Bartley, 1954)

O assalto a Iwo Jima marcou o ponto crucial na campanha anfíbia de 16 meses no Pacífico Central. A sua localização como ponto intermédio entre as Ilhas Mariana e o Japão iria servir como base avançada para futuras operações, posicionando as forças aliadas a cerca de 650 milhas náuticas do Japão. (Bartley, 1954)

A campanha de Iwo Jima foi considerada, pelas características em que ocorreu, como o maior teste à capacidade anfíbia norte-americana, colocando à prova a doutrina, técnicas, armas e equipamentos utilizados ao longo da campanha no Pacífico. Pela localização, esta ilha era estrategicamente tão importante para os aliados como para os japoneses. Caso a perdessem, Tóquio entrava no raio de ação dos bombardeiros de longo alcance norte-americanos. (Bartley, 1954, p. 19) Por isto, a defesa erguida nesta ilha foi mais feroz e poderosa do que em qualquer outra ilha do Pacífico. Para os japoneses, perder

⁹“O sucesso da Força do Pacífico não foi pelas conquistas dos ramos ou de indivíduos em separado” – tradução pessoal”

esta ilha significava total vulnerabilidade às forças aliadas. Pela combinação da artilharia colocada na ilha, os mais de 20000 soldados japoneses e o terreno, árido e montanhoso, criaram uma combinação extremamente eficaz a pender para o lado defensivo. (Bartley, 1954)

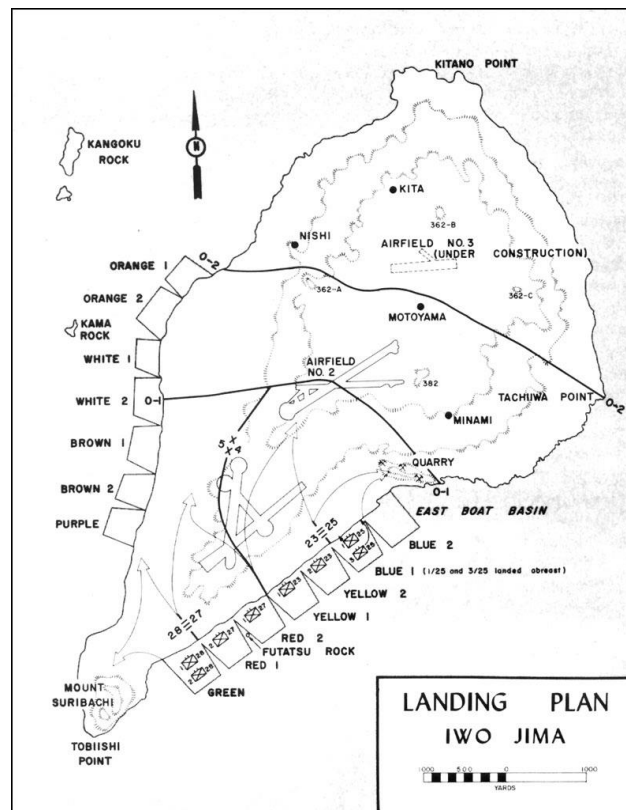


Figura 14 - Desembarque em Iwo Jima (Alexander, 1994)

Pela dificuldade extrema que esta ilha colocava à capacidade anfíbia norte-americana, a aviação norte-americana conduziu a mais longa preparação pré-desembarque em toda a guerra no Pacífico, bombardeando continuamente a ilha ao longo de 74 dias. (Bartley, 1954, p. 45) Ao longo de 36 dias, as forças americanas lutaram para conquistar a ilha, começando pelo desembarque na praia junto ao Monte Suribachi, o objetivo inicial do desembarque. Ao todo, cerca de 6000 soldados americanos morreram, na batalha. A capacidade anfíbia norte-americana provou ser capaz de conquistar qualquer objetivo, se adequadamente apoiada pelo fogo naval e aéreo. (Nalty & Crawford, 1995)

Para muitos analistas militares norte-americanos, o facto de o DoD norte-americano focar e desenvolver a sua estratégia de A2/AD com base em lições retiradas da Guerra do Golfo, em particular num hipotético conflito com a China, é um erro enorme. Isto porque, com base nesta estratégia, de medir forças, a China é provavelmente

o país que mais dificilmente seria derrotado pelos meios militares norte-americanos. Com efeito, os líderes chineses têm desenvolvido as suas capacidades militares exatamente com base no que se passou durante a Guerra do Golfo. Assim, e com base em referências de diversos analistas, o conflito no qual os EUA se deveriam concentrar para desenvolver as suas capacidades, nomeadamente as capacidades para derrotar uma estratégia de A2/AD, deveria ser a campanha no Pacífico. Durante o período de 1941-1945, o Japão ocupou eficazmente uma "linha" que ia desde a Tailândia até as Aleutas. Além disto, à semelhança do Japão, a China é praticamente uma nação marítima pois embora tenha uma grande parte do seu território como fronteira terrestre, praticamente 98% das suas exportações são por via marítima. (Pietrucha, 2015)

3.5 Campanha nas Falklands/Malvinas

A invasão argentina nas Ilhas Falklands/Malvinas, ao contrário dos eventos até agora revistos, revela como de uma situação de aparente paz pôde surgir um conflito entre dois estados ocidentais, neste caso particular um estado autoritário e um estado democrático. (Laucirica, 2000, p. 1)

Em dezembro de 1981, um novo governo tinha acabado de ser formado na Argentina, liderado por uma junta militar dirigida pelo General Leopoldo Galtieri, numa altura de extrema tensão no país. Além da agitação política e social, a Argentina enfrentava uma crise económica. (Haggart, 1984) Assim, e como forma de tentar acalmar a situação, tentando criar um sentimento de união entre o povo argentino, e sendo a questão da Falklands/Malvinas um ponto de com o Reino Unido, esta poderia ser uma forma de apaziguar internamente o país. O presidente Galtieri acreditava também que uma tal ofensiva iria receber apoio norte-americano, acreditando ele que o governo de Ronald Reagan via no governo argentino um aliado anticomunista. Com o apoio dos EUA, não seria de esperar que o Reino Unido lançasse uma contraofensiva nas ilhas. (Badsey, 2011, p. 148)

Na madrugada do dia 2 de abril de 1982, as forças de operações especiais dos fuzileiros argentinos, conhecidas como “buzo tático”¹⁰, desembarcaram em duas posições distintas a Norte e a Sul de *Port Stanley*. Às 06:30 da manhã começaram os ataques às posições britânicas e à residência do Governador da ilha. O confronto com as

¹⁰ “Buzo Tático”: Unidade de elite pertencente aos fuzileiros argentinos. Assemelha-se, em estrutura e tipo de missões, ao DAE português, SEALs norte-americanos e SAS britânico.

Operações Anfíbias em ambiente A2/AD: Contributo das Operações Anfíbias para ultrapassar uma estratégia de A2/AD

forças argentinas durou pouco mais de 3 horas, após a decisão do Governador Britânico de se render, não tendo sofrido qualquer baixa. No dia seguinte, ocorreu o ataque nas ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, cerca de 900 milhas náuticas a leste das Falklands/Malvinas, e que teria o mesmo desfecho de *Port Stanley*. Em ambas as situações, dados os números bastante superiores (em *Port Stanley* o rácio de soldados argentinos para ingleses era cerca de 40:1), levou a que pouca resistência fosse dada às tropas argentinas. (Anderson D. , 2002, pp. 19 - 20) Contudo, e o que o governo argentino não esperava, era que o Reino Unido respondesse militarmente, acreditando que a opinião internacional não o permitiria, o que obviamente não aconteceu. (Laucirica, 2000, p. 88)

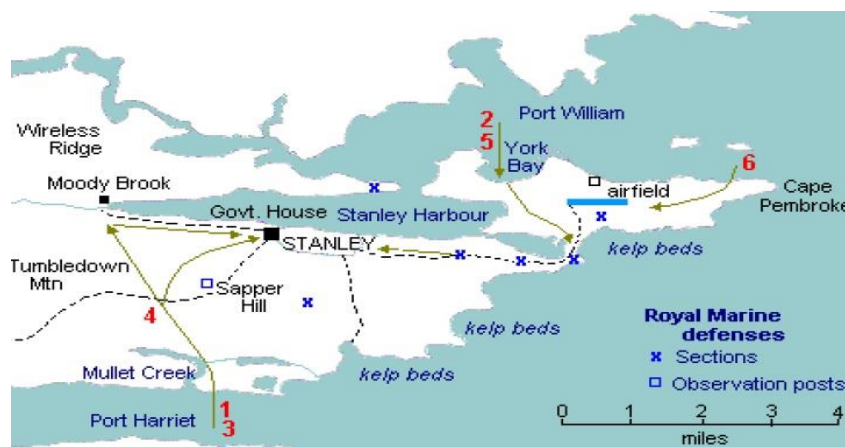


Figura 15 – Desembarque e movimento das forças argentinas (Smith, 1989)

A resposta britânica não se fez esperar, combinando diplomacia e o imediato aprontamento de uma força-tarefa naval e anfíbia. A operação de reconquista das ilhas foi designada *Operation Corporate*. Desde o momento dos ataques a *Port Stanley* até aos ataques iniciais britânicos na Geórgia do Sul passaram apenas três semanas, as quais foram marcadas por uma intensa disputa diplomática, em que foi utilizada a diplomacia, ou “*soft power*”, como forma de influenciar o conflito armado. (Wilson, 2008, p. 114) No espaço de alguns dias, o Reino Unido garantiu o apoio dos EUA, da NATO e da Commonwealth, ao contrário da Argentina, que não conseguiu reunir o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 10 de abril, foram impostas sanções económicas à Argentina, pela Comunidade Económica Europeia. Quanto à Rússia e China (recorde-se que neste período da história se estava em plena Guerra-Fria), não tendo visto os seus interesses diretamente afetados, mantiveram-se afastados do conflito. Mas, como afirmou John Dulles, “Não há países amigos, mas interesses comuns”, e a situação britânica era o espelho desta afirmação. Embora tivesse

recebido apoio unânime por parte de grande maioria das nações e organizações mundialmente influentes, essa situação poderia mudar, o que forçaria o Reino Unido a cessar as hostilidades, podendo obrigar a arrastar esta situação durante anos. Impunhasse, portanto, a máxima celeridade possível na resposta e na resolução deste conflito. (Badsey, 2011)

A pronta resposta britânica não foi de todo antecipada pelos argentinos. Imediatamente após o ataque em *Port Stanley*, foi ordenado pelo governo inglês o aprontamento de uma força-tarefa, constituída por cerca de 100 navios da marinha, fuzileiros e navios mercantes (*STUFT*¹¹), quatro submarinos nucleares e aviação da força aérea, sendo constituída no total por 28000 militares, dos quais cerca de 12000 para serem desembarcados em terra. (Smith, 1989, p. 36)

No dia 21 de abril, os britânicos atacaram as primeiras posições argentinas na Geórgia do Sul, no primeiro momento da *Operation Corporate*. A operação, de acordo o plano operacional pensado pelo Almirante John Fieldhouse, passava por quatro pontos: estabelecer um bloqueio naval em torno das Falklands/Malvinas, reconquistar a Geórgia do Sul, garantir supremacia naval e aérea, e assim reconquistar as ilhas e repor o poder britânico. (Ward, 2007, p. 5)

O planeamento da campanha nas Falklands/Malvinas foi efetuado tendo em conta as principais ameaças à força-tarefa britânica, que era o ponto fundamental de toda a campanha. Assim, identificou-se que a principal ameaça argentina seria a sua capacidade para negar à força-tarefa a aproximação às ilhas, o que possivelmente negaria o desembarque em terra, forçaria a um combate naval prolongado, o que causaria grandes dificuldades, principalmente ao nível logístico, à força britânica. (Ward, 2007, p. 6) e (Badsey, 2011, p. 145) Por forma a conseguir negar essa capacidade argentina, de manter a força-tarefa fora da região a partir da qual conseguiria lançar a OA, era necessário identificar os meios, quer fosse a capacidade naval ou aérea, com que os oficiais argentinos esperavam conseguir neutralizar a força-tarefa. Assim, e de acordo com o conceito de *Centre of Gravity*¹² (*CoG*) de von Clausewitz (Echevarria, 2002, p.

¹¹ “*Ship Taken Up From Trade*”

¹² CoG: “it is not a source of strength or a critical capability, but a focal point that is essentially effects-based rather than capabilities-based. In modern elementary physics, which was about the state of the mechanical sciences in Clausewitz’s day, a CoG represents the point where the forces of gravity converge

vi), identificou-se como o *CoG* argentino a capacidade para negar a liberdade de ação necessária para a força-tarefa conseguir projetar poder em terra, através da condução de uma OA, e identificou-se o *CoG* inglês como sendo a capacidade de conduzir uma OA e sustentar a operação, quando em terra, pelo apoio naval e aéreo. (Badsey, 2011)

Para conduzirem a operação nas Falklands/Malvinas, os britânicos definiram desde o primeiro momento objetivos operacionais chave, procurando tirar partido das suas capacidades e, ao mesmo tempo, explorar as fragilidades do adversário. O plano operacional desenvolvido ilustra as potencialidades de conduzir uma OA segundo o conceito de *Operational Manoeuvre From The Sea*¹³ (OMFTS), conceito criado pelos EUA na década de 90, para o qual esta campanha forneceu muitas lições, e que procura explorar de forma maximizada todas as potencialidades das OA's. (Gardner, 1999, p. 4) Assim, fazendo a ponte entre aquilo que foi o planeamento inglês e o conceito norte-americano de OMFTS, os oficiais britânicos focaram-se em quatro elementos chave da operação – estabelecer o bloqueio naval em torno das Ilhas Falklands/Malvinas, recuperar a Geórgia do Sul, garantir superioridade aérea e naval, recuperar as Falklands/Malvinas – e que podem ser sobrepostos nos princípios do OMFTS.

O primeiro ponto era manter toda a ação focada no objetivo principal da campanha. Durante toda a campanha nas Falklands/Malvinas, as forças inglesas trabalharam em conjunto para cumprir com os quatro elementos da operação determinados pelo Almirante Fieldhouse (Ward, 2007, p. 6).

O segundo ponto utilizar o mar como espaço de manobra, talvez seja onde a campanha inglesa e o conceito de OMFTS se aproximem mais. Assim, Inglaterra estabeleceu uma zona de exclusão em torno das ilhas, por forma a limitar o espaço de ação da marinha argentina e assegurar o livre acesso marítimo a qualquer ponto das ilhas. No entanto, foi com a capacidade dos submarinos nucleares ingleses que o Reino Unido conseguiu eliminar a ameaça naval inimiga. A ameaça da marinha argentina centrava-se na capacidade do seu porta-aviões e dos seus *destroyers*. O facto de o porta-

within an object. Striking at the CoG with enough force will usually cause the object to lose its balance, or equilibrium, and fall. A CoG is, therefore, not a source of strength, but a factor of balance.

¹³ OMFTS: “The heart of the Operational Maneuver from The Sea is the maneuver of naval forces at the operational level, a bold bid for victory that aims at exploiting a significant enemy weakness in order to deal a decisive blow. (...) That is to say, operational maneuver should be directed against an enemy center of gravity...”

aviões poder ameaçar, através das suas aeronaves, os porta-aviões e os navios logísticos ingleses, colocava em grande risco toda a campanha. No dia 2 de maio, o submarino *HMS Conqueror* afundou o cruzador argentino *Belgrano* embora, de acordo com afirmações oficiais argentinas, este estivesse já fora da zona de exclusão. (Ward, 2007, pp. 7 - 8) Esta demonstração de capacidade inglesa foi responsável, em boa parte, pelo facto de a marinha argentina não ter participado em qualquer ação durante a campanha nas Falklands/Malvinas, com exceção dos seus submarinos, tendo delegado na capacidade aérea a tarefa de apoiar e proteger as forças em terra. Assim, os britânicos tiraram proveito da sua capacidade de guerra antissubmarina (ASW), o que obrigou os navios argentinos a retirarem para as imediações dos seus portos. (Badsey, 2011, p. 157) Além disto, condenou significativamente a logística argentina, uma vez que o reforço de pessoal e material em terra passou a ser efetuado somente por meios aéreos. Tirando partido do livre acesso em toda a região marítima em torno das Falklands/Malvinas, os britânicos puderam manobrar a força-tarefa por forma a posicionar-se no limite do alcance útil dos aviões argentinos, o que diminuiu drasticamente a sua capacidade de ataque aos navios (Bartlett, 1983). A marinha britânica, com a negação da capacidade naval argentina, conseguiu escolher a melhor localização possível para o desembarque. Optou-se por realizar o desembarque em *San Carlos*, no lado Oeste da ilha, o que permitiria desembarcar sem oposição (os argentinos não o esperavam) e assim diminuir o risco para as forças no terreno. (Ward, 2007, p. 7)

O terceiro ponto era vocacionar as capacidades amigas diretamente contra as fraquezas do inimigo. Desde o primeiro momento do planeamento britânico, claramente foram identificados os pontos chave ou *CoG* na capacidade argentina. Assim, a sua capacidade em defender as posições nas Falklands/Malvinas dependia diretamente de conseguirem negar o livre acesso da força-tarefa britânica à região em torno das ilhas, o que iria provocar grande dificuldade em realizar o desembarque anfíbio. Acrescido a isto, punha-se a questão de as forças argentinas em terra terem vantagem numérica. Tendo estas capacidades sido previamente identificadas, os britânicos utilizaram, em primeiro lugar, a sua clara superioridade em termos de guerra *Anti-Submarine Warfare* (ASW) e capacidade naval para obrigar a marinha argentina a afastar-se da área, o que permitiu o acesso incontestado na região da ilha. A principal ameaça às forças inglesas teriam sido, além da marinha argentina, e da sua capacidade em terra, onde dispunham de números superiores aos ingleses, a sua clara superioridade aérea. (Ward, 2007, pp.

11 - 12) Com efeito, quando a força-tarefa chegou às Falkland/Malvinas, a sua capacidade aérea era claramente inferior à argentina, estando em menor número, sem apoio de bases em terra e sem a capacidade de deteção antecipada (AEW). Abaixo analisar-se-á a componente aérea na Campanha das Falklands/Malvinas. (Haggart, 1984)

O quarto ponto era a relevância dada às informações, operações de decesso e flexibilidade das forças. Claramente, o Reino Unido beneficiou da sua capacidade superior em termos de recolha e utilização de informações relativas ao adversário, além de ter sido apoiado por países aliados como EUA, França e Chile. Contudo, ambos os países se debateram com dificuldades relativamente à recolha de informações de parte a parte. Os argentinos acreditavam que os desembarques britânicos iriam acontecer nas proximidades de *Port Stanley*. Os britânicos, através de um planeamento detalhado, apoiado em informações recolhidas, sabendo que iriam enfrentar um inimigo claramente em maior número em *Port Stanley*, e verificando que em nenhuma região da ilha tinham sido plantadas minas ou outras formas de defesa habitualmente utilizadas em zonas de desembarques anfíbios, optaram por realizar o desembarque sem oposição na Baía de San Carlos, na região Oeste da Ilha. A única forma de os argentinos tentarem de alguma forma atrasar os desembarques foi efetuada com recurso às suas aeronaves, com o objetivo de atingir os navios logísticos ingleses. Durante toda a campanha os britânicos tiraram partido da sua tecnologia de *Signal Intelligence* (SIGINT), conseguindo localizar com eficácia os navios e submarinos argentinos. (Ward, 2007, pp. 12-13)

Um último ponto foi a capacidade de integrar meios orgânicos de diferentes ramos e multinacionais. No caso das Falklands/Malvinas, embora não tenha havido participação de outros países, as forças do Reino Unido foram capazes de integrar meios dos três ramos, nomeadamente forças terrestres do exército e fuzileiros, a força aérea inglesa e os navios da marinha, além de navios mercantes, que serviram como navios logísticos. Além disto, e talvez um fator decisivo no resultado da campanha foi a capacidade para desde o primeiro momento se ter definido a cadeia de comando da operação e as relações entre os seus intervenientes. (Ward, 2007, p. 14)

Muito embora o Reino Unido tenha conseguido, com o afundamento do *Belgrano*, garantir o domínio do mar, em nenhum momento de toda a campanha isso aconteceu com o espaço aéreo. A batalha pela superioridade aérea foi fundamental para o desfecho da campanha, e embora o Reino Unido nunca tenha tido o domínio do ar,

conseguiu de forma eficaz anular a clara superioridade argentina, e que poderia ter pesado muito negativamente para os britânicos. A aviação argentina não foi capaz de cumprir com o seu objetivo operacional – localizar e destruir os porta-aviões britânicos. Diversos fatores limitaram a atuação das aeronaves e a sua eficácia. Como principal limitação, a distância que os aviões tinham de percorrer para chegarem a área de operações quase que esgotava a sua autonomia, limitando o tempo de permanência na mesma. Na grande maioria das situações, os pilotos argentinos atingiram alvos de oportunidade e não alvos de interesse, o que os britânicos tiveram em conta no posicionamento dos seus navios. Os oficiais ingleses posicionaram os porta-aviões e navios logísticos no limite do raio de alcance dos aviões argentinos, e entre eles colocaram fragatas e *destroyers* que atuavam como “isco” para os pilotos. (Ward, 2007)

A capacidade aérea britânica estava claramente limitada nas Falklands/Malvinas, pelo menor número de aeronaves – 6 argentinas para 1 inglesa – e pela falta de bases de apoio em terra. Contudo, foi atribuído aos *Harriers* a missão de apoiar e proteger os desembarques anfíbios, proteger a força-tarefa e garantir a superioridade aérea. Os pilotos britânicos tiraram o máximo partido do facto de os argentinos estarem a voar no limite da sua autonomia, o que não lhes permitia entrar em combates aéreos onde eram claramente superiores pelas características das suas aeronaves. Assim, durante o desembarque em San Carlos, onde os argentinos lançaram o principal raide aéreo, e um dos últimos, embora tenham conseguido atingir um importante navio logístico, o mercante *Atlantic Conveyor*, o que afetou posteriormente o movimento das tropas em terra tendo destruído grande parte dos helicópteros pesados de transporte *Chinook*, os argentinos não conseguiram negar o assalto anfíbio, nem foram capazes de atingir os porta-aviões inimigos. (Haggart, 1984)

Para realizar a OA, foram utilizados *Royal Marines* e forças pertencentes ao exército. (Smith, 1989, p. 101) Através de planeamento detalhado, boas informações e aproveitando a má preparação defensiva argentina, os britânicos conduziram o principal desembarque em San Carlos, tirando partido da geografia na Baía, rodeada por colinas e que protegia as forças de mísseis *Exocet*, e tirando partido do facto de os argentinos não terem preparado as praias para enfrentarem desembarques inimigos, o que permitiu conduzir a operação sem qualquer oposição. Durante o movimento para a Área do Objetivo Anfíbio (AOA), os oficiais britânicos, sabendo o grau de exposição das suas forças durante o desembarque, sabiam que sem uma adequada defesa aérea as baixas

poderiam ser tais que o desembarque teria que ser adiado ou cancelado, pondo em risco toda a campanha. Assim, concentraram as suas capacidades erguendo uma defesa por camadas, constituída na parte exterior pelos aviões *Harrier*, no meio os *destroyers* e as fragatas, e na parte interior os navios anfíbios com as suas armas de defesa aérea próxima. (Anderson D. , 2002, p. 45) Os desembarques começaram na madrugada do dia 21 de maio com as primeiras vagas a serem desembarcadas na praia, tendo sido apoiados a partir dos primeiros alvores por helicópteros. Só já durante a manhã, e tendo os britânicos estabelecido as cabeças-de-praia, os aviões argentinos começaram os ataques aéreos. (Anderson D. , 2002, p. 46)

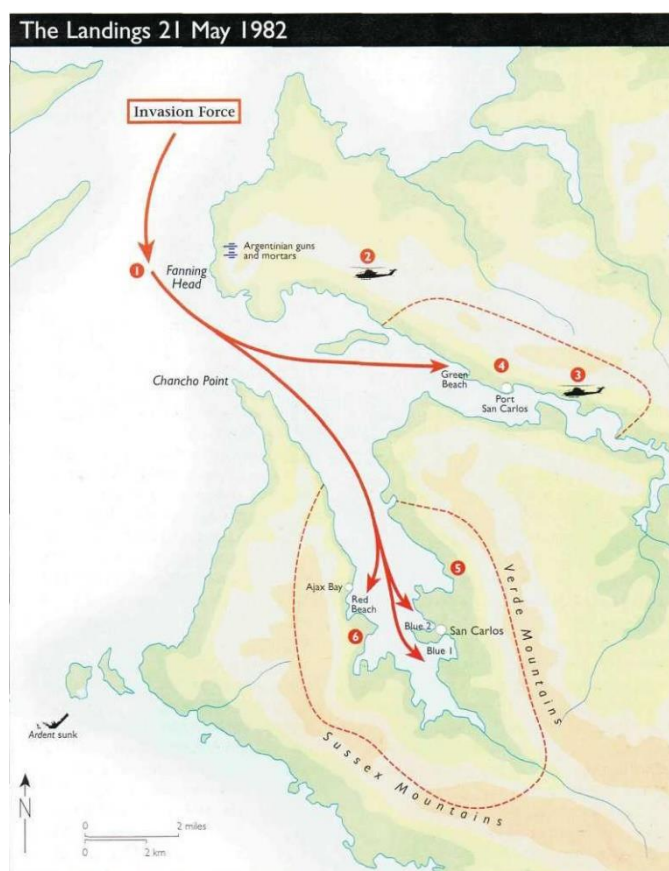


Figura 16 - Desembarques anfíbios na Baía de San Carlos (Anderson D. , 2002, p. 48)

A campanha britânica nas Ilhas Malvinas permitiu reforçar a importância que a capacidade de projeção de poder em terra, por meio da realização de uma OA. No caso dos desembarques em San Carlos, muito embora se tenham violado algumas das lições forçosamente aprendidas durante a 2ª Guerra Mundial, nomeadamente a realização de um ensaio e a necessidade apoio aéreo adequado, os desembarques foram bem-sucedidos. (Anderson D. , 2002, p. 48)

Certas fontes sugerem que, caso a Junta Militar Argentina tivesse esperado dois anos para lançar a ofensiva nas Malvinas, o que teria sido o tempo necessário para Inglaterra se desfazer dos seus navios anfíbios, da sua capacidade de projeção anfíbia, atendendo aos compromissos com a NATO, as Malvinas poderiam agora pertencer a outra nação. (Badsey, 2011, p.10) Apesar de cada vez mais, com a tecnologia atual que permite modernas comunicações e facilidade de recolha e difusão de informações de combate, ser difícil conseguir obter surpresa estratégica, as operações anfíbias são uma das formas de o conseguir, permitindo, com o adequado planeamento e preparação, atuar no melhor cenário possível por forma a maximizar a possibilidade de sucesso. (LESSONS OF THE FALKLAND: SUMMARY REPORT, fevereiro 1983, p. 11) A forma como toda a campanha foi conduzida por forma a garantir o desembarque anfíbio em *San Carlos*, serve como exemplo para futuras OA's. A forma como a *Royal Navy* garantiu o bloqueio naval e conseguiu mitigar a ação da marinha argentina foi essencial para o sucesso do desembarque e posterior ação em terra. (Ward, 2007)



Figura 17 - Movimento das forças inglesas após os desembarques (Kimball, s.d.)

A campanha das Falklands/Malvinas representa um excelente exemplo de estudo de um conflito moderno, no qual foi utilizado armamento moderno, onde foi empregue uma estratégia de negação de acesso, que foi ultrapassada de forma conclusiva e decisiva pelas forças britânicas. Apesar das capacidades e meios de A2/AD modernas, e que se prevê que continuem em exponencial desenvolvimento durante os

próximos 15 a 20 anos, estejam muito distantes daqueles usados nas Falklands/Malvinas, constituem um exemplo valioso daquilo que se poderá esperar num conflito assente numa estratégia de A2/AD, travado com meios concebidos especificamente para este fim. (Shunk, 2014)

3.6 Conclusão

Embora a realização de “operações anfíbias” – ações militares que envolvem a projeção de forças militares do mar para terra – remonte à civilização egípcia, em 1200 a. C, só a partir da 1ª Guerra Mundial foi dada verdadeira importância às OA’s, com o período entre guerras a permitir o desenvolvimento da doutrina anfíbia pelas três principais potências navais mundiais – Inglaterra, EUA e Japão – além do desenvolvimento de meios e equipamentos específicos para a guerra anfíbia. (O’Sullivan, 2008, pp. 6 - 8)

A Campanha dos Aliados no Pacífico permitiu transformar as OA’s, elevando-as para um sistema avançado de projeção de poder. A capacidade anfíbia norte-americana a partir da 2ª Guerra Mundial permitiu aos decisores políticos e militares norte-americanos projetarem e sustentarem uma OA possivelmente em qualquer parte do mundo, algo que parecia impossível no rescaldo da campanha inglesa em Gallipoli. (O’Sullivan, 2008, p. 6) Para Liddell Hart (cit. in (O’Sullivan, 2008, p. 6)), as OA’s passaram de operações praticamente impossíveis, devido à vulnerabilidade dos comboios de transporte aos ataques navais e aéreos, para o meio estratégico mais importante que uma nação marítima possui. (O’Sullivan, 2008)

A campanha inglesa em Gallipoli pode ser descrita como a primeira grande operação anfíbia moderna, e permanece ainda hoje como um dos principais estudos de caso da guerra anfíbia. Durante o decorrer da campanha, quatro tipos distintos de OA’s foram realizados: demonstração, incursão anfíbia, assalto e retirada. Ainda hoje, muitas das lições, positivas e negativas, retiradas de Gallipoli permanecem válidas. (Piersig, 1994, pp. 1 - 2)

Embora a campanha em Gallipoli seja, inquestionavelmente, uma absoluta derrota dos aliados, existiram durante todo o seu decurso várias oportunidades, não aproveitadas, para ultrapassar a defesa turca e alcançar a vitória. Um conjunto de erros estratégicos, operacionais e táticos condenaram o sucesso da operação. (Piersig, 1994, p. 27)

Durante o ataque naval em Dardanelos, os líderes não conseguiram encontrar e pressionar as limitações defensivas turcas. Assim, a principal ameaça à força naval era colocada pelas minas dispostas ao longo de diversas linhas, e não pelas baterias de costa, que embora dificultassem todo o processo de avanço, não eram capazes de atingir de forma constante os navios ingleses e franceses. Caso tivessem continuado a pressionar o Estreito, concentrando-se na limpeza de minas, provavelmente as baterias turcas iriam ter que cessar os bombardeamentos, devido à falta de munições, o que teria garantido a manobrabilidade necessária para remover as minas e assim avançar a força. (Piersig, 1994, p. 29)

No decorrer da campanha anfíbia na península de Gallipoli diversos erros foram cometidos que levaram a que as oportunidades não fossem aproveitadas. O efeito surpresa, essencial numa OA, foi destruído com o ataque naval nos Dardanelos. A acrescentar a isto, só depois do falhado ataque naval é que se considerou o desembarque anfíbio, o que limitou o tempo de preparação do exército. Os soldados em terra estavam mal preparados, mal equipados e eventualmente mal liderados. Segundo Aspinall (cit. in (Piersig, 1994, p. 21)) *“Feel confident that golden opportunities are being lost and look upon the situation as serious”*. Os oficiais ingleses, não habituados à *“maneuver warfare”*, essencial num desembarque anfíbio, onde a movimentação e rápida tomada de decisões por forma a aproveitar qualquer fraqueza do adversário é essencial para se obter sucesso, acabaram por criar uma situação em tudo idêntica à guerra de trincheiras na Europa, que era totalmente o oposto daquilo que se pretendia com esta campanha. Embora Hamilton tivesse à sua disposição a capacidade para apoiar a operação com artilharia naval, possivelmente para lá do alcance visual do inimigo (*OTH*), e assim tentar limitar ou destruir a defesa turca em profundidade, nunca explorou esta opção. (Piersig, 1994, p. 32)

A operação anfíbia utilizada para evacuar as tropas aliadas de Gallipoli serve como base para argumentar que, com uma utilização correta e com adequada motivação para levar a cabo tudo o que fosse necessário para vencer, os meios ao dispor dos aliados eram os necessários para se alcançar a vitória em Gallipoli. (Piersig, 1994, p. 32)

No decorrer da 1ª Guerra Mundial e ainda no “rescaldo” da campanha de Gallipoli, os alemães realizaram a Operação Albion, com o objetivo estratégico de conquistar as ilhas do Báltico. Pelo facto de que o exército alemão não tinha ainda desenvolvido qualquer tipo de doutrina anfíbia, os oficiais responsáveis pelo planeamento basearam-se

na campanha em Gallipoli, examinando os problemas que uma operação deste género colocaria. (O'Sullivan, 2008, p. 50)

Para a preparação e condução da operação, os oficiais alemães efetuaram a mais extensa recolha de informações para o planeamento de uma operação militar até essa data, levando ao extremo todos os pequenos detalhes. Pela primeira vez na história militar alemã, marinha e exército demonstraram um nível elevado de cooperação, o que foi essencial para o sucesso da operação. (O'Sullivan, 2008, p. 53)

A Operação Albion é um claro exemplo da capacidade estratégica de projeção de poder que as OA's permitem, caso sejam apoiadas pelos meios adequados, num território fortemente defendido por tropas inimigas, como era o caso. Esta operação foi uma das principais fontes de informação para o desenvolvimento da doutrina anfíbia dos Fuzileiros Norte-Americanos. (O'Sullivan, 2008, p. 53)

O fim da 1ª Guerra Mundial trouxe uma corrida ao armamento por parte das principais potências, mas também dos países mais pequenos, tentando integrar as lições e tecnologias desenvolvidas durante a guerra. Durante este período, EUA, Japão e Inglaterra empenharam-se significativamente no desenvolvimento da doutrina e capacidades anfíbias, embora cada um à sua maneira. Contudo, os três desenvolveram estudos no sentido de perceber se operações semelhantes a Gallipoli poderiam ter sucesso. (O'Sullivan, 2008, p. 56)

Durante este período, embora as três nações se tenham empenhado no desenvolvimento das suas capacidades anfíbias, apenas os EUA identificaram a necessidade de conduzir este tipo de operações com oposição significativa pelo inimigo. A tarefa de preparar esta capacidade recaiu sobre os Fuzileiros Norte-Americanos. Todo o seu treino e preparação, realizados durante o período entre guerras, esteve sempre focado nesta prerrogativa e centrado numa hipotética campanha no Pacífico, contra o Japão. (Ryu, 2014, pp. 52 - 53)

Os EUA conduziram o primeiro assalto anfíbio no Pacífico em Guadalcanal, em 1942, onde aplicaram pela primeira vez, numa situação real, toda a doutrina desenvolvida durante os anos anteriores. Embora tenham, ao fim de seis meses de combate feroz, vencido o exército japonês, isso não aconteceu sem pesadas baixas para os norte-americanos. Esta primeira operação serviu como lição para toda a Campanha no Pacífico. Passados dois anos e meio, em Iwo Jima, as forças anfíbias norte-americanas foram

consideradas as mais capazes que alguma vez se dispôs numa operação anfíbia. (Ryu, 2014, pp. 57 - 58)

Durante a 2ª Guerra Mundial, o desenvolvimento de táticas e equipamentos para os assaltos anfíbios foi exponencial, com o desenvolvimento, principalmente pelos EUA, de gigantescas frotas de navios anfíbios e navios de projeção de forças em terra. (Malkasian, 2002, p. 26) Além de capacidades ofensivas, foi dada grande importância às capacidades defensivas, nomeadamente através do emprego de conceitos operacionais para contrariar a guerra anfíbia. Assim, para este efeito, desenvolveram-se três abordagens defensivas distintas: defesa avançada, com o objetivo de enfrentar o adversário no momento do desembarque; defesa móvel, que se focava em combater o adversário em momentos chave, obrigando-o normalmente a uma luta prolongada pela cabeça-de-praia; defesa em profundidade, em que se colocavam as capacidades defensivas ao longo do terreno, com o objetivo de combater o adversário num ponto e, se necessário, recuar para uma posição mais vantajosa. (Malkasian, 2002, pp. 24 - 25)

A primeira abordagem defensiva foi usada na Normandia e em algumas ilhas no Pacífico, como Tarawa, enquanto a segunda foi usada em algumas operações na Europa, como na Sicília ou em Salerno. Contudo, ambas estavam demasiado expostas à artilharia naval ou bombardeamentos aéreos. Após a operação em Saipan, os japoneses começaram a desenvolver a estratégia de defesa em profundidade. Este tipo de defesa foi aplicado em Iwo Jima, Okinawa, Leyte e Luzon. (Malkasian, 2002, p. 24)

Um conjunto de ameaças surgiu, associado ao desenvolvimento da tecnologia e da expansão estratégica das OA's. Ataques aéreos, navais e a ameaça submarina colocaram por vezes grande dificuldade à execução destas operações. No Pacífico, os EUA tiveram que contar sempre com a capacidade aérea japonesa. Em Guadalcanal, foram obrigados a recuar a frota de porta-aviões devido à ameaça aérea. A partir de Guadalcanal, o domínio aéreo passou a ser um requisito para a condução de OA's. O ataque por forças navais aos navios destacados para apoiar os desembarques foi sempre uma constante durante toda a guerra. Além disto, a ameaça colocada pelos submarinos e minas também existia. Em Guadalcanal, um submarino japonês afundou dois porta-aviões e um cruzador. Na Normandia, 43 navios foram afundados ou danificados pelo contacto com minas, embora os aliados tivessem o completo controlo do mar e do ar. (Malkasian, 2002, p. 27)

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, o contexto estratégico mundial mudou, com as duas nações nucleares a dominarem o sistema mundial. Estas duas nações, embora fossem, durante a guerra fria, as mais capazes de lançar uma grande ofensiva anfíbia, de tamanho semelhante ao Dia-D, procuraram a todo o custo evitá-lo, devido ao custo de uma ação militar desse género. Contudo, a apesar de um ambiente restritivo para a condução de OA's, assistiu-se a uma mudança significativa no seu modo de emprego, bem como nos meios de apoio e nas capacidades para as contrariar. A tecnologia desenvolvida durante e após a 2ª Guerra Mundial trouxeram grandes alterações ao armamento, o que obviamente alterou o modo de emprego das OA's. Surgiram também as operações de guerra não convencionais, como a guerrilha, terrorismo e desordem nacional. Durante a guerra no Vietname, a capacidade anfíbia norte-americana sentiu grandes dificuldades contra a forma de guerrilha vietcongue. (Malkasian, 2002, pp. 29 - 34)

Durante este período, três grandes alterações táticas foram desenvolvidas – o movimento navio-terra foi melhorado através de meios mais capazes a aumentar a profundidade de projeção das forças, a ameaça dos mísseis anti navio lançados a partir de aeronaves, e ainda as munições com guiamento, a aumentar o risco para as forças no terreno. (Malkasian, 2002, p. 35)

Uma das poucas operações anfíbias conduzidas após o fim da 2ª Guerra Mundial foi a Campanha das Falklands/Malvinas. A operação foi um caso indiscutível de projeção de poder marítimo desde a sua conceção até à sua conclusão. (Olsen, 2012, p. 33) Os desafios colocados pela distância a que se deu a campanha, o terreno, e os problemas logísticos, obrigaram o Reino Unido a combater no limite da sua capacidade de projeção de poder. (Olsen, 2012, p. 39)

A Campanha das Falklands/Malvinas constitui um dos melhores exemplos, e o mais recente da história, de um conflito em que foram empregues capacidades de negação de acesso e restrição de movimentos, através da utilização de armamento moderno, nomeadamente mísseis *Exocet*. Os argentinos, que não foram capazes, como se explicou anteriormente, de manter a força naval britânica afastada das ilhas, basearem a sua defesa em dificultar a projeção britânica em terra e sua progressão no terreno, empregando para isso meios aéreos, concentrados em atingir os navios anfíbios. (Shunk, 2014, pp. 1 - 2)

Embora esta estratégia de empregar as aeronaves contra os navios anfíbios do Reino Unido tenha, de facto, atrasado a progressão na ilha, contribuindo para isso o facto de terem destruído grande parte dos helicópteros que iriam servir para transportar os soldados no terreno e, numa fase avançada, para apoio e reabastecimento logístico, as forças argentinas não conseguiram mais do que adiar o inevitável. Caso tivessem acrescentado contraofensivas em terra, ou outro tipo de ações defensivas, o facto de obrigarem a operação a prolongar-se iria causar grandes problemas à logística britânica, que num cenário extremo iria ter que recuar ou mesmo desistir da Campanha. (Shunk, 2014)



4. O contributo das Operações Anfíbias

4.1 Aplicabilidade das OA's na atualidade

Tal como foi descrito nos capítulos anteriores, o cariz das OA's tem seguido a tendência global, ou seja, o desenvolvimento que se tem verificado tem sido exponencial, com o aparecimento de novos meios que permitem novas abordagens operacionais, e que permitem explorar novas soluções de emprego. Assim, a ideia de uma operação anfíbia a culminar com um desembarque anfíbio de grande escala está totalmente ultrapassada. (Mayer, 2012, p. vii)

Contudo, e apesar de se viver este momento de permanente evolução tecnológica, a grande maioria dos países tem vindo a reduzir, de forma mais ou menos significativa, o investimento e orçamentos dispendiosos com a defesa. Até os EUA (o país que maior verba dispõe para a NATO) tem sido um desses países. (NATO, Funding NATO, 2015) Pelo contrário, alguns países como Rússia e China continuam a aumentar o valor dos orçamentos destinados às forças armadas. (Johnson & John , 2016) A China, em particular, é claramente o novo contendor norte-americano, enquanto principal ameaça à sua capacidade de se movimentar nas suas áreas de interesse. (Grant, 2012, p. 30)

Contudo, e citando o Presidente norte-americano Barack Obama durante um debate com Mitt Romney, *"We also have fewer horses and bayonets today . . . the question is not about a game of battleships where we are counting ships, it is, what are our capabilities?"*. (Freeman, 2013)

A premissa da Marinha norte-americana é a de garantir acesso operacional em qualquer região do globo, independentemente das ameaças A2/AD que possam surgir. Esta garantia, que envolve grande ambição e confiança, provém do ambiente único que o mar representa, e onde a marinha e forças anfíbias atuam. (Krepinevich, Watts, & Work, 2003, p. 29)

Como tal, e de acordo com a premissa de *Assured Access*, a Marinha norte-americana identificou três pontos chave na sua transformação em resposta às novas ameaças. Um deles é exatamente *Sea Strike – broadened naval concept for projecting dominant and decisive offensive power from the sea in support of joint objectives*. (Navy, Naval Transformation Roadmap, 2010, p. 2)

O *Sea Strike* pretende integrar capacidades multi-dimensionais nos vários domínios por forma a melhorar a capacidade de projeção de poder, combinando novas forças e plataformas. (Mayer, 2012)

Estas capacidades estão a ser desenvolvidas na área de ISR, *time-sensitive strike*¹⁴, *Information Operations* e o movimento *Ship-To-Objective-Maneuver*. (Navy, Naval Transformation Roadmap, 2010, p. 3) Este envelope de transformações pretende elevar a capacidade de projeção de poder, através da condução de Operações Anfíbias, até um nível tecnológico equiparável às ameaças que hoje se colocam ao nível da negação/limitação de acesso nos espaços comuns. (Mayer, 2012, p. 1)

Em particular, uma ameaça se coloca nos dias de hoje, e que embora seja por vezes desconsiderada que pode comprometer seriamente o acesso a uma determinada região. As minas, quer sejam versões modernas ou mais obsoletas, mais ou menos avançadas tecnologicamente são, por excelência, uma das principais armas de A2/AD. Sendo facilmente utilizadas, e amplamente disponíveis, podem provocar grandes danos, tanto físicos como morais. Basta uma mina colocada estrategicamente para colocar em risco uma força naval, gerando um sentimento de risco. Pelo facto de, até hoje, muito pouco ter sido feito no sentido de contrariar a guerra de minas, em conjunto com outros meios e armamento, as minas podem ser altamente eficazes. (Mayer, 2012, pp. 29-30)

“Since the end of World War II, mines have seriously damaged or sunk four times more U.S. Navy ships than all other means of attack combined:

. Mines – 15 ships

. Missiles – 1 ship

. Torpedoes/Aircraft – 2 ships

. Small boat terrorist attack – 1 ship”

(Codrin, 2012, pp. 88 - 89)

Esta preocupação surge, agora, altamente centrada na capacidade de guerra de minas que tem vindo a ser desenvolvida pela marinha chinesa. Esta capacidade poderia

¹⁴ *Time-sensitive strike* pretende aumentar e melhorar a identificação de alvos, através de uma interligação de informações de proveniente de plataformas ISR. Pretende-se com esta capacidade melhorar o apoio de fogo naval durante o movimento navio-terra, em operações de projeção de poder.

ser utilizada na região do Pacífico Oeste, por exemplo para repetir o que já foi feito pelos EUA durante a 2ª Guerra Mundial, na *Operation Starvation*. (Codrin, 2012, pp. 89 - 90)

Contudo, o facto de a China largar minas num qualquer local representaria uma declaração de guerra e, como já foi referido anteriormente, as consequências económicas e sociais de uma guerra à escala global seriam catastróficas. Além disso, o emprego de minas está limitado a regiões com profundidades reduzidas. Com efeito, tanto o conceito de ASB, como o OMFTS e o STOM procuram solucionar a questão da projeção de poder sem a necessidade de aproximação à região litoral. (Codrin, 2012, pp. 95 - 96)

Como tal, embora não deixem ser ameaçadas por armas/meios de A2/AD, as forças anfíbias, pelas suas características, permitem ultrapassar, em conjunto e devidamente apoiadas por apoio aéreo, a rede de defesas de A2/AD que visam limitar/negar o acesso a uma região. (Mayer, 2012, p. 19)

Como seguidamente se analisará, a capacidade que as forças anfíbias já dispõem permite-lhes projetar forças diretamente na AOA, saltando o movimento para a praia e limitando assim a exposição e risco – meios aéreos *Short Take Off, Vertical Landing* (STOVL) e helicópteros com maior autonomia e capacidade de transporte – que poderão ser a resposta mais capaz para fazer face a estratégias de A2/AD. (Mayer, 2012, p. 30)

4.2 OMFTS e STOM

O atual ambiente operacional, e as capacidades que existem e que permitem negar o acesso numa região marítima, revelam a importância da movimentação/projeção de forças do litoral para costa posicionando-se de forma a ultrapassar as defesas A2/AD poder ter. O mar serve como uma barreira de defesa contra as capacidades de negação de acesso, que independentemente de serem mais ou menos avançadas, têm um limite de alcance, e serve também como uma região que permite a fácil movimentação de forma flexível e mantendo o efeito surpresa. O mar, cobrindo 75% da superfície terrestre permite um grande espaço de manobra para os navios anfíbios se posicionarem. (USMC, pp. 13 - 14)

Esta liberdade de manobra que o mar permite, possibilita tornar a região litoral no flanco mais fraco da rede de A2/AD inimiga, fragilizando o CoG inimigo. Independentemente de se dispor de posterior apoio de bases fixas em terra e, assumindo que de facto se está perante um adversário com grandes capacidades, e que provavelmente já inutilizou essas bases fixas, as forças anfíbias apresentam-se com uma capacidade de *forcible entry* credível e sustentável. (Riper, 1997, p. 5)

Em 1996, o *United States Marine Corp* (USMC) publicou o conceito de OMFTS, como resposta às estratégias e meios que visam negar o acesso numa região litoral. O OMFTS consiste na movimentação das forças navais e anfíbias ao nível operacional, procurando criar uma barreira (distância) entre as defesas inimigas e as forças navais e anfíbias, e ao mesmo tempo procurar uma região mais fraca na defensiva inimiga. O que distingue o OMFTS de outros tipos de manobra operacional e o uso extensivo do mar como forma de tirar o máximo de vantagem possível. (USMC, p. 15)

Adicionalmente, as forças navais deixam de utilizar os antigos métodos de desembarque, que obrigavam a abrandar a sequência de eventos por forma a permitir o decorrer do desembarque, era necessário reorganizar as forças na praia, o que tudo em conjunto provocava atrasos e ineficiência, que por vezes obrigavam a comprometer o efeito surpresa e o *operational momentum*. (USMC, p. 15)

Para que o OMFTS seja eficaz, é necessário um novo conceito tático para o desembarque de forças. Assim, o OMFTS está desenhado e pensado por forma a recorrer ao STOM, que permite gerar um enorme *momentum* na operação, sobrelotando as capacidades do inimigo com um conjunto de meios e rapidez de execução aos quais este não tem capacidade de reagir.



Figura 18 - Ship-to-Objective-Maneuver (USMC, p. 16)

O STOM é um conceito tático que é aplicável a todos os tipos de operação anfíbia, embora geralmente envolva ultrapassar uma estratégia de negação de acesso. Assim, as operações anfíbias executadas usando STOM, permitem ultrapassar os meios de negação de acesso, atingir o objetivo, que pode ou não representar o CoG inimigo, e assim obter o resultado em terra. Este deve ser visto com o mais avançado movimento de forças no

litoral e também como a forma a partir da qual as operações de projeção de força serão bem-sucedidas no futuro. (USMC, p. 16)

Este conceito tático permite projetar em conjunto forças por ar e por mar para um objetivo em terra, tirando partido dos meios com elevada mobilidade que agora existem, e ainda da capacidade melhorada de C2, que permite maior controlo e organização no momento dos desembarques. Assim, o objetivo do STOM não é conquistar a cabeça de praia, mas sim colocar em terra, com elevada organização e devidamente apoiadas as unidades combatentes, numa posição chave, tentando enfrentar o menor possível as unidades inimigas. (Riper, 1997, pp. 6 - 7)

O desembarque STOM inicia-se OTH, por forma a manter o mais possível o efeito surpresa e obrigando o inimigo a proteger uma maior extensão de costa, permitindo desembarcar com grande profundidade (a necessária) as forças combatentes, progredindo com grande rapidez e flexibilidade por forma a limitar a capacidade de os meios inimigos adquirirem soluções de fogo. (Riper, 1997, p. 7)

“By requiring the enemy to defend a vast area against our seaborne mobility and deep power projection, naval forces will render most of his force irrelevant”

(Riper, 1997, p. 8)

Os elementos chave do STOM permitem explorar o cenário descrito no OMFTS, resultando na projeção de poder no litoral explorando avanços significativos na mobilidade tática, conseguindo ganhos significativos no campo de batalha. Resumindo, o STOM pode caracterizar-se por (Riper, 1997, pp. 9 - 11):

- Focado no objetivo operacional, fornece aos comandantes da força de desembarque grande flexibilidade tática, o que permite atingir o inimigo nos pontos mais críticos;
- Considera o mar como um espaço de manobra, funcionando como barreira defensiva e espaço de elevada mobilidade;
- Conjuga informação, decepção e flexibilidade por forma a desenvolver o planeamento, seleccionar as opções e executar a manobra da força;
- Permite gerar grande *momentum*, movimentando forças aéreas e de superfície mais rapidamente do que o inimigo é capaz de reagir. O adversário terá continuamente que perseguir o seguimento das subseqüentes operações, o que levará que esteja em permanente desvantagem;

- Integra todos os elementos possíveis, quer sejam meios aéreos, forças navais ou veículos anfíbios.

Durante a invasão ao Afeganistão, depois do ataque de 11 de setembro, a TF58, constituída por duas *Marine Expeditionary Units* (MEU) utilizaram o STOM para projetar OTH, através de meios aéreos CH-53. Permitiu projetar forças anfíbias bem no interior do Afeganistão, por forma a conquistar a base aérea “*Rhino*”, e permitir as *follow-on operations*. As ações da TF58 validaram o conceito tático de STOM e o OMFTS. Segundo o OMFTS (Mayer, 2012, pp. 14 - 15):

“...in absence of an adjacent land base, a sustainable forcible entry capability that is independent of forward staging bases, friendly borders, over-flight rights, and other politically dependent support comes from the sea.”

O movimento operacional da TF permitiu validar o STOM, demonstrando que o movimento diretamente do navio para o objetivo em terra tem aplicabilidade nos assaltos anfíbios modernos. Ameaças como baterias de costa, e mais provável, minas, deixam de ser uma ameaça.

4.3 Conclusão

Historicamente, as operações anfíbias que tiveram lugar ocorreram sempre enfrentando regiões fortemente defendidas, as quais representavam sempre um papel estratégico de relevo. Estas OA's serviram de modelo para as atuais doutrinas anfíbias, lições que foram sendo aprendidas a grande custo, conforme se viu nos vários exemplos históricos que foram sendo apresentados. (Jacob, 2003, p. 1)

Contudo, foi através destes exemplos ao longo da história que foi possível tirar conclusões que permitiram evoluir até ao ponto em que hoje se encontra a doutrina anfíbia. Neste momento, as OA's abrangem um leque de capacidades e meios que garantem aos comandantes operacionais uma resposta flexível ao longo de todo o espectro do conflito. Esta transformação, que envolve mais do que apenas equipamentos e plataformas, permite, durante o seu empenhamento, a interoperabilidade com os restantes ramos das forças armadas, o que potencia a sua eficácia para um nível muito superior àquele que se alcançava nos primórdios das OA's, tal como aconteceu em Gallipoli, onde pelo o fato de exército e marinha não estabelecerem estreita ligação operacional pode ter custado o sucesso da operação. (Jacob, 2003, pp. 4 - 5)

Através das modernas forças e capacidade anfíbias que alguns países dispõem, uma operação anfíbia tem a capacidade de atingir o inimigo exatamente no seu CoG. A extrema flexibilidade e manobrabilidade das forças permitem procurar os pontos mais vulneráveis do inimigo, e aí “desferir” o ataque. A tecnologia permitiu este avanço, permitiu aumentar a rapidez no movimento navio-terra, e permitiu torná-lo mais seguro para as forças anfíbias, através dos conceitos de OMFTS e STOM. (Jacob, 2003, p. 6)

À medida que a tecnologia avança, os inimigos terão cada vez mais ao seu dispor, com um custo relativamente baixo, um conjunto de capacidades que procuram negar o acesso e liberdade de ação nos espaços comuns. Tais capacidades envolvem um leque muito grande, que passa por mísseis balísticos de grande alcance e precisão até a simples minas. Como se disse anteriormente, as minas poderão ter um efeito extremamente nefasto no campo de batalha, tanto a nível material como moral. Como tal, uma força anfíbia moderna, com capacidade para projetar, através de meios aéreos, poder no CoG adversário, fazendo uso do conceito tático STOM pode ser uma resposta bastante viável às estratégias de A2/AD. A marinha deverá, por isto, manter uma robusta capacidade anfíbia, desenvolvendo-a no sentido de ultrapassar eficazmente estratégias de negação de acesso, na forma de minas, submarinos convencionais e formas de ataques assimétricos. (Jacob, 2003, pp. 20 - 22)

Contudo, e como se verificou no capítulo I, a Marinha Portuguesa apresenta neste momento uma lacuna a nível da sua capacidade de projeção de forças. Embora o país se encontre numa situação económica extramente desfavorável, estas diferenças entre o que está previsto fazer, a nível de meios e capacidades, e o que de facto existe, não deverão cair no esquecimento, sob pena de se perderem capacidades que, tendo em conta a nossa condição enquanto país arquipelágico, poderão um dia ter pesadas consequências para o momento de assegurar a nossa soberania e segurança nacional.



Conclusão

É possível afirmar com certeza que, neste momento, o paradigma do acesso global representa uma importante temática para os líderes mundiais, em particular para o governo norte-americano. O facto de uma das prioridades de defesa do governo norte-americano, descritas no documento “*Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for the 21st Century*”, ser exatamente a capacidade de projetar poder em áreas onde o acesso e liberdade de movimento é restringido e ameaçado, demonstra exatamente a urgência do tema.

A capacidade de responder a estas ameaças de A2/AD – “*Anti-Access/Area Denial*” vão balancear o acesso aos espaços comuns, e em especial no domínio marítimo, enquanto meio privilegiado de circulação de bens materiais.

Com o desaparecimento da União Soviética, os EUA, em conjunto com a NATO, gozaram um período de total controlo militar e acesso global em todos os domínios. Contudo, essa situação já não acontece. A facilidade de acesso a meios altamente tecnológicos potenciou um aumento significativo de possíveis adversários, estatais e não-estatais. Contudo, a principal ameaça em termos de meios e capacidades está bem definida pelos líderes militares norte-americanos: esta ameaça vem da China. Tendo em conta que grande parte dos bens materiais utilizados no mundo têm origem na China, e que são distribuídos por via marítima através do Estreito de Malaca, este país pode, com relativa facilidade, exercer uma grande influência a nível global. A modernização militar e tecnológica que a China está a sofrer, desenvolvendo capacidades militares com grande alcance, e com capacidade para afetar a região do Pacífico Oeste, colocam grande pressão nos EUA, enquanto nação “estabilizadora” da região.

Contudo, e a par do desenvolvimento militar chinês, existem outras fontes de ameaça, nomeadamente o Irão, Rússia, Coreia do Norte, e ainda “pequenos” grupos terroristas, sediados no Médio Oriente e no Continente Africano. Como já foi dito, através da utilização destes meios altamente desenvolvidos a nível tecnológico, qualquer pequeno grupo pode, de forma significativamente eficaz, causar uma situação de “*proxy war*”, semelhante à guerra no Vietname.

Neste cenário de ameaça A2/AD, a capacidade de projeção de poder através de forças anfíbias representa um investimento claramente importante. A segurança e paz mundial dependem do acesso global e da importância que representa o livre movimento

no domínio marítimo. Como tal, as forças anfíbias representam uma abordagem operacional de custo relativamente baixo, e que permitem responder rapidamente a crises, providenciando acesso e presença avançada ao longo dos vários domínios.

Pelas suas características, os meios anfíbios – embora, obviamente, sejam também afetados pelos meios e medidas de A2/AD - são menos afetados (devido à sua flexibilidade) do que por exemplo uma base avançada, o que permite complicar a solução A2/AD.

O conflito das Falklands/Malvinas deve servir como lição da importância de ter a necessária capacidade militar para projetar poder numa localização remota. Contudo, e ainda com base nesta lição, é importante assegurar que uma força anfíbia disponha do necessário apoio aéreo e de artilharia naval, apoios que permitam manobrar de forma segura e necessária, conforme a missão assim o obrigue. Durante as Falklands/Malvinas, caso os argentinos dispusessem de maior capacidade aérea, ou mísseis com maior alcance, poderiam ter comprometido seriamente a missão ou até terem obrigado os britânicos a retirar.

Como forma de alavancar as operações anfíbias, e para permitir que estas aconteçam num cenário de conflito altamente tecnológico, através dos vários domínios, é necessário desenvolver doutrina anfíbia que atenda a este desenvolvimento.

Os conceitos de emprego *Operational Maneuver From The Sea*, e a abordagem táctica *Ship To Objective Maneuver* representam exatamente essa evolução. O transporte de tropas diretamente para a área do objetivo, saltando o movimento e estabelecimento da cabeça -de-praia, e evitando a pausa operacional, podem garantir a rapidez necessária para se alcançarem os objetivos, evitando perigos como as minas e defesas de costa.

Até hoje, ainda pouco tem sido escrito em Portugal relativamente ao paradigma do *Anti-Access/Area Denial*, tentando explicar em que consiste e como pode ser ultrapassado, nomeadamente recorrendo à condução de operações anfíbias altamente tecnológicas, e com meios de elevado valor tático. Por isto, considero ter atingido os objetivos inicialmente traçados no início da dissertação.



Bibliografia

- Anderson, C. R. (1999). *Guadalcanal - The US Army campaign of World War*. U.S. Army Center of Military.
- Anderson, D. (2002). *Essential Histories - The Falklands War 1982*. (R. Cullen, Ed.) Oxford, UK: Osprey Publishing.
- Armada, E. M. (2015). *Conceito Estratégico Naval*.
- Badsey, S. (2011). *An Overview of the Falklands War: Politics, Strategy and Operations*. (pp. 139 - 166). Tóquio: National Institute of Defense.
- Bartley, W. S. (1954). *Iwo Jima: Amphibious Epic*. Washington D.C.: U. S. Government Printing Office.
- Bernstein, P., & Ball, D. (2015). *Putin's Russia and U.S Defense Strategy*, Putin's Russia and U.S. Defence Strategy Report, Washington, 19-20 agosto 2015: Center for Global Security and Research.
- Corbett, J. S. (1911). *Some Principles of Maritime Strategy*. Londres: Longmans, Grenn and Co.
- Cumming, S. C. (1934). *A Critical Analysis Of The Baltic Islands Expedition, 1917*. Fort Leavenworth, Kansas: Command and General Staff School.
- Davin, M. (2013). *Anti-Access/Area Denial: Time To Ditch the Bumper Sticker?* Newport: Naval War College.
- DEVITT, K., & HOLDFORD, S. (2010). *The development of resource management and leadership behavioural markers for the Merchant Navy*, Newfoundland, Canada, SOLENT University.
- Gardner, R. L. (1999). *OMFTS and STOM: An enemy Opportunity?* Quantico, Virginia : Marine Corps Combat Development Command.
- Grant, B. W. (2012). *The Need for the United States of America's Amphibious Capability in an Era of Maritime Focus*. Quantico, Virginia: USMC Command and Staff College.
- Group, A. C. (2012). *Naval Amphibious Capability in 21st Century*. Quantico, Virginia: USMC.
- Gunzinger, M., & Dougherty, C. (2011). *Outside-In: Operating from Range to Defeat Iran's Anti-Access and Area Denial Threats*. Whashington D.C.: Center for Strategic and Budgetary Assessments.
- Henry I. Shaw, j. (1992). *First Offensive: The Marine Campaign For Guadalcanal*. Washington D.C.: Marine Corps Historical Centre.
- Jacob, W. (2003). *Amphibious Operations In 21st Century*. Carlisle, Pensilvânia: U.S. Army War College.



- Jan Van Tol, Mark Gunzinger, Andrew Krepinevich, & Jim Thomas. (2010). *AirSea Battle: A Point-of-Departure Operational Concept*. Washington D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessment.
- John Miller, j. (1995). *Guadalcanal: The First Offensive*. Washington D.C.: Centre Of Military History.
- Kannengiesser-Pasha, H. (1940). *The Landing Of The British Forces In Gallipoli – 1915*. Washington D.C.:The army War College.
- Krepinevich, A., Watts, B., & Work, R. (2003). *Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge*. Rhode Island, Washigton: CSBA.
- Laucirica, J. O. (2000). *Lessons from Failure: The Falklands/ Malvinas Conflict*. Nova Jérсия, Estados Unidos da América: Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations.
- Lowry, P. P. (1935). *Study of the relative effectiveness of naval and harbor defense artillery fire, with special reference to the naval attacks against Tsing Tau and the Baltic Islands*. Fort Leavenworth, Kansas: The Command and General Staff School .
- Malkasian, C. A. (2002). *Charting the Pathway to OMFTS: A Historical Assessment of Amphibious Operations from 1941 to Present*. Alexandria, Virginia: CNA.
- Manea, O., Visan, G., & Gosu, A. (2015). *Black Sea in Access Denial Age*. Bucareste: ROEC.
- Masefield, J. (1916). *GALLIPOLI*. Nova Iorque: The Macmillan Company.
- Mason, L. C. (1994). *Operational Aspects Of The Dardanelles Campaign, 1915*. Newport, Rhode Island: United States Naval War College.
- Mayer, S. L. (2012). *Modern Amphibious Operations: Why the United States must maintain a joint amphibious forcible entry capability*. Quântico, Virginia: USMC Command and Staff College.
- McCarthy, C. J. (2010). *Anti-Access/Area Denial: The Evolution of Modern Warfare*. Newport, Rhode Island: Unied States Naval War College.
- Nalty, B., & Crawford, D. (1995). *The United States Marines On Iwo Jima: The Battle And The Flag Raisings*. Washington D.C.: History And Museums Division Headquarters, Usmc.
- O'Lavin, B. P. (2009). *Mahan and Corbett on Maritime Strategy*. Newport, Rhode Island: Naval War College.
- Olsen, P. A. (2012). *Operation Corporate: Operational Art and Implications for the Joint Operational Access Concept*. Fort Leavenworth, Kansas: U.S. Army Command and General Staff College.



- O'Rourke, R. (2015). *China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities - Background and Issues for Congress*. Washington D.C.: Congressional Research Service.
- O'Sullivan, B. (2008). *Away All Boats: A study of development of amphibious warfare in the Pacific War*. Canterbury: University Of Canterbury Research.
- Patton, J. G. (1936). *The Defense Of Gallipoli*, Fort Shafter, Honolulu: U.S. Army Headquarters Hawaiian Department.
- Peters, R. (1999). *Fighting for the Future: Will America Triumph?*, Mechanisburg, Pensilvânia: Stackpole Books, 2001.
- Picoito, J. C. (2013). *Conceito Estratégico Naval para as próximas décadas. A marinha do ano 2025*, Pedrouços, Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Piersig, B. (1994). *Gallipoli Revisted - An operational Assessment of the 1915 Dardanelles Campaign*, Newport, Rhode Island: Naval War College.
- R. C., Chase, M. S., Eaton, D., & Pollpeter, K. L. (2007). *Entering the Dragon's Lair: Chinese Antiaccess Strategies and Their Implications for the United States*, Santa Monica, California: RAND Corporation.
- Riper, P. K. (1997). *Ship-to-Objective-Maneuver*, Quântico, Virginia: Marine Corps Combat Development.
- Ryu, J. J. (2014). *USMC ISR: Preparing For The A2AD Threat*, Fort Leavenworth, Kansas: U.S. Army Command and General Staff College.
- Scott, D. J. (1986). *The Naval Campaign In Gallipoli 1915 - Lessons Learned*, Alabama: Air War College.
- Smith, G. (1989). *Battle Atlas Of The Falkland War 1982*. Pennarth: Internacional Journey of Naval History.
- Staff, G. (2008). *Battle of the Baltic Islands 1917 - Triumph of the Imperial German Navy*, Barnsley, South Yorkshire: Pen & Sword Maritime.
- Sullivan, J. M. (2003). *Why Gallipoli Matters: Interpreting Different Lessons*, Newport, Rhode Island: Joint Military Operations Department.
- Tangredi, S. J. (2013). *Anti-Access Warfare: Countering A2/Ad Strategies*. Annapolis: Naval Institute Press.
- USMC. (s.d.). *Littoral Maneuver and Integrated Maritime Operations*. Virginia: Marine Corps Training Command.
- Venable, B. W. (1932). *A study of the landing at Gallipoli, 25 April 1915, by the british..* Fort Leavanworth, Kansas: The Command And General Staff School.
- Ward, S. L. (2007). *The Falklands War April-June 1982 - Operation CORPORATE - An Example of OMFTS or fait accompli for operational planning*. Quântico, Virgina: Marine Corps Control Development.

- Wehrey, F., Thaler, D. E., Bensahel, N., Cragin, K., Green, J., Kaye, D., . . . Li, J. (2009). *Dangerous But Not Omnipotent: Exploring the Reach and Limitations of Iranian Power in the Middle East*. Santa Monica, California: RAND Corporation.
- Zimmerman, J. (1949). *The Guadalcanal Campaign*, Quântico, Virginia: Historical Division, USMC.
- Wade, R. A. (2000). *The Russian Revolution, 1917*, capítulo 1, pp. 1 – 20, Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Artigos de Periódicos

- Campbell, Kurt, Andrews, Brian (2013). “Explaining the “Pivot” to Asia”, Chatham House, agosto de 2013, pp. 1-9.
- Codrin, M. (2012). “Chinese Mine Warfare: Surpassing an effective Tool for Anti Access / Area Denial”, *A Journal of National Security Studies*, Spring 2012, Newport, United States Naval War College , pp. 88-99.
- Dinardo, R. L. (2005). “Huns with Web-Feet: Operation Albion, 1917”. *War in History*, Edited by S. Ball, M. Kathryn Barbier and P. O’Brien, Edits, pp. 396-417.
- Monteiro, N. S. (2009). “Poder naval no séc. XXI: a morte de Mahan e a vingança de Corbett”. *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, pp. 373-408.
- (2014). “A2/AD”. *Revista da Armada*, maio de 2014, Lisboa, pp. 4 - 5.
- (2014). “A2/AD - Raízes Marítimas”. *Revista da Armada*, junho de 2014, Lisboa, pp. 4 - 5.
- (2016). “Funções Do Poder Marítimo”. *Revista da Armada*, fevereiro de 2016, Lisboa, pp. 4 - 5.
- Murphy, T. (2010). “Security Challenges in the 21st Century Global Commons”. *Yale Journal of International Affairs*, Volume 5, 2010, Connecticut, pp. 28 - 41.
- Posen, B. (2003). “Command of the Commons”. *International Security*, Volume 28, 2003, pp. 5 - 46.
- Rubel, R. C. (2012). “Command of the Sea: An Old Concept Resurfaces in a New Form”. *Naval War College Review*, Volume 65, 2012, Newport, Rhode Island, pp. 21 - 34.
- Thiele, G. A. (2011). “Why Did Gallipoli Fail? Why Did Albion Succeed? A Comparative Analysis of Two World War I Amphibious Assaults”. *Baltic Security and Defence Review*, Volume 13, 2011, Tartu, pp. 128 - 161.
- Thorton, R. C. (2014). “For want of a shoal: Yamamoto and Midway”. *Journal of Strategy and Politics*, Volume 1, 2014, pp. 1 - 13.

Legislação e Publicações

- NATO. (2013). *ATP-08 (C) - Doctrine for Amphibious Operations* (Vol. I). NATO Standardization Agency.
- Resolução do Conselho de Ministros, nº19/2013. (5 de abril de 2013).
- Resolução do Conselho de Ministros nº26/2013. (19 de abril de 2013).
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2014), *Conceito Estratégico Militar*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2014), *Missões das Forças Armadas*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional.
- EMA (2015), “Conceito Estratégico Naval”, PAA-32 Supl. V (A), Lisboa, Marinha.

Documentos de Websites

- Defense, D. o. (2012). “Joint Operational Access Concept”, *Department of Defense*, http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf, acedido em março de 2016.
- Lyon, C. (s.d.). “Air Sea Battle Implementation in the Non-Permissive Environment”, *Headquarters Air Combat Command*, <http://www.afcea.org/events/jwc/13/documents/AirSeaBattleImplementationLyon.pdf>, acedido em março de 2016.
- NATO. (2015). “Funding NATO”. *NATO*, http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2014_06/20140611_20140601_NATO_common_funded_budgets_2014-2015.pdf, acedido em abril de 2016.
- Navy, D. o. (2015). “A Cooperative Strategy for the 21st Century”, *U.S. Navy*, https://www.uscg.mil/seniorleadership/DOCS/CS21R_Final.pdf, acedido em março de 2016.
- Navy, D. o. (2015). “Uma Estratégia Marítima para o Poder Marítimo durante o Século XXI”, *U.S. Navy*, <http://www.navy.mil/local/maritime/CS21R-Portuguese.pdf>, acedido em março de 2016.
- Navy, D. o. (2010). “Naval Transformation Roadmap”, *U.S. Navy*, [file:///F:/nps08-020304-01%20\(2\).pdf](file:///F:/nps08-020304-01%20(2).pdf), acedido em fevereiro de 2016.
- Sage, C., Davis, M., & Wakim, J. (2015). “Disrupting the Chessboard: Perspectives on the Russian Intervention in Syria”, *Belfer Center for Science and International Affairs*, <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/Russia%20in%20Syria%20-%20final%20web%202.pdf>, acedido em maio de 2016.

Websites

- A., S. (s.d.). *Coral Reefs of today*. Obtido de Steve Stone Coral Reef Foundation, de <http://stevestonecoralreeffoundation.org/reefs/reefstoday2.html>, acessado em junho de 2016.
- Alexander, J. H. (1994). *Closing In: Marines in the seizure of Iwo Jima*. Obtido de “Marines in WWII Commemorative Series”, de <http://www.ibiblio.org/hyperwar/USMC/USMC-C-Iwo/>, acessado em janeiro de 2016.
- Baker, B. D. (2016). *What if Japan had won the battle of midway*. Obtido de “The Diplomat”, de <http://thediplomat.com/2016/01/what-if-japan-had-won-the-battle-of-midway/>, acessado em fevereiro de 2016.
- Bodner, M. (2016). *Putin Leaves all options on the table in Syria*. Obtido de “DefenseNews”, de <http://www.defensenews.com/story/war-in-syria/2016/03/19/putin-russia-syria-options/81961604/>, acessado em maio de 2016.
- Bowen, J. (2007). *The Pacific War From Pearl Harbor To Guadalcanal*, de <http://www.pacificwar.org.au/Midway/MidwayIndex.html>, acessado em fevereiro de 2016.
- Brown, J. S. (2005). *American Military History*. Obtido de “The United States Army in a Global Era, 1917-2003”, de <http://www.history.army.mil/books/amh-v2/amh%20v2/chapter6.htm>, acessado em março de 2016.
- Cheng, D. (2013). *Countering China's A2/AD Challenge*. Obtido de “The National Interest”, de <http://nationalinterest.org/commentary/countering-china%E2%80%99s-a2-ad-challenge-9099>, acessado em março de 2016.
- Clancey, P. (s.d.). *The U.S Army Campaigns of World War II*. Obtido de “HyperWar”, de <http://www.ibiblio.org/hyperwar/USA/maps/USA-C-PTO.gif>, acessado em janeiro de 2016.
- Daly, J. C. (2014). *Hot Issue: After Crimea: The Future of the Black Sea Fleet*. Obtido de “The Jamestown Foundation”, de http://www.jamestown.org/programs/tm/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=42411&chash=bac019ee21bc092c444e87f58808a694#.Vt9iG5yLTIU, acessado em março de 2016.
- Dudek, J. (2015). *Running the Dardanelles Forts*. Obtido de “Wargamer”. Obtido de “Wargamer”, de <http://www.wargamer.com/news/running-the-dardanelles-forts-gallipoli-march-1915/>, acessado em fevereiro de 2016.
- EIA, U. (2015). *How much petroleum does the US import and from where?*. Obtido em “U.S. Energy Information Administration”, de <http://www.eia.gov/tools/faqs/faq.cfm?id=727&t=6>, acessado em março de 2016.

- Feldman-Piltch, M. (2010). *Geographic Choke Points*. Obtido em “American Security Project”, de <http://www.americansecurityproject.org/climate-energy-and-security/energy/todays-supply/geographic-choke-points/>, acedido em junho de 2016.
- Fontaine, R., & Smith, J. (2015). *Anti-Access/Area Denial Isn't Just for Asia Anymore*. Obtido em “Defense One”, de <http://www.defenseone.com/ideas/2015/04/anti-accessarea-denial-isnt-just-asia-anymore/109108/>, acedido em março de 2016.
- Freeman, L. (2013). *Assured Access, Anytime, Anywhere*. Obtido em “U.S. Naval Institute”, de <http://www.usni.org/magazines/proceedings/2013-11/assured-access-anytime-anywhere>, acedido em junho de 2016.
- Haggart, J. A. (1984). *The Falkland Islands Conflict*. Obtido em “GlobalSecurity.org”, de <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1984/HJA.htm>, acedido em março de 2016.
- Johnson, J., & John, S. (2016). *Russia and China increase Defense Spending while US continues cutting*. Obtido de “The Daily Signal”, de <http://dailysignal.com/2016/04/11/russia-and-china-increase-defense-spending-while-us-continues-cutting/>, acedido em maio de 2016.
- JR., S. J. (2015). *Russians in Syria Building A2/AD Bubble Over Region: Breedlove*. Obtido de “Breaking Defense”, de <http://breakingdefense.com/2015/09/russians-in-syria-building-a2ad-bubble-over-region-breedlove/>, acedido em março de 2016.
- JR., S. J. (2015). *Winning The War Of Electrons: Inside The New Maritime Strategy*. Obtido de “Breaking Defense”, de <http://breakingdefense.com/tag/all-domain-access/>, acedido em março de 2016.
- Kimball, C. (s.d.). *A History of Latin America and the Caribbean*. Obtido de “The Xenophile History”, em <http://xenohistorian.faithweb.com/latinam/la06d.html>, acedido em janeiro de 2016.
- Morris, T., VanDriel, M., Dries, B., Perdew, J., Schulz, R., & Jacobsen, K. (2015). *Securing Operational Access: Evolving the Air-Sea Battle Concept*. Obtido de “The National Interest”, em <http://nationalinterest.org/feature/securing-operational-access-evolving-the-air-sea-battle-12219>, acedido em fevereiro de 2016.
- Pietrucha, M. (2015). *Re-Fighting the Wrong War: Applying the Pacific War Template Against China*. Obtido de “Leading Edge - Airpower in theory and Practice”, de <https://leadingedgeairpower.com/strategy/re-fighting-the-wrong-war-applying-the-pacific-war-template-against-china/>, acedido em março de 2016.
- Pomerleau, M. (2015). *Navy's Maritime strategy puts emphasis on 'all domain access*. Obtido de “Defense Systems”, de <https://defensesystems.com/articles/2015/03/18/navy-all-domain-access-maritime-strategy.aspx>, acedido em fevereiro de 2016.

- Renken, J. (2014). *Strategic Architectures*. Obtido de “CIMSEC”, de <http://cimsec.org/strategic-architectures/9941>, acedido em maio de 2016.
- Reuters. (2016). *Russia said it would leave Syria, but it is still shipping more equipment than it is removing*. Obido de “Business Insider”, de <http://www.businessinsider.com/r-exclusive-russia-despite-draw-down-shipping-more-to-syria-than-removing-2016-3>, acedido em junho de 2016.
- Shaw, H. I. (2015). *First Offensive: The Marine Campaign for Guadalcanal*. Obtido de “Project Gutenberg Ebook”, de <http://eremita.di.uminho.pt/gutenberg/4/8/8/0/48807/48807-h/48807-h.htm>, acedido em março de 2016.
- Shunk, D. (2014). *Area Denial & Falklands War Lessons Learned - Implications for Land Warfare 2030-2040*. Obtido de “Small Wars Journal”, de <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/area-denial-falklands-war-lessons-learned-implications-for-land-warfare-2030-2040-after-the>, acedido em janeiro de 2016.
- Staff, G. (2000). *Operation Albion: The Attack On The Baltic Islands*. Obtido de “WWI - The War at Sea”, de <http://www.gwpda.org/naval/albion1.htm>, acedido em março de 2016.
- Taylor, A. (2011). *World War II: Battle of Midway and the Aleutian Campaign*. Obtido de “The Atlantic Photo”, de <http://www.theatlantic.com/photo/2011/08/world-war-ii-battle-of-midway-and-the-aleutian-campaign/100137/>, acedido em março de 2016.
- The War Times Journal. (s.d.). *The Pacific War - A World War Two Summary*. Obtido de “The War Times Journal”, de http://www.wtj.com/articles/pacific_summary/, acedido em maio de 2016.
- Tilghman, A., & Pawlyk, O. (2015). *U.S. vs RUSSIA: What a war would look like between the world's most fearsome militaires*. Obtido de “Military Times”, de <http://www.militarytimes.com/story/military/2015/10/05/us-russia-vladimir-putin-syria-ukraine-american-military-plans/73147344/>, acedido em março de 2016.
- Veloso, B. (2015). *The Great War Podcast*. Obtido de “PodBean”, de <http://thegreatwarpodcast.podbean.com/>, acedido em fevereiro de 2016.

